Coleção Beira

Fernando Magno da Costa
Glebson Gouvea Magno
Francisco Emerson Vale Costa
Daniel Araújo Sombra Soares
Willame de Oliveira Ribeiro

A RELAÇÃO CIDADE E RIO EM MUANÁ/PA

(Amazônia Marajoara)



UEPA
EDITORA DA UEPA

A RELAÇÃO CIDADE E RIO EM MUANÁ/PA

(Amazônia Marajoara)



Universidade do Estado do Pará

Reitor

Clay Anderson Nunes Chagas

Vice-Reitora

Ilma Pastana Ferreira

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Luanna de Melo Pereira Fernandes

Pró-Reitora de Graduação

Acylena Coelho Costa

Pró-Reitor de Extensão

Higson Rodrigues Coelho

Pró-Reitor de Gestão e Planejamento

Carlos José Capela Bispo

Editora da Universidade do Estado do Pará

Coordenador e Editor-Chefe
Nilson Bezerra Neto

Revisão
Marco Antônio da Costa Camelo

Design
Flávio Araujo

Web-Page e Portal de Periódicos
Bruna Toscano Gibson

Livraria
Arlene Sales

Bibliotecária
Rosilene Rocha
Selma Cristina de Oliveira

Conselho Editorial

Francisca Regina Oliveira Carneiro
Hebe Morganne Campos Ribeiro
Luanna Melo Pereira Fernandes (Presidente)
Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar
Josebel Akel Fares
José Alberto Silva de Sá
Juarez Antônio Simões Quaresma
Lia Braga Vieira
Maria das Graças da Silva
Marília Brasil Xavier
Núbia Suely Silva Santos
Robson José de Souza Domingues
Pedro Franco de Sá
Tânia Regina Lobato dos Santos
Valéria Marques Ferreira Normando

Fernando Magno da Costa
Glebson Gouvea Magno
Francisco Emerson Vale Costa
Daniel Araújo Sombra Soares
Willame de Oliveira Ribeiro

A RELAÇÃO CIDADE E RIO EM MUANÁ/PA

(Amazônia Marajoara)

© EDUEPA 2026

Realização

Universidade do Estado do Pará - UEPA
Centro de Ciências Sociais e Educação - CCSE/UEPA
Editora da Universidade do Estado do Pará - EDUEPA

Revisão
Adonai da Silva de Medeiros
Normalização
Rosilene Rocha
Designer Gráfico /Capa
Flávio Araujo
Diagramação
Odivaldo Teixeira Lopes
Apoio Técnico
Bruna Toscano Gibson
Arlene Sales Duarte Caldeira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
EDITORA DA UEPA - EDUEPA

C837r Costa, Fernando Magno da
Relação cidade e rio em Muaná / PA (Amazônia Marajoara) / Fernando Magno da Costa ; Glebson Gouvea Magno ; Francisco Emerson Vale Costa ; Daniel Araújo Sombra Soares ; Willame de Oliveira Ribeiro. – Belém : EDUEPA, 2026.
125 p. : il. - (Coleção Beira)
Inclui bibliografias
ISBN: 978-85-8458-085-9

1. Amazônia Marajoara. 2. Arquipelago do Marajó. 3. Muaná – História - Geografia. 4. Cidade - periferização. 5. Percepção ambiental. 6. Rio - Várzea. 7. Espacialidade urbana. 8. Cidade – processo de expansão. 9. Igarapé Furo do Corro. 10. Amazônia – modo de vida. I. Magno, Glebson Gouvea. II. Costa, Francisco Emerson Vale. III. Soares, Daniel Araújo Sombra. IV. Ribeiro, Willame de Oliveira. V. Título.

CDD 307.7609811 – 22.ed.

Ficha Catalográfica: Rosilene Rocha CRB-2/1134.

Editora filiada

Editora da Universidade do Estado do Pará - EDUEPA
Travessa D. Pedro I, 519 - CEP: 66050-100
E-mail: eduepa@uepa.br
Telefone: (91) 3284-9112
@eduepaoficial
Editora da UEPA

SUMÁRIO

PREFÁCIO 8

APRESENTAÇÃO 10

CAPÍTULO 1 - URBANIZAÇÃO E RIO NA AMAZÔNIA 13

1.1 URBANIZAÇÃO E PERIFERIZAÇÃO NA AMAZÔNIA: A PRODUÇÃO DAS CIDADES INSALUBRES 13

1.2 OS RIOS, AS VÁRZEAS E SEUS SIGNIFICADOS: DOS USOS TRADICIONAIS À URBANIZAÇÃO DOS MEIOS 23

CAPÍTULO 2 - PERCEPÇÃO AMBIENTAL E MODOS DE VIDA NA AMAZÔNIA 28

2.1 PERCEPÇÃO AMBIENTAL: ORIGEM, CONCEITOS E ABORDAGEM. 28

2.2 OS MODOS DE VIDA NA AMAZÔNIA 33

CAPÍTULO 3 – DO PANORAMA GERAL AO FOCO LOCAL: O CAMINHO DA PESQUISA 38

3.1 O ARQUIPÉLAGO MARAJOARA 38

3.2 RAÍZES E PAISAGENS DE MUANÁ: HISTÓRIA E GEOGRAFIA EM DIÁLOGO 40

3.3 ESPACIALIDADES URBANAS E O PROCESSO DE EXPANSÃO DA CIDADE 44

3.4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: IGARAPÉ FURO DO CORRO 48

CAPÍTULO 4 – TRANSFORMAÇÕES E CONSTÂNCIAS NA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA COMUNIDADE LOCAL 55

4.1 PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES JOVENS 55

4.2 PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES DE LONGA DATA 69

4.3 PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES MIGRANTES 84

4.4 SÍNTESE 98

CONSIDERAÇÕES FINAIS 107

REFERÊNCIAS 111

OS AUTORES 124

COLEÇÃO BEIRA / EDUEPA 125

PREFÁCIO

A obra *A relação cidade e rio em Muaná/PA (Amazônia Marajoara)* chega ao leitor como resultado de um esforço coletivo que transcende os limites de um trabalho acadêmico convencional. Trata-se de uma produção que articula ensino, pesquisa e compromisso social, revelando, com sensibilidade e rigor, as complexas relações entre sociedade e natureza em um contexto profundamente marcado pela presença dos rios. Inicialmente pensado enquanto um trabalho de conclusão de curso de graduação, produzido por dois dos autores, e orientado por outro, com o acréscimo dos membros da banca, e a revisão do texto, o livro ganha uma dimensão coletiva que articula efetivamente ensino e pesquisa.

Ao longo dos capítulos, o livro constrói uma análise consistente sobre a urbanização na Amazônia, evidenciando suas contradições e especificidades. Ao invés de reproduzir leituras generalizantes, os capítulos assumem o desafio de compreender a realidade amazônica a partir de suas próprias dinâmicas, reconhecendo a diversidade de modos de vida, territorialidades e experiências que constituem essa região. Nesse sentido, a escolha de Muaná como recorte empírico é pertinente e estratégica: trata-se de uma cidade que sintetiza, em escala local, processos mais amplos que atravessam a Amazônia contemporânea.

O foco no igarapé Furo do Corro revela-se particularmente fecundo. Sendo um forte elemento constitutivo da paisagem, o igarapé emerge como espaço de memórias, identidades e conflitos, permitindo compreender como as transformações urbanas impactam não apenas o ambiente, mas também os sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos ao lugar onde vivem. A abordagem da percepção ambiental desenvolvida na obra confere densidade à análise ao valorizar as vozes dos moradores e suas múltiplas formas de interpretar a realidade.

Este livro também cumpre um papel importante ao dialogar com questões práticas, especialmente no campo do planejamento urbano e da ges-

tão ambiental. Ao evidenciar os impactos de modelos de urbanização que desconsideram as especificidades amazônicas, a obra aponta para a necessidade de construção de alternativas mais sustentáveis e socialmente justas, fundamentadas no reconhecimento dos saberes locais e na valorização dos ecossistemas.

Por fim, cabe ressaltar o caráter formativo desta produção. Nascida no contexto da formação docente, a obra demonstra o potencial transformador da educação quando articulada à pesquisa e ao compromisso com a realidade local. Nesse sentido, este livro não é apenas um registro acadêmico, mas também um instrumento de reflexão e ação. E, particularmente, um retorno à comunidade marajoara e paraense de uma importante política pública: o Forma Pará e os esforços de formação da Universidade do Estado do Pará. Que esta leitura inspire novos olhares sobre as cidades amazônicas e, sobretudo, contribua para o fortalecimento de práticas que reconheçam os rios não como obstáculos, mas como elementos centrais da vida, da cultura e da história na Amazônia.

Romário Valente Santos

(Vereador e Presidente da Comissão de Educação de Muaná/PA)

APRESENTAÇÃO

Fernando Magno da Costa
Glebson Gouvea Magno
Francisco Emerson Vale Costa
Daniel Araújo Sombra Soares
Willame de Oliveira Ribeiro

Este livro é fruto de um trabalho coletivo que nasce no âmbito da formação docente em Geografia e se projeta como contribuição acadêmica, social e cultural para a cidade de Muaná, no arquipélago do Marajó, estado do Pará. A obra deriva do projeto "A Cidade Desce a Várzea e o Rio Sobe a Cidade: o Paradoxo da Urbanização na Região Marajoara, Muaná/PA", desenvolvido no Grupo de Pesquisas Amazônia, Bacias e Cidades (ABC), articulando a Universidade do Estado do Pará (UEPA) e a Universidade Federal do Pará (UFPA), com apoio da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA), por meio do Programa PIBIC-Forma Pará (Edital n° 98/2024 – UEPA).

A pesquisa inicial também resultou no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado *Percepção ambiental da relação cidade e rio em Muaná (Amazônia Marajoara)*, desenvolvido no Curso de Licenciatura Plena em Geografia da UEPA, por meio do Polo Universitário de Muaná, vinculado ao Programa Forma Pará. O TCC foi elaborado pelos discentes Fernando Magno da Costa e Glebson Gouvea Magno, sob orientação do Prof. Dr. Francisco Emerson Vale Costa, e avaliado por banca composta pelos professores Dr. Willame Ribeiro Oliveira e Dr. Daniel Araújo Sombra Soares.

O Grupo de Pesquisas ABC, constituído por docentes da UEPA, UFPA e outras instituições de ensino superior, bem como por alunos de graduação e pós-graduação, desenvolve parcerias técnico-institucionais com outros grupos de pesquisas e instituições de ensino e pesquisa, considerando as temáticas que compõem a base de suas preocupações.

Na presente publicação, os cinco docentes e discentes envolvidos no processo formativo e avaliativo assumem conjuntamente a autoria da obra, agora



revista, ampliada e adequada ao formato de livro, reafirmando seu caráter colaborativo e o compromisso com a socialização do conhecimento produzido.

A decisão de transformar esses resultados de pesquisa em livro parte do entendimento de que a investigação ultrapassa os limites acadêmicos de uma exigência curricular e se consolida como um registro relevante sobre a realidade socioambiental de Muaná. Trata-se, portanto, de uma produção que dialoga diretamente com a cidade, seus moradores e seus modos de vida, valorizando o igarapé Furo do Corro como elemento estruturante da paisagem urbana, da memória coletiva e das relações cotidianas entre sociedade e natureza.

Do ponto de vista conceitual, a obra fundamenta-se na crítica às leituras simplificadoras da Amazônia, frequentemente representada como um espaço homogêneo, naturalizado e dissociado de suas dinâmicas sociais. Ao contrário dessas leituras, o livro adota a compreensão da Amazônia como espaço socialmente produzido, marcado por múltiplas temporalidades, territorialidades e modos de vida. Nesse contexto, Muaná é analisada como uma cidade ribeirinha marajoara cuja formação histórica, econômica e cultural está profundamente vinculada aos rios, às várzeas e à circulação fluvial.

O foco empírico do estudo recai sobre o igarapé Furo do Corro, corpo hídrico urbano que desempenhou — e ainda desempenha — papel central na organização do espaço, nas práticas cotidianas e na identidade local. A pesquisa buscou analisar como os processos recentes de urbanização, expansão das ocupações nas margens e a ausência de saneamento adequado têm alterado a funcionalidade ambiental e simbólica do igarapé, provocando mudanças na percepção dos moradores e, em muitos casos, um processo de negação do rio enquanto elemento da vida urbana.

Metodologicamente, a investigação apoia-se em uma abordagem qualitativa, articulada a fundamentos da Geografia Crítica, dialogando com a Geografia Humanista, com ênfase na dialética sociedade–natureza e nos estudos de percepção ambiental. Os procedimentos de pesquisa incluíram revisão bibliográfica e documental, trabalhos de campo, observação direta da área de estudo, registros fotográficos, produção cartográfica e realiza-

ção de entrevistas semiestruturadas com moradores da bacia hidrográfica do Furo do Corro.

As entrevistas foram realizadas com diferentes perfis de moradores, organizados em três grupos analíticos: moradores jovens, moradores de longa data e moradores migrantes. Essa classificação permitiu compreender como distintas trajetórias de vida, tempos de permanência e vínculos com o lugar influenciam a percepção ambiental e os significados atribuídos ao igarapé. Mais do que quantificar respostas, a pesquisa buscou interpretar narrativas, memórias, afetos e conflitos que emergem da relação entre a cidade e o rio.

Os resultados evidenciam que, embora o igarapé ainda seja reconhecido como um espaço de importância cultural, funcional e simbólica, os processos de urbanização têm promovido sua descaracterização, transformando-o progressivamente em um espaço degradado, associado à poluição, ao risco e ao abandono. Ao mesmo tempo, as falas dos moradores revelam resistências, lembranças e práticas que reafirmam o rio como parte constitutiva da identidade urbana de Muaná.

Ao ser apresentado, agora em forma de livro, este trabalho reafirma seu compromisso com a produção de um conhecimento situado, sensível às realidades amazônicas e atento às vozes daqueles que vivenciam cotidianamente os efeitos das transformações socioambientais. Espera-se que esta obra contribua não apenas para o debate acadêmico em Geografia e áreas afins, mas também para reflexões no campo do planejamento urbano, da educação ambiental e da formulação de políticas públicas voltadas às cidades ribeirinhas.

Mais do que um produto acadêmico, este livro constitui um convite à escuta, ao reconhecimento e à valorização dos rios urbanos amazônicos — e, em especial, do igarapé Furo do Corro — como patrimônios vivos da sociedade amazônida.



CAPÍTULO 1 - URBANIZAÇÃO E RIO NA AMAZÔNIA

1.1 URBANIZAÇÃO E PERIFERIZAÇÃO NA AMAZÔNIA: A PRODUÇÃO DAS CIDADES INSALUBRES

A urbanização brasileira possui questões que devem ser discutidas pensando no desenvolvimento de cidades sustentáveis e na mitigação das desigualdades socioespaciais. Por isso, quando se observa o panorama urbano na Amazônia, deve-se realizar um levantamento prudente, dado que essa tarefa pode ser mais desafiadora quando comparada com outras regiões no Brasil, principalmente no que diz respeito ao processo de urbanização desigual e periférico que reflete na produção de formas e espaços insalubres.

Nesse viés, a atual discussão visa abordar os elementos que se fazem presentes no cenário urbano, enfatizando a dimensão social e os modos de vida característicos da Amazônia. Neste sentido, Trindade Jr. (2013) pondera que a floresta deve ser pensada também como um espaço socialmente produzido, derivado de diversos aspectos, tais como funcionais, econômicos, ecológicos e simbólico-culturais — contendo modos de vida diversificados e carregados de valores e saberes locais e/ou regionais. Sendo assim, é necessário trabalhar em uma verificação adequada que aborde o conceito de espaço socialmente produzido.

De antemão, é fundamental realizar uma revisão teórica dessa categoria para subsidiar o domínio da discussão em curso. Conceitualmente, Santos (2004) define o espaço como um conjunto de relações sociais que se manifestam por meio de suas formas e funções organizacionais, abrangendo elementos passados e presentes, e configurando-se como uma estrutura de relações socioespaciais.

Em outra obra, Santos (2021, p. 30) amplia essa concepção ao afirmar que:

> O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo.

Deve-se, nesse sentido, conceber o espaço como produto da interação entre múltiplos elementos situados em determinadas épocas históricas. Sob essa perspectiva, e com base no pensamento lefebvreano, a produção social do espaço sustenta-se na forma de organização das sociedades, as quais elaboram seus próprios modelos políticos, jurídicos, filosóficos e ideológicos (Lefebvre, 2006). O resultado dessas formas culmina na estruturação social dos indivíduos e na consolidação de características próprias de fenômenos urbanos, que pressupõem a formação de aglomerados citadinos.

Diante do exposto, torna-se imprescindível salientar que a configuração sociourbana amazônica não se compõe de elementos, objetos e formas de representação homogêneos, ainda que revele aspectos semelhantes entre si. Assim como existem *Amazônias* de realidades complexas (Gonçalves, 2024), é plausível considerar a existência de cidades multifacetadas, refletindo a diversidade sociocultural e ambiental da região. Portanto, a questão urbana na Amazônia deve ser examinada sob a ótica de aspectos espaço-temporais que permitam identificar a gênese da formação dessas cidades e interpretar seus componentes geográficos, políticos e socioeconômicos.

Previamente, Castro (2009) define como cidades amazônicas aquelas cuja configuração territorial apresenta a presença de ecossistemas florestais. No entanto, a classificação desses ecossistemas pode variar conforme as designações sociais e culturais que lhes são atribuídas.

Nesse contexto, retomando os estudos sobre a relação entre cidade e região amazônica, Trindade Jr. (2013) discute o perfil de três tipologias de cidades pequenas: as cidades-empresa, as rodoviárias e as tradicionais. Esta última, foco da presente análise, deve ser compreendida dentro de panoramas dinâmicos, sujeitos a transformações, e que expressam realidades para além de espaços imutáveis ou estanques no tempo.

Ademais, ao fundamentar a discussão atual sobre o desenvolvimento urbano, Trindade Jr. (2013, p. 4) comenta sobre determinados fatores regionais essenciais para o surgimento e consolidação dessas diferentes tipologias urbanas. Segundo ele:

> Dessa forma, os diferentes tipos de cidades são particularizados através de suas configurações espaciais e de processos por meio dos quais a floresta e seus recursos (materiais e simbólicos) adquirem significados e importâncias também diferenciados; isso em razão da maior ou menor presença de frentes econômicas e migratórias e de lógicas de circulação e de reestruturações socioespaciais impostas à região amazônica em períodos mais recentes. É por meio dessa proposta de argumentação que se discute, inicialmente, a relação da cidade com a região, considerando-se, em seguida, as verticalidades e horizontalidades que configuram o espaço regional, para, finalmente, pensar uma tipologia das pequenas cidades, relacionando-a ao ambiente da floresta.

Partindo desse princípio, é necessário incorporar a compreensão de que a formação das cidades na região amazônica não deve ser analisada de forma isolada, visto que estudos descontextualizados podem incorrer em interpretações equivocadas ao desconsiderarem os interesses endógenos e/ou exógenos presentes nas frentes político-econômicas. Assim, recomenda-se que tais formas urbanas sejam interpretadas como elementos integrantes de uma região que ocupa posição subordinada e periférica, sujeita a influências internas e externas, sendo fruto de interferências e condicionamentos que permeiam seus territórios (Gonçalves, 2024).

Nesse sentido, Trindade Jr. (2013), inspirado nos princípios teóricos sobre as tendências da urbanização brasileira discutidos por Santos (1993, 1994), propôs dois conceitos para examinar as cidades amazônicas com base em suas origens: cidades na floresta e cidades da floresta. O autor enfatiza a necessidade de reconhecer e distinguir ambos os tipos, uma vez que eles se manifestaram de forma significativa no processo histórico de integração regional, refletindo diferentes combinações de estruturas urbanas e características territoriais na Amazônia.

Dessa forma, é imprescindível incorporar e compreender plenamente tais conceitos a fim de diferenciá-los e assimilar seus sentidos e implicações (quadro 1).

Cidades na floresta referem-se a modelos urbanos voltados predominantemente aos interesses externos à região, caracterizados pela negação relativa do meio ambiente local, em favor da exploração econômica dos recursos naturais. Nesse formato, há baixo aproveitamento da integração dos ecossistemas aos valores e práticas do modo de vida urbano.

Em contrapartida, as cidades da floresta — predominantes na Amazônia até a década de 1960 — correspondem, em geral, a cidades pequenas cujas dinâmicas estão associadas à circulação fluvial e às interações com a natureza. Possuem características de um modo de vida rural e não moderno, mantendo intensas relações com localidades próximas, como vilas, povoados e comunidades ribeirinhas (Trindade Jr., 2013).

Quadro 1 - Tipologia das cidades

Aspecto	Cidades na floresta	Cidades da floresta
Origem	Ligadas a projetos e interesses exógenos (externos)	Formadas a partir de dinâmicas locais e relações com a natureza
Período predominante	Expansão a partir da segunda metade do século XX	Predominantes até a década de 1960
Integração com ecossistemas	Baixa; ecossistema pouco incorporado ao modo de vida urbano	Alta; ecossistema integrado ao cotidiano
Modo de vida	Mais urbano-industrial, voltado à exploração econômica	Rural ou semirrural, com forte dependência da circulação fluvial
Relação com entorno	Frágil ou funcional apenas para extração de recursos	Forte interação com vilas, povoados e comunidades ribeirinhas
Visão sobre o meio ambiente	Utilitarista e econômica	Funcional e culturalmente integrada

Fonte: Elaborada pelos autores (2025), com base em Trindade Jr. (2013).

Diante dessas definições, torna-se inevitável ponderar suas divergências conceituais enquanto produtos de formações socioculturais urbanas distintas: enquanto uma rejeita parcialmente sua realidade ambiental, a outra a aceita e se molda segundo suas necessidades. É importante ressaltar que

não se deve supor que as cidades da floresta sejam imunes às transformações históricas e sociais; antes, elas se inserem nesse processo de mudanças de forma integrada às especificidades regionais.

Em meio a isso, Trindade Jr. (2013, p. 6) adverte que:

> Ao se caracterizar este último tipo de cidade, não se pretende uma interpretação essencialista e atemporal do urbano na região, como se a realidade urbana estivesse congelada no tempo, mas sim de considerá-lo a partir de seus enraizamentos e ligações socioeconômicas e culturais com a escala geográfica local e regional. Tais enraizamentos se traduzem, portanto, na relação das mesmas com o ambiente da floresta, não apenas devido ao fato de estarem próximas a ela, mas por apresentarem interação funcional e simbólica com esse meio ecológico, não obstante as mudanças vivenciadas e a assimilação de novos valores socioculturais muito próprios do mundo globalizado.

Dadas as considerações apresentadas, compreende-se que as cidades da floresta não devem ser interpretadas apenas a partir de uma perspectiva temporal. As análises referentes a esse conceito precisam se fundamentar no exame de suas origens, de suas formas de interação espacial e de suas relações com os ecossistemas locais, incluindo a dimensão social que lhes é inerente.

Convém destacar que a tipologia dessas cidades tem função descritiva, auxiliando na caracterização dentro da complexa realidade urbana regional, sem que isso implique enquadrá-las como tipos extremos, duais ou mutuamente excludentes. Na prática, o processo de urbanização na Amazônia revela a coexistência de diferentes temporalidades, espacialidades, formas de convivência e configurações territoriais. Essas dimensões refletem o contraste entre realidades mais ou menos modificadas pelos processos socioeconômicos e ambientais que permeiam a região (Trindade Jr., 2013).

Compreende-se que, independentemente da tipologia urbana, nenhuma cidade está imune às tendências de mudanças associadas a modelos de urbanização externos à região. Conforme observam Monte *et al*. (2022), as reorganizações espaciais em escala regional resultam em constantes transformações nos espaços urbanos.



Sob essa perspectiva, Trindade Jr. (2013), ao tratar das cidades da floresta, ressalta que, mesmo quando algumas perdem características tradicionalmente associadas à vida rural e à floresta, tais atributos não desaparecem por completo e continuam a influenciar e moldar as particularidades regionais onde estão inseridas.

Corroborando essa discussão, Monte *et al*. (2022) analisam como determinadas transformações socioambientais geram espaços precários, tomando como exemplo a cidade de Melgaço. Segundo os autores, nessas localidades, rios e caminhos da floresta têm sido convertidos em ruas, muitas vezes sem adoção de medidas sustentáveis adequadas. Nesse contexto, o caso da cidade marajoara evidencia tendências verificadas na Amazônia brasileira como um todo (Fenzl *et al*., 2020) e, de forma mais específica, na Amazônia marajoara (Alves, 2020). Tal processo revela uma urbanização marcada pela construção de bairros precários em paralelo à supressão de áreas naturais e de espaços com características rurais.

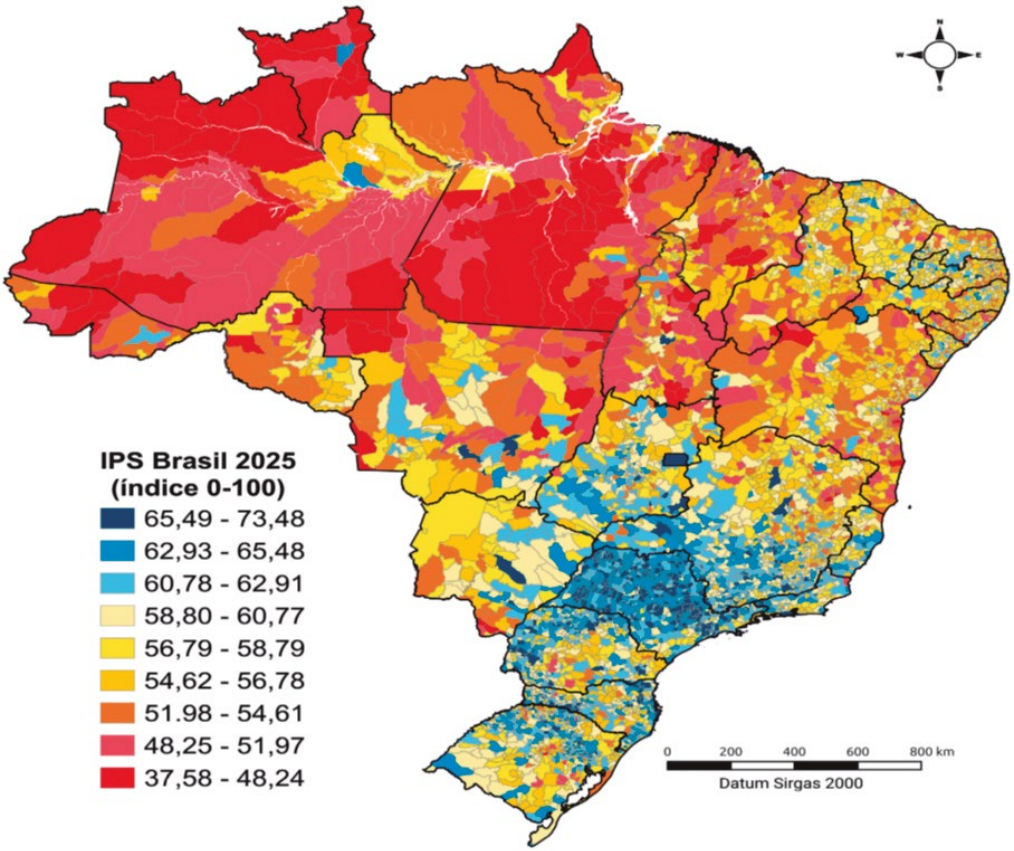
A Amazônia é cada vez mais urbana, com cerca de 76% de sua população residindo em áreas urbanas (Santos *et al*., 2021). As cidades Amazônicas enfrentam uma combinação de problemas sociais (violência, saneamento precário, baixa performance na educação etc.), econômicos (baixo dinamismo no mercado de trabalho, parte expressiva da população abaixo da linha da pobreza) e ambiental (cidades com arborização insuficiente, saneamento precário etc.).

Para discutir esse cenário, foram utilizados dados do Índice de Progressão Social (IPS), uma ferramenta que mede o desempenho social e ambiental de territórios em todas as geografias, englobando desde países às comunidades locais. Os dados coletados em território nacional foram pensados com base em três dimensões:

- **Necessidades Humanas Básicas**: formada pelos componentes relacionados à água e saneamento, moradia e segurança pessoal;
- **Fundamentos do Bem-estar**: compreende componentes como o acesso à saúde e bem-estar e a qualidade do meio ambiente;
- **Oportunidades**: abrange os direitos individuais e a inclusão social.

A partir desses e de outros componentes, surgem os 57 indicadores que sintetizam os dados obtidos a fim de evidenciar os municípios brasileiros, desde os melhores aos piores índices investigados. A figura 1 ilustra essas informações visando uma análise de teor geográfico, sobretudo regional.

Figura 1 - Resultados do IPS em 2025



Fonte: IPS (2025).

Em relação à classificação dos municípios, os 57 indicadores apontam que, no ano de 2025, dentre os 20 municípios com os piores índices, sua maioria se localiza na Região Norte, especialmente no estado do Pará, que lidera ocupando o cargo de piores pontuações com 12 municípios, incluindo Portel, que faz parte da região marajoara (IPS, 2025).

Esses índices apontam para uma questão a ser refletida referente à produção social do espaço e suas expressivas desigualdades quando com-

parados à Região Sudeste, principalmente no que tange à regionalização brasileira e aos entraves político-administrativos de campanhas malogradas nesses territórios.

A construção desses espaços precários remete à *salubridade urbana*. Segundo Silva *et al*. (2025), esse termo faz alusão a um conjunto de condições ambientais, sanitárias, habitacionais e sociais que garantem um ambiente saudável e seguro à população, englobando uma série de fatores relativos à eficiência na organização, na mobilidade e no acesso ao espaço urbano.

Diante das discussões sobre a temática urbana na Amazônia, emerge a necessidade de refletir sobre a tipologia de uma das cidades tradicionais mais representativas da região: as cidades ribeirinhas e os riscos advindos da incorporação de modelos urbanos modernos. Torna-se fundamental compreender a formação dessas cidades e os critérios de definição de sua tipologia, de modo a apresentar, conjuntamente, as razões que justificam a reavaliação de seus processos de urbanização, os quais frequentemente provocam sua descaracterização.

No contexto das pequenas cidades amazônicas — especialmente as tradicionais e ribeirinhas —, as florestas e os rios devem ser entendidos não como ponto final, mas como ponto inicial de análise (Oliveira, 2006). As peculiaridades urbanas dessas localidades foram moldadas por um padrão histórico de ocupação, estabelecido pelas sociedades que ali viviam. Segundo Gonçalves (2024), tal padrão se constrói a partir da presença e interação de três elementos ambientais essenciais para seu desenvolvimento: várzeas, rios e florestas. A proximidade entre esses elementos cria ecossistemas singulares, cuja configuração espacial influencia diretamente a organização urbana.

Conforme Oliveira (2006) e Trindade Jr. (2013), as cidades ribeirinhas mantêm uma sensação de "tempo lento", com dinâmicas econômicas tradicionais realizadas em seu entorno. Sua população é predominantemente de origem local, o que significa que não há um fluxo migratório significativo como fator estruturante da urbanização. Tal característica aponta para fortes enraizamentos culturais que permeiam o cotidiano dessas sociedades, reforçando identidades coletivas ligadas à floresta e ao rio.



Assim, as cidades ribeirinhas configuram identidades singulares e modos de vida que refletem a integração histórica entre espaço social e ambiente natural. Entretanto, como mencionado, tais modelos urbanos não são imunes a interesses externos e interferências socioespaciais.

Os processos de urbanização — especialmente em áreas periféricas — frequentemente se afastam de políticas públicas ideais, muitas vezes conduzidas sem participação comunitária e com baixa transparência (Soares *et al*., 2018). Essa lógica faz com que, no panorama atual, o modo de produção vigente e seus reflexos espaciais reforcem paradigmas de desenvolvimento prejudiciais aos ecossistemas ribeirinhos.

Costa *et al*. (2021) alertam que as cidades localizadas em contextos hidrográficos diversificados enfrentam riscos ao adotar o modelo de urbanização predominante na Amazônia, que, desde as políticas nacionais de integração regional, reproduz padrões de desigualdade socioespacial. Os autores destacam que tal modelo promove uma cultura de negação do rio como elemento estruturante e meio de vida, um recurso vital, convertendo-o em barreira física ou paisagística residual, desconectada do cotidiano urbano.

> Nesta dimensão, o rio perde o seu caráter ambiental, e se torna um elemento integrante de um sistema técnico, cujas demandas por parte da sociedade civil e as soluções implementadas pelo poder público o tratam como mero elemento de um sistema de engenharia. Nesta perspectiva, o rio canalizado tem sua dinâmica natural negligenciada (tanto por parte do poder público, como da sociedade), porém esta dinâmica não é passível de ser anulada (Costa *et al.*, 2021, p. 266).

O modelo de urbanização vigente apresenta-se como um risco à formação urbana e sociocultural das cidades ribeirinhas, especialmente quando analisado no contexto marajoara, caracterizado por arquipélagos interligados por diversos corpos d'água. As transformações espaciais decorrentes desse modelo não afetam apenas as condições físicas e os objetos espaciais, elas influenciam, de forma significativa, a configuração das sociedades, sobretudo aquelas que se desenvolveram após as mudanças estabelecidas.

Esse processo culmina na implementação de um *gênero de vida urbano* (Lefebvre, 1999) em substituição às práticas culturais rurais de caráter agropecuário ou extrativista. Tal fenômeno dialoga com a ideia de Santos (2023) ao demonstrar que o avanço da urbanização não se restringe aos aspectos técnicos que compõem a *tecnosfera*, mas também envolve a *psicosfera* – o domínio das ideias e o espaço de produção de sentidos.

Em complemento, Monte *et al*. (2022), baseando-se nos apontamentos de Leff (2009), salientam que essas transformações ocasionam impactos ambientais degradantes, comprometendo os recursos naturais e provocando a segregação cultural de valores e saberes historicamente vinculados às comunidades tradicionais.

No que se refere aos temas de cidadania e sustentabilidade, Jacobi (2003) enfatiza a relevância de discutir as questões ambientais contemporâneas. Tal abordagem revela um fenômeno crescente de degradação ambiental, que afeta diretamente a qualidade de vida nas cidades – especialmente nas periferias –, considerando que a maioria da população brasileira reside em áreas urbanas.

É necessário pensar em um modelo de urbanização sustentável voltado aos interesses dos sujeitos que habitam esses ecossistemas, assegurando a preservação ambiental e a continuidade de seus modos de vida. Nesse contexto, o planejamento urbano apresenta-se como elemento indispensável para tratar dessas questões, incorporando a participação dos povos originários e das comunidades tradicionais nele inseridas. Essas sociedades possuem um patrimônio cultural e um acervo de conhecimentos que tornam imprescindível o diálogo com propostas desenvolvimentistas (Gonçalves, 2024).

As cidades da Amazônia apresentam particularidades que ampliam a complexidade de suas questões sociais. Conforme Trindade Jr. (2013), as configurações sociais das cidades tradicionais e ribeirinhas devem ser entendidas como espaços sociais regidos por sociedades diversamente territorializadas e dinamizados pela pluralidade de relações, temporalidades e espacialidades. São caracterizadas pela multiplicidade de movimentos de apropriação e resistência protagonizados por caboclos, camponeses, indígenas e ribeirinhos.

Diante disso, torna-se necessário adotar uma perspectiva que ultrapasse as dimensões físicas e pragmáticas da logística urbana. A análise deve romper com interpretações estritamente objetivas do espaço e considerar o contexto social, bem como suas formas simbólicas de representação que revelam espaços de vivência. Tais expressões se manifestam em diferentes moldes urbanos e traduzem as conexões socioeconômicas e simbólico-culturais existentes entre os indivíduos e seus ecossistemas. Assim, essa questão se mostra mais ampla do que a simples classificação das cidades e sociedades como elementos isolados. Cabe aos estudos urbanos, no contexto amazônico, reconhecer esses espaços como conjuntos de pluralidades sociodiversas, que se adaptam e/ou resistem às mediações internas e externas, mantendo vivas suas identidades e modos de vida.

1.2 OS RIOS, AS VÁRZEAS E SEUS SIGNIFICADOS: DOS USOS TRADICIONAIS À URBANIZAÇÃO DOS MEIOS

Nos territórios amazônicos, encontram-se rios e várzeas que permeiam os espaços e integram uma hidrografia regional diversificada. Contudo, nas últimas décadas, a região amazônica apresenta um panorama urbano marcado por ameaças a essas áreas em razão de intensos processos de urbanização e transformações socioespaciais (Costa *et al*., 2021).

No contexto marajoara, a vida no arquipélago estrutura-se fortemente pelo uso das águas e pela relação com seus movimentos (Pacheco, 2024). Dessa forma, ao analisar os fenômenos urbanos, torna-se imprescindível considerar a relevância e a preservação dos corpos hídricos, reconhecendo-os como elementos essenciais do debate, uma vez que estão intrinsecamente ligados aos modos de vida que se desenvolvem nesses ecossistemas.

Em termos geomorfológicos, Suguio e Bigarella (1979) caracterizam o rio como uma corrente canalizada ou confinada, podendo também se referir a canais sem água em regiões mais áridas. Guerra (1993) e Cunha (2012) definem o rio como uma corrente líquida resultante da concentração de um lençol de água ao longo de um vale. Dessa forma, o termo rio designa o tronco principal de um sistema de drenagem, fundamental para a organização e funcionamento da rede hidrográfica.



No que se refere às várzeas, Suguio (1998) descreve-as como áreas adjacentes ao canal fluvial, compostas por sedimentos depositados durante as enchentes, quando as águas transbordam para fora do canal principal. Christofoletti (1980) acrescenta que essa designação é pertinente, pois, conforme a dinâmica das marés, essas áreas podem temporariamente funcionar como leito dos rios. Assim, o termo várzea caracteriza uma área inundável que, anualmente, é quase totalmente alagada durante o período das cheias.

Este capítulo tem como premissa analisar a relação que rios e várzeas estabelecem com a sociedade no contexto urbano de uma cidade. Sob esse prisma, Moraes, Barreto e Costa (2025) definem os rios urbanos como aqueles situados dentro dos limites municipais, que estão sujeitos aos impactos da urbanização. Além disso, seus significados variam de acordo com as interações socioespaciais ocorridas no ambiente urbano, refletindo adaptações, usos e transformações que a ocupação humana lhes impõe.

Os rios desempenham papel essencial para diversas espécies, e a água que os compõe — especialmente a doce — é um recurso indispensável para suprir as necessidades humanas (Diegues, 2005). Entretanto, no contexto urbano brasileiro, os processos de urbanização têm se intensificado, fomentando a progressiva degradação ambiental dos rios urbanos. Essa degradação se manifesta por meio de diversas problemáticas, como a ausência de saneamento básico e as formas precárias de ocupação de suas margens.

Nesse cenário, os significados historicamente atribuídos aos rios sofrem inversão: antes valorizados como recursos naturais e elementos estruturantes da paisagem, tornam-se obstáculos ao desenvolvimento urbano e, frequentemente, geram repulsa na população (Moraes; Barreto; Costa, 2025).

Essa questão exige uma abordagem aprofundada, pois não se restringe a uma análise de caráter ambiental, consoante Costa *et al*. (2021, p. 242):

> Destarte, ao tratar de rios urbanos e bacias hidrográficas urbanas da Amazônia, o estudo também remonta ao tema mais amplo da urbanização desigual desta porção do território nacional. Levando em consideração a complexidade do tema dos rios urbanos, que envolve variáveis que englobam tanto conhecimentos



> da natureza biofísica como conhecimentos de natureza social, a abordagem de tratamento necessita de enfoque interdisciplinar.

O enfoque interdisciplinar apresenta-se como necessário para suprir lacunas frequentemente deixadas por estudos de natureza exclusivamente social. Nesse sentido, Costa *et al*. (2021), ao investigar a complexidade dos rios urbanos na capital paraense, desenvolveram reflexões de caráter socioambiental, especialmente no que se refere à disponibilidade de recursos hídricos para a população local. Tal perspectiva reforça a noção definida por Bordalo (2017) de *paradoxo das águas*, segundo a qual grande parte das cidades situadas na região amazônica enfrenta problemas relacionados ao acesso desigual à água potável, ao saneamento básico e ao abastecimento, mesmo estando inseridas em um território com uma extensa e abundante malha hidrográfica.

Para além da problemática relacionada ao acesso e à distribuição dos recursos hídricos, é fundamental que as pesquisas considerem também a natureza intrínseca dos rios como elemento estruturante na produção do espaço urbano. Estudos dessa natureza assumem maior relevância ao se examinar o panorama de produção das cidades amazônicas, tendo em vista que suas transformações espaciais, segundo Oliveira (2012, p. 34), "são rápidas e quase sempre desprezam a história e a cultura do lugar".

À vista disso, Oliveira (2012) argumenta que as contradições e desigualdades socioespaciais refletem a forma como as cidades amazônicas frequentemente incorporam os igarapés às lógicas expansivas do processo de urbanização, promovendo a artificialização dos lugares. O autor destaca ainda que as dimensões simbólicas e imaginárias — muitas vezes desconsideradas nas transformações socioespaciais — tendem a se dissipar frente às tendências homogeneizantes do espaço urbano. Contudo, esses elementos culturais permanecem presentes no imaginário coletivo das sociedades anteriores, consideradas tradicionais.

Por fim, cabe destacar a relevância desses espaços enquanto lugares socialmente produzidos. Na análise de Oliveira (2012), os igarapés revelam-se imprescindíveis no contexto urbano de Manaus, sobretudo para indivíduos dos segmentos populares locais, que se apropriaram desses ambientes

e os transformaram em espaços de festa, lazer, encontros e afirmação de seus cotidianos e modos de vida.

Nessa perspectiva, as águas e seus cursos apresentam múltiplos significados e formas de uso, definidos pelos modos como as sociedades classificam e se relacionam com esses ambientes. Conforme Diegues (2005), nas sociedades tradicionais, a água e suas extensões integram uma concepção territorial que sustenta modos de vida, identidades e relações específicas com esses espaços — como exemplificado pelos caboclos.

Em contrapartida, nas sociedades modernas, a água, embora ainda reconhecida como bem comum, é amplamente domesticada e controlada por técnicas que a convertem em mercadoria (Diegues, 2007). Nesse processo, os corpos d'água passam por intensas interferências que desterritorializam e descaracterizam suas interações socioambientais, tornando o contato direto com esse recurso cada vez mais raro.

No que tange à discussão sobre a concepção territorial, Santos *et al*. (2023) realizaram estudos conceituais relacionando o território às ocupações nos manguezais da zona costeira paraense. Os autores fundamentaram seu trabalho nas contribuições de Santos (2005), que destaca que a evolução da noção de território extrapola a definição jurídico-política atribuída pelo Estado-nação. Para o geógrafo, o território deve ser compreendido como resultado de um conjunto de práticas socialmente produzidas em um dado meio. Dessa forma, a construção dinâmica de identidades nesses lugares orienta os usos e significados atribuídos ao território.

Nessa perspectiva, Santos (2006) propõe a categoria de "território usado" como produto das manifestações sociais que tecem a identidade territorial. Trata-se, portanto, de entender o território para além das formas físicas e delimitações oficiais, considerando-o como espaço constituído por objetos e ações que formam ambientes habitados e vivenciados.

A concepção territorial, contudo, varia conforme os segmentos sociais. Para os atores hegemônicos, o território usado pode ser concebido como "recurso", servindo de base para imposições e interesses particulares, sustentados por práticas e atividades exógenas ao lugar, em detrimento das necessidades de quem nele habita. Por outro lado, para os atores hegemo-



nizados, o território usado assume o significado de “abrigo”, pois representa espaço de existência e resistência, no qual a adaptação constante garante a sobrevivência desses grupos (Santos, 2006).

Entretanto, no contexto amazônico — em especial no marajoara —, a relação entre os conceitos de “abrigo” e “recurso” assume particularidades que refletem sua diversidade hidrográfica. Esses espaços, compostos por rios e várzeas, não se limitam a um único significado, pois podem ser entendidos simultaneamente como suporte existencial e como objeto de apropriação econômica.

Sob a perspectiva de “abrigo”, os rios e várzeas são imprescindíveis para os agentes que habitam ou ocupam essas áreas, seja por meio de assentamentos voltados à moradia, seja pelas práticas extrativistas que constroem vínculos essenciais à manutenção e reprodução dos modos de vida — além de reafirmarem identidades coletivamente construídas. Já sob a ótica de “recurso”, esses ambientes se tornam alvo de interesses privados, expressos em processos de privatização espacial, exploração de recursos naturais ou em imposições técnicas que desestruturam ecossistemas pré-existentes.

Apesar dessas transformações, Oliveira (2012) ressalta que as cidades amazônicas não devem ser compreendidas exclusivamente como produtos contemporâneos, pois muitas ainda preservam elementos de modos de vida antigos. Esses aspectos se manifestam em objetos cristalizados na paisagem urbana, incorporando traços da natureza e formas culturais produzidas e reproduzidas em diferentes épocas numa tentativa de conservar o legado, as memórias e, sobretudo, a identidade local.

Dessa maneira, partindo da ideia de “dos usos tradicionais à urbanização dos meios”, observa-se que rios e várzeas — outrora fundamentais à manutenção de modos de vida tradicionais, seja nas formas de ocupação, nas atividades extrativistas ou nos momentos de lazer como reflexos culturais — hoje, sob o impacto das estruturas vigentes, passam por profundas transformações socioespaciais. Tais mudanças redimensionam e descaracterizam a dinâmica desses espaços, alterando significativamente seu lugar e seu território na vida ambiental e social.



CAPÍTULO 2 - PERCEPÇÃO AMBIENTAL E MODOS DE VIDA NA AMAZÔNIA

2.1 PERCEPÇÃO AMBIENTAL: ORIGEM, CONCEITOS E ABORDAGEM

A percepção ambiental é um tema tradicionalmente associado aos estudos da Psicologia, mas que passou a ter relevância também na história recente da Geografia. De forma geral, refere-se ao modo como os indivíduos percebem o ambiente em que estão inseridos. O presente capítulo busca compreender as origens do conceito, suas definições, abordagens metodológicas e delimitações no campo do conhecimento.

Inicialmente, sob enfoque introdutório, Marin (2008, p. 206, *grifo do autor*) define o termo "percepção" da seguinte maneira:

> O termo percepção, derivado do latim *perception*, é definido na maioria dos dicionários da língua portuguesa como: ato ou efeito de perceber; combinação dos sentidos no reconhecimento de um objeto; recepção de um estímulo; faculdade de conhecer independentemente dos sentidos; sensação; intuição; ideia; imagem; representação intelectual.

Assim, pode-se afirmar que percepção envolve a forma como os indivíduos interpretam objetos e fenômenos, sendo o ato de perceber, reconhecer e receber estímulos que provocam determinadas sensações. Para Ferreira (2005), o conceito está próximo de uma perspectiva fenomenológica, possuindo significado amplo e popular.

De acordo com Zanini *et al*. (2021), fundamentados nas pesquisas de Moimaz e Vestena (2017), a percepção consiste em obter, interpretar, selecionar e organizar informações captadas pelos sentidos. Dessa forma, o indivíduo, por meio da percepção, consegue organizar e atribuir significado às experiências sensoriais relacionadas ao ambiente.

O princípio dos estudos sobre percepção está enraizado nos ensaios fenomenológicos. Segundo Marin (2008), o conhecimento da percepção está voltado para a utilização dos sentidos como base da interpretação de objetos, enfatizando as respostas aos estímulos externos



— o que revela uma proximidade com os fundamentos do comportamentalismo.

Ainda sobre essas pesquisas, Merleau-Ponty (1999), em sua obra intitulada *Fenomenologia da Percepção*, afirma que a percepção que os sujeitos têm sobre a realidade ocorre por meio dos objetos físicos (*corpos*) e que, através deles, é possível "reaprender a ver o mundo", estabelecendo correlações entre fenômenos perceptivos e linguísticos. Merleau-Ponty (1999, p. 1-2) define que a fenomenologia é "a tentativa de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela é, e sem nenhuma deferência à sua gênese psicológica e às explicações causais que o cientista, o historiador ou o sociólogo dela possam fornecer".

Conforme Pereira, Correia e Oliveira (2010), a fenomenologia questiona "verdades" impostas pelas ciências racionalistas, valorizando percepções subjetivas, vivências e interpretações pessoais. Marin (2008) complementa que os estudos de Merleau-Ponty ofereceram aportes teóricos fundamentais para investigações em Geografia e Educação Ambiental, especialmente voltadas ao ambiente e ao espaço. Tais estudos são estratégicos para promover reflexões acerca das questões ambientais recorrentes (Zanini *et al*., 2021).

Os avanços teóricos nos estudos de percepção, especialmente da percepção ambiental, têm se concentrado na análise da relação entre os sujeitos e o mundo, com o objetivo de compreender como esses indivíduos interpretam a realidade por meio de objetos e fenômenos, sejam eles concretos ou abstratos. Os fundamentos fenomenológicos foram de suma importância para o desenvolvimento das ciências sociais. A fenomenologia traz uma ideia antropocêntrica do mundo ao destacar os significados e valores atribuídos ao espaço.

Pereira, Correia e Oliveira (2010, p. 176) complementam dizendo o seguinte:

> No campo fenomenológico, o espaço tornou-se um objeto muito importante para a pesquisa geográfica. Nesse processo, as categorias geográficas são interdependentes e isso resulta num campo fértil para estudo do espaço a partir de sua interação entre o lugar, a paisagem, a região e o território, visando manter

> as relações entre fenômenos que se manifestam a todo instante no espaço.

A percepção não se baseia em interpretações pragmáticas e objetivas do universo e seus objetos. Cada sujeito constrói uma interpretação espacial própria, refletida em sua percepção. Assim, não há percepção "errada" ou "inadequada"; existem múltiplas percepções condizentes com os espaços vividos (Oliveira, 2012).

O termo "ambiental" deriva de "ambiente", conceito que, segundo Loureiro, Azaziel e Franca (2003, p. 18), pode ser entendido como "um espaço territorialmente percebido, com diferentes escalas de compreensão e intervenção, em que se operam as relações sociedade–natureza". Nesse viés, Zanini *et al*. (2021) acrescentam que o ambiente resulta de múltiplas interações complexas, delimitadas em recortes espaço-temporais que permitem construir sentidos de localidade, territorialidade, identidade e pertencimento.

Em termos legais, a educação ambiental é definida pela Lei nº 9.795/1999 (Brasil, 1999) como o processo pelo qual indivíduos e sociedade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades e competências voltados à conservação ambiental sustentável enquanto bem de uso comum.

Sob esse viés, Jacobi (2003) argumenta que a educação ambiental deve ser entendida como um processo contínuo e crítico, voltado para o fortalecimento da consciência coletiva, estimulando práticas sustentáveis e promovendo a participação ativa dos cidadãos na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e ambientalmente responsável.

Os estudos sobre percepção ambiental buscam compreender a interpretação e as emoções dos sujeitos em relação ao lugar e à paisagem. Rio e Oliveira (1999) concebem percepção como forma de interação entre indivíduo e meio ambiente, em que o sujeito, ao interagir com o espaço, realiza um processo mental mediado tanto por mecanismos perceptivos quanto cognitivos.

É importante frisar que a construção de uma concepção não ocorre de forma homogênea, haja vista que as percepções de indivíduos presentes

no mesmo espaço variam. Isso significa que eles não necessariamente serão capazes de interpretar a realidade de maneira idêntica. Conforme Zanini *et al*. (2021, p. 3), "se todos os sujeitos percebessem os objetos (materiais e imateriais) da mesma forma, não haveria divergências de percepções. Logo, a subjetividade é o elemento responsável por distintas percepções entre os sujeitos sobre um mesmo objeto".

Alinhado a essa discussão, Tuan (1974), em *Topofilia*, pondera que a percepção deve ser entendida como uma atividade que ocorre de forma particular em cada indivíduo, constituindo-se, desta maneira, em um estender-se para o mundo. O geógrafo também enfatiza a importância dos sentidos no processo de percepção ambiental e na apreensão da paisagem vivida. Os sentidos possibilitam a interação do ser humano com o mundo quando atuam simultaneamente, permitindo perceber e sentir os fenômenos.

Vale ressaltar que a percepção pode se manifestar de diversas formas, indo além da simples verbalização dos fenômenos. Segundo Zanini *et al*. (2021, p. 9):

> A percepção ambiental nem sempre é algo expresso ou verbalizado cotidianamente na vida das pessoas, mas isso não significa que ela não seja vivenciada. Os estudos de percepção ambiental buscam o conhecimento da relação que um determinado grupo social estabelece com o ambiente

Nos estudos da geografia humanista, o termo percepção ambiental pode ser associado a diferentes categorias de análise espacial, uma vez que sua compreensão transcende os princípios das correntes de pensamento geográfico de caráter racionalista e descritivo do espaço. Corrêa (2000, p. 30) comenta que, na geografia humanista:

> A paisagem torna-se um conceito revalorizado, assim como a região, enquanto o conceito de território tem na geografia humanista uma de suas matrizes. O lugar passa a ser o conceito-chave mais relevante, enquanto o espaço adquire, para muitos autores, o significado de espaço vivido.

Nesse contexto, o foco recai sobre a introspecção e a compreensão de como os indivíduos, enquanto integrantes de uma sociedade, interpretam a natureza e atribuem significado à sua realidade. Analogamente, Souza Jr. e Souza (2025, p. 78) ponderam que:

> As geografias emocionais tratam das vidas e experiências emocionais das pessoas em relação a determinados lugares e paisagens. Em razão desse enfoque, elas abrem o escopo da investigação geográfica para problemáticas relativas à (inter)corporeidade, as (inter)subjetividades, as interações relacionais e os imaginários espaciais social e culturalmente constituídos em torno das variáveis encontradas no amplo espectro dos fenômenos emocionais.

Sendo assim, os estudos de percepção na Geografia estão fundamentados na dinâmica socioespacial e cultural que envolve os fenômenos vividos e percebidos. Essa corrente de pensamento contrapõe-se aos estudos teorético-quantitativos, pois apresenta, em sua essência, aspectos subjetivos, intuitivos, sentimentais, simbólicos e contingentes, enfatizando o singular com base na inteligibilidade da realidade, em detrimento das considerações universais (Corrêa, 2000).

Em suma, conforme destaca Pereira, Correia e Oliveira (2010), as geografias humanas, ao considerarem a dimensão da percepção, orientam-se por estudos e ensaios que levam em conta o mundo percebido, vivido e imaginado pelos indivíduos. Partindo de uma abordagem subjetiva, as experiências vivenciadas por meio da percepção contribuem para a construção de uma consciência sobre o espaço, o meio ambiente e o lugar.

Assim, pode-se afirmar que a construção cognitiva da percepção dos sujeitos, mediada pelos sentidos, abrange fenômenos endógenos — relacionados à introspecção — e exógenos — vinculados aos objetos e elementos percebidos sensorialmente. No entanto, não são apenas os meios externos que determinam essas percepções, visto que há variações significativas na forma como cada indivíduo apreende tais fenômenos. Desse modo, destaca-se a relevância dessa análise conceitual, especialmente quanto ao seu papel em embasar e orientar a interpretação dos dados obtidos nas atividades de campo.

2.2 OS MODOS DE VIDA NA AMAZÔNIA

O presente tópico tem por objetivo definir e caracterizar determinados segmentos sociais presentes na região amazônica, considerando a diversidade que compõe o cenário urbano-social local. Em razão disso, torna-se imprescindível abordar exemplos específicos, iniciando-se pelos ribeirinhos, varzeiros e algumas representações de modos de vida urbano nas cidades amazônicas, com atenção à discussão de suas definições, seus aspectos sociais e modos de vida.

Sob esse prisma, e a partir de estudos acerca das formas de *r-existência* presentes nas Amazônias — em especial nas comunidades ribeirinhas —, Gonçalves (2024, p. 154) afirma:

> O caboclo ribeirinho é, sem dúvida, o mais característico personagem amazônico. Em suas práticas estão presentes as culturas mais diversas que vêm dos mais diferentes povos indígenas, do imigrante português, de migrantes nordestinos e de populações negras. Habitando as várzeas desenvolveu todo um saber na convivência com os rios e com a floresta.

Considerando tais aspectos, pode-se afirmar que as experiências, relações e vivências ribeirinhas desempenham papel imprescindível na produção de conhecimentos voltados à sobrevivência e manutenção de seus territórios habitados. Conforme apontam Costa, Leão e Costa (2025), esses sujeitos possuem um modo de vida singular, pertencente e diretamente vinculado à realidade amazônica, sustentado por aspectos que estruturam suas relações socioambientais. Trata-se de agentes territorializados nas várzeas e detentores de saberes derivados de sua interação contínua com os ecossistemas que habitam.

De acordo com Gonçalves (2024, p. 155):

> O interessante é que esses amazônidas têm uma visão e uma prática nas quais solo, floresta e rio se apresentam como interligados, um dependendo do outro, dos quais todo um modo de vida e de produção foi sendo tecido, combinando essas diferentes partes dos ecossistemas amazônicos com a agricultura, o extrativismo e a pesca. São produtores polivalentes.



A construção de uma identidade ribeirinha, portanto, é marcada "pela presença da mata e do rio, elementos que estão cotidianamente em sua vida. Essa convivência é um elo que se fortifica a cada amanhecer, quando seu olhar volta-se para o rio e adentra a mata" (Ribeiro, 2012, p. 84). Além disso, o autor salienta que a relação dos ribeirinhos com os ecossistemas — sejam eles aquáticos ou florestais — constitui o fio condutor de sua vida cotidiana.

No que se refere à autossuficiência, a organização comunitária das comunidades ribeirinhas está diretamente relacionada à dinâmica dos rios e às atividades produtivas que dela decorrem (Ribeiro, 2012), uma vez que sua alimentação se baseia "no consumo de produtos derivados da mandioca, da pesca, do açaí e de diferentes recursos que a exploração na floresta possibilita para sua subsistência" (Costa, 2020, p. 46). Nesse sentido, esses ecossistemas constituem *territórios usados* (Santos, 2006), essenciais ao desenvolvimento de suas práticas e modos de vida. Assim, é possível afirmar que os ribeirinhos, juntamente com os povos indígenas, integram a linha de frente na defesa de seus interesses quanto à preservação ambiental, sendo considerados "guardiões da floresta" (Saillant; Forline, 2001).

No que tange aos varzeiros, verifica-se que sua realidade é próxima a dos ribeirinhos. Em termos gerais, varzeiro é aquele que reside sobre as várzeas. Contudo, a contextualização dessa categoria exige análise diferenciada, considerando suas especificidades e semelhanças com o modo de vida ribeirinho.

Na Amazônia, as várzeas possuem funções distintas conforme o contexto em que se situam. Nos campos, tais áreas configuram ecossistemas essenciais à subsistência de famílias, pois proporcionam solos férteis, diversas espécies e recursos naturais que sustentam a economia local (Costa, 2020). No ambiente urbano, especialmente em cidades ribeirinhas, as várzeas também se constituem como espaços de moradia, ainda que vulneráveis devido ao baixo custo dos terrenos, à falta de infraestrutura e às atividades econômicas de pequena escala (Pereira, 2007).

Pensando na concepção varzeira, McGrath *et al*. (1993), conforme destacado por Costa (2020), evidenciam que essa identidade é moldada pela adaptação às condições ambientais específicas dessas áreas, marcadas pela



oscilação hídrica sazonal de cheias e secas, nas quais esses indivíduos desenvolvem suas atividades econômicas e sociais conforme tal dinâmica natural. Diegues (2005) acrescenta que a periodicidade das águas constitui elemento central e determinante para a organização social e econômica desses grupos.

Estudos sobre o manejo dos açaizais evidenciam que o varzeiro é caracterizado tanto pela sua inserção no ecossistema das várzeas quanto pela polivalência produtiva, que inclui agricultura e extrativismo (Matos Filho, 2016; Canto, 2007).

Ainda referente a esses agentes, Canto (2007, p. 18) complementa:

> Esta concepção pode ser utilizada para caracterizar o ribeirinho que mora isolado, isto é, distantes dos núcleos de povoamento e vilas nas margens dos rios, tanto nas várzeas como na terra - firme. Deste modo, todo o varzeiro é ribeirinho, mas nem todo ribeirinho é varzeiro.

Compreende-se, assim, que as semelhanças entre ribeirinhos e varzeiros não anulam suas especificidades. Ao contrário, evidenciam a diversidade de segmentos sociais que coexistem nos territórios amazônicos, seja na terra firme, nas várzeas ou nos rios.

Em síntese, ribeirinhos e varzeiros são agentes territorializados cuja vida se constrói a partir de relações de profunda interdependência com seus ecossistemas. Os rios e as várzeas constituem elementos centrais na conformação de suas práticas, culturas e identidades, sendo constantemente reproduzidos e reinventados por meio de atividades que asseguram a manutenção de seus espaços ocupados, vivenciados e aproveitados.

Para complementar a discussão sobre modos de vida na Amazônia, é importante ressaltar que as cidades e metrópoles também estão presentes nesse contexto. Dessa maneira, torna-se necessário compreender o que se considera como modo de vida urbano na região.

Conforme mencionado anteriormente, a região amazônica passou por um processo de urbanização considerado inadequado ao perfil geográfico característico de seu território. Segundo Castro, Amaral e Herrera (2024, p. 69-70):



> Na região amazônica, a urbanização ocorreu por meio de projetos desenvolvimentistas proporcionados pelo Governo Federal na época, no entanto, esses projetos estavam mais voltados à exploração dos recursos naturais e os "espaços vazios", para alcançar o desenvolvimento econômico e social do espaço amazônico.

Esse processo é considerado inadequado, dado que as cidades estabelecidas na região transcendem as propostas de integração regional. Não basta analisá-las sob uma ótica política, é imprescindível compreendê-las em relação ao lugar, visto que carregam espaços que revelam modos de vida distintos do padrão urbano estabelecido em outras regiões (Oliveira, 2006).

Cabe destacar que a urbanização não se limita ao aumento populacional ou à ampliação do número de cidades. Becker (2001) argumenta que o fenômeno pode ser compreendido a partir da configuração de um espaço social, relacionado à integração cultural no campo ideológico, o qual difunde valores e comportamentos próprios de um modo de vida moderno e urbano. Portanto, o modo de vida urbano amazônico não deve ser interpretado de maneira isolada, mas sim analisado a partir de uma perspectiva conjuntural, considerando aspectos diversos que se manifestam nas cidades e repercutem nas condições e formas de vida de seus habitantes (Pereira, 2012).

Segundo Pereira (2012), nas pequenas cidades amazônicas, o modo de vida é constituído por atividades socioeconômicas voltadas principalmente para o comércio local ou regional e para serviços ofertados por cargos públicos da administração municipal, em conjunto com o poder público. O autor ressalta a quase inexistência de atividades macroeconômicas e industriais nessas localidades. Para Pereira (2012), o modo de vida urbano é uma forma de organização socioespacial caracterizada pela introdução de práticas, valores e infraestruturas específicas das cidades, como o trabalho assalariado, a mobilidade, o consumo de bens e serviços urbanos e a lógica da propriedade privada. Tais elementos passam a coexistir com modos de vida anteriores, criando tensões e influenciando transformações consideradas modernas.

Partindo dessa perspectiva, a ideia de "moderno" e "urbano" muitas vezes afronta os tipos de cidades amazônicas. Conforme Oliveira (2006), es-



ses modos de vida possuem raízes caboclas, trazendo elementos culturais profundamente ligados ao mundo amazônico, permeados de dimensões simbólicas que persistem mesmo diante de influências externas da civilização moderna. Para o autor, a vida nas cidades está intrinsecamente ligada aos rios e às florestas. Nas cidades amazônicas tradicionais, há uma percepção de inércia e predominância de um ritmo lento.

Os avanços na produção do espaço urbano, por outro lado, podem gerar impactos ambientais significativos. Nesse sentido, Paz (2021) observa que os rios são frequentemente esquecidos, ou até negados pelas populações urbanas, em razão de problemas ambientais que prejudicam esses ecossistemas.

Com base nas contribuições de Trindade Jr. (2022), pode-se considerar que a noção de "urbanodiversidade" remete às diferentes realidades urbanas da Amazônia. As diferentes formas de uso e apropriação do espaço não devem ser analisadas isoladamente, pois as cidades refletem como o espaço foi moldado por diferentes períodos e circunstâncias históricas.

Velho (1995) argumenta que o estilo de vida urbano só pode ser compreendido por meio da ampliação de horizontes, envolvendo trocas materiais e simbólicas entre diversos agentes de forma permanente e intensa, dentro de um espaço social e geograficamente delimitado.

Assim, Barreto (1986) acrescenta que a compreensão dos modos de vida urbanos requer análises concretas sobre diferentes cidades, considerando a diversidade dos ambientes urbanos e aspectos amplos da sociedade, como a história de formação, os produtos culturais e as relações socioeconômicas.

Diante da presente discussão, observa-se que os modos de vida urbanos na Amazônia são variados, inclusive nas pequenas cidades com fortes vínculos com o ambiente natural. Para esta pesquisa, torna-se essencial analisar esses modos de vida a fim de identificar os agentes presentes no campo. Frisa-se que o modo de vida urbano dessas cidades pouco se distancia de seu contexto regional. Contudo, quando tal distanciamento ocorre, a desconexão torna-se evidente e potencialmente prejudicial ao meio ambiente e aos diferentes segmentos sociais.

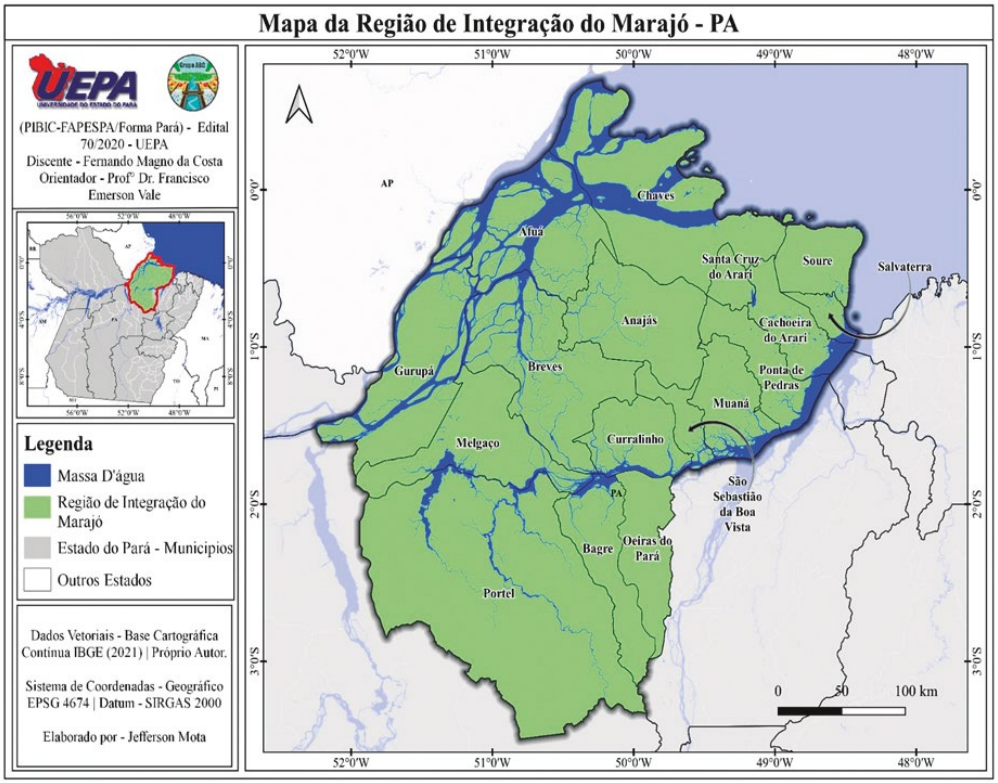
CAPÍTULO 3 – DO PANORAMA GERAL AO FOCO LOCAL: O CAMINHO DA PESQUISA

3.1 O ARQUIPÉLAGO MARAJOARA

Localizada na Região Norte do Brasil, no estado do Pará, a Ilha do Marajó possui uma área de aproximadamente 49.606 km², situada entre os paralelos 0° e 2° S e os meridianos 48° e 51° W (Marques, 2024). Embora popularmente conhecida como "ilha", trata-se, na realidade, de um arquipélago composto por cerca de três mil ilhas e ilhotas, situado na confluência de duas importantes bacias hidrográficas: a do rio Amazonas e a do rio Tocantins-Araguaia, ambas desaguando no Oceano Atlântico. Entre essas formações, a Ilha do Marajó destaca-se por ser considerada o maior arquipélago fluviomarinho do planeta (Gonçalves *et al*., 2016).

A extensão territorial da Ilha do Marajó compreende 17 municípios: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Oeiras do Pará, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure (mapa 1). Sua relevância não se limita às dimensões geográficas ou aos índices quantitativos, pois, sob o aspecto qualitativo, o arquipélago apresenta ecossistemas ricos e diversos, manifestados em ambientes como campos naturais, planícies alagadas, densas florestas (Gonçalves *et al*., 2016), manguezais e pequenas áreas sedimentares.

Mapa 1 - Região de Integração do Marajó



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

O processo histórico de ocupação da Ilha do Marajó apresenta aspectos semelhantes à própria trajetória de ocupação da Amazônia brasileira, tendo origem nos povos originários que, há séculos, eram seus habitantes predominantes (Gonçalves *et al*., 2016). Essas organizações sociais atravessaram — e ainda atravessam — processos históricos de violência sistemática, mas que, de certa forma, persistem e resistem (Gonçalves, 2024), preservando seus aspectos culturais e conhecimentos tradicionais em meio à sociedade contemporânea. Ambos os elementos, influenciados por seus saberes e modos de vida, compõem parte fundamental desse processo de construção sociocultural.

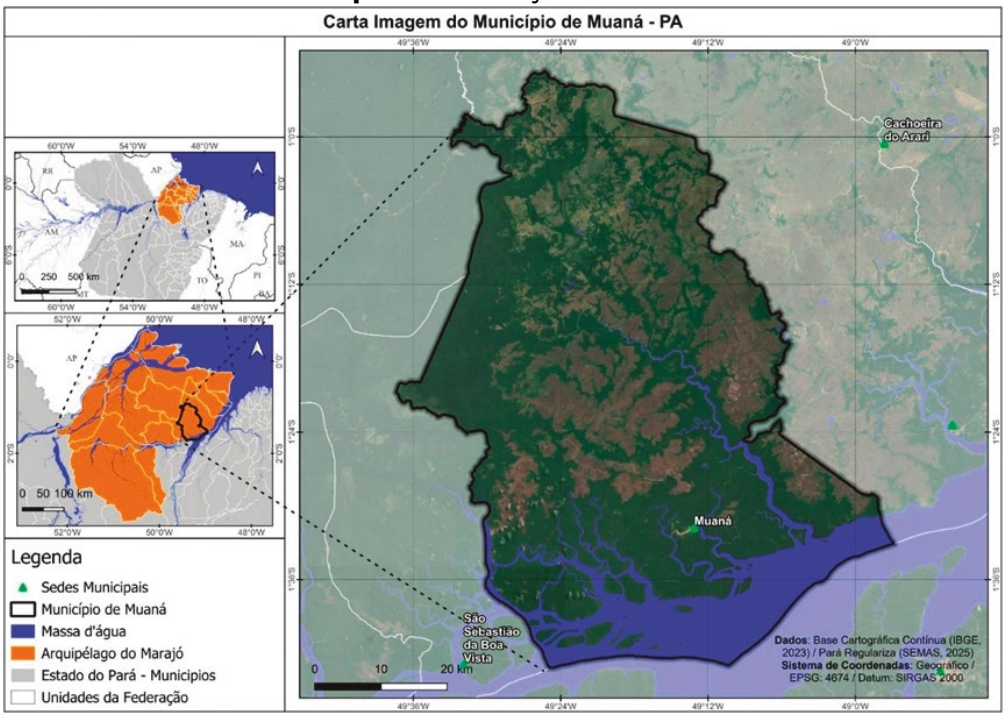
3.2 RAÍZES E PAISAGENS DE MUANÁ: HISTÓRIA E GEOGRAFIA EM DIÁLOGO

A origem de Muaná remonta a uma fazenda particular, que, ao longo de seu desenvolvimento, foi elevada à categoria de Freguesia em 1757. Ao longo de sua trajetória, o município passou por diversos eventos históricos, destacando-se, entre eles, a influência dos movimentos da Cabanagem. Esses movimentos foram determinantes para sua formação política e social, contribuindo para que Muaná se tornasse a primeira cidade do Grão-Pará a aderir ao movimento de emancipação e independência do Brasil, em 1823. Esse ato representou a ruptura com as relações coloniais da Coroa Portuguesa, culminando na oficialização de sua condição de município em 1895 (Muaná, 2025).

De acordo com os dados do último Censo Demográfico Brasileiro (IBGE, 2022), o município de Muaná possuía, em 2022, uma população de 45.368 habitantes, resultando em uma densidade demográfica de 12,06 hab./km^2, distribuídos em uma área territorial de 3.763,343 km^2. A estimativa da população para 2025 é de 49.648 pessoas (IBGE, 2026a). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) era, em 2010, de 0,547 (IBGE, 2026b) e o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, em 2023, era de R$10.235,72 (IBGE, 2026b). Muaná está incluído na Região de Integração do Marajó, para efeitos da regionalização oficial do estado do Pará. A sede municipal está posicionada nas coordenadas geográficas 1°31’45.0”S e 49°13’01.8”W, a uma altitude média de 11 metros acima do nível do mar.

O mapa 2 constitui um recurso contextual destinado a ilustrar a localização geográfica de Muaná por meio de três recortes específicos. O primeiro recorte representa a posição territorial do arquipélago marajoara no estado do Pará; o segundo demarca os limites territoriais do município de Muaná dentro do referido arquipélago; e o terceiro apresenta, por meio de imagens de satélite, a localização da sede municipal, situada na cidade de Muaná.

Mapa 2 - Localização de Muaná



Fonte: Acervo dos autores (2025).

O mapa 2 apresenta imagens topográficas do município, destacando a localização da sede municipal e delimitando o limite territorial, situado no arquipélago marajoara, identificado na área em destaque na cor laranja. Também são evidenciadas as áreas de mata, campos e extensas massas d'água, elementos essenciais para o acesso à sede, tanto no deslocamento de pessoas quanto no transporte de bens e mercadorias.

A figura 2 visa retratar a cidade visualmente, evidenciando sua paisagem e os elementos que compõem características de cidades tradicionais, especialmente ribeirinhas, em que as relações socioeconômicas são fortemente vinculadas ao rio.

Figura 2 - Fotografia da cidade de Muaná



Fonte: Acervo dos autores (2025).

Ao se analisar a chegada à cidade de Muaná, observa-se que ela não difere significativamente das impressões descritas por Oliveira (2006) sobre localidades ribeirinhas, sobretudo quanto à ausência de equipamentos urbanos, o que transmite a sensação de pequena cidade imersa em relativa inércia.

Sua caracterização geográfica é um reflexo do contexto regional no qual está situada. Conforme apontam Silva Jr., Costa e Soares (2025, p. 10), "por estar localizada no bioma amazônico defronta-se com uma complexidade biogeográfica, hidrográfica e sociológica. Outrossim, uma parte relevante do município se depara com áreas de várzeas e campos aluviais".

No contexto amazônico, Muaná também se enquadra nos parâmetros discutidos por Oliveira (2006) ao apresentar: baixa articulação com cidades vizinhas; economia predominantemente vinculada ao setor público; limitada capacidade de prestação de serviços básicos, como saúde, educação e segurança; e predominância de atividades de natureza rural.

Segundo Pacheco (2024), o perfil marajoara mantém-se imerso em padrões culturais e mediações profundamente vinculados a rios e florestas. Invi-

síveis e, por vezes, incompreensíveis para olhares externos, os habitantes do "reino das águas" marajoaras rompem com referências de sociedades que perderam suas coberturas vegetais e se transformaram em ambientes de concreto.

Na dinâmica marajoara, populações locais — sensíveis e sintonizadas aos mistérios da floresta amazônica — desenvolveram modos de vida, trabalho e luta que lhes permitem dialogar e respeitar as temporalidades dos reinos humano, vegetal, animal e mineral, indissociáveis e garantidores de seu sustento cotidiano.

Nesse sentido, Trindade Jr. (2013, p. 16) ressalta que:

> Diferentemente de cidades beira-rio, que reduziram a sua relação com o rio para uma ou outra de suas dimensões, as cidades ribeirinhas são as mais representativas das cidades tradicionais, dadas as intensas relações para com o rio; este que é visto em sua multidimensionalidade, como fonte de recursos e de representações simbólicas, como via de circulação, como espaço de uso doméstico e de prática de atividades lúdicas, e, ainda, como elemento de lazer e de contemplação

Em síntese, Muaná preserva características consideradas tradicionais, especialmente sob a perspectiva da Amazônia marajoara. A cidade mantém fortes vínculos com o meio em que está inserida, evidenciados nas relações socioeconômicas que se manifestam principalmente nos serviços públicos ofertados e nas atividades de caráter extrativista. No entanto, observa-se que, assim como em outras cidades amazônicas, a sociedade contemporânea de Muaná tem se voltado gradualmente para os ideais da globalização, incorporando elementos e atrativos próprios da modernidade.

O município conta com instrumentos legais e administrativos voltados para integrar o desenvolvimento urbano com a preservação ambiental. De acordo com documentos referentes ao Plano Municipal de Saneamento Básico (Muaná, 2023): o Plano Diretor estabelece diretrizes para crescimento sustentável, regulamentando o uso das margens de rios, o gerenciamento de resíduos sólidos e o planejamento da infraestrutura; a Lei Orgânica Municipal define normas e padrões de qualidade para abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e drenagem; já a Legislação Ambiental

Municipal concentra esforços na preservação e conservação dos recursos naturais, buscando alinhar progresso econômico-social com a manutenção da qualidade ambiental, exigindo coleta e tratamento adequados de efluentes em todo o território.

No momento da coleta de dados para esta pesquisa, não foi possível localizar o Código de Posturas e o Zoneamento Urbano de Muaná. Segundo informações obtidas junto aos órgãos competentes, tais documentos ainda se encontram em processo de elaboração.

Em relação ao serviço de saneamento básico, o município declarou que possui Plano Municipal de Saneamento Básico (SNIS, 2020), sendo que 38,4% da população recebe água potável por Rede Geral de Distribuição. O índice de esgoto coletado e tratado é 0,0%. Quanto aos serviços de coleta de resíduos sólidos, 45,8% da população total é atendida com coleta de Resíduos Domiciliares. Vale destacar a diferença da taxa de cobertura da população urbana, de 95,1%, frente à população rural, de 9,5% (SINISA, 2023).

Quanto ao abastecimento de água, Muaná apresenta um perfil semelhante ao de outros municípios brasileiros, contando com rede de distribuição e tratamento prévio da água fornecida à população. O serviço é de responsabilidade do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), vinculado à Prefeitura Municipal (Muaná, 2023).

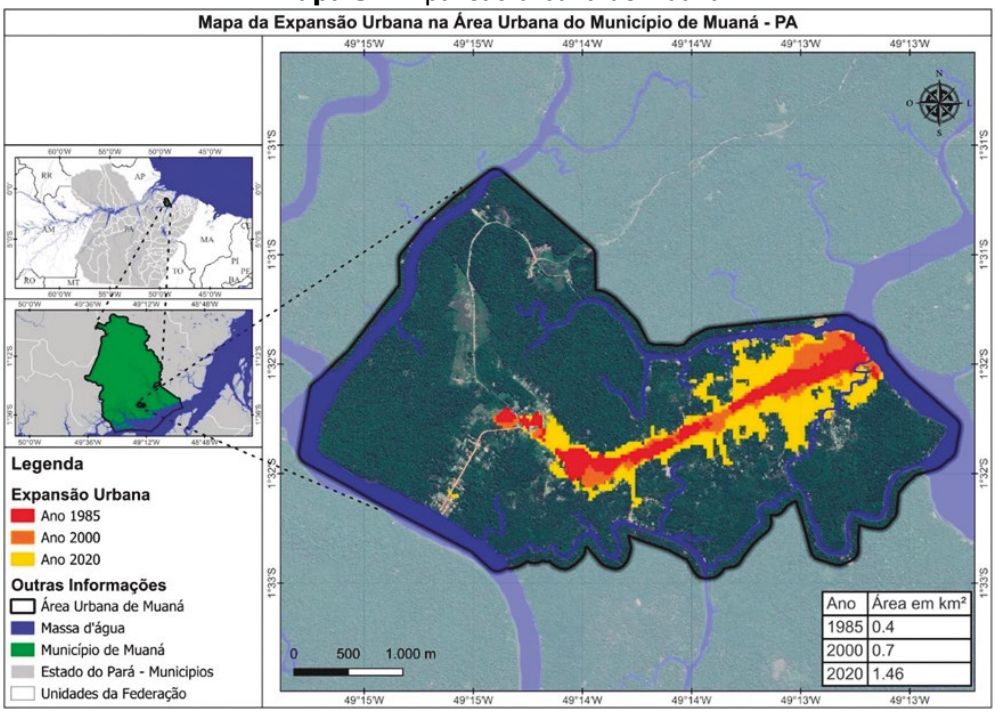
Nesse cenário, apesar das orientações preconizadas na Política Nacional de Saneamento Básico Lei nº 11.445/2007 (Brasil, 2007) em consonância com a Lei Orgânica Municipal e no Plano Diretor (Muaná, 2023), o município enfrenta sérios desafios, principalmente pela ausência de sistema de esgotamento sanitário. Atualmente, os efluentes domésticos são lançados diretamente nos rios e igarapés, comprometendo a qualidade ambiental e a saúde pública.

3.3 ESPACIALIDADES URBANAS E O PROCESSO DE EXPANSÃO DA CIDADE

Em meio às espacialidades locais e ao processo de expansão do modelo de urbanização adotado pela cidade, Muaná não se distancia das discussões levantadas no tópico 1.1, reproduzindo uma lógica de produção insalubre dos espaços urbanos, marcada pela ocupação de áreas inadequadas.

Esses aspectos se configuram como evidências do fenômeno de expansão urbana no município, que vem acompanhado pelo aumento da densidade demográfica. Tal contexto implica pressões adicionais sobre a infraestrutura existente e sobre o ambiente natural. Nesse sentido, o mapa 3 cumpre papel analítico ao fornecer uma visão histórica capaz de complementar a compreensão do cenário da sede municipal diante desse processo de crescimento urbano.

Mapa 3 - Expansão urbana de Muaná



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

O mapa 3 ilustra o processo de expansão urbana da cidade de Muaná, oferecendo uma perspectiva comparativa que evidencia a dinâmica das suas malhas urbanas em três momentos específicos: 1985, 2000 e 2020.

Este recurso, elaborado a partir de imagens de satélite e dados cartográficos geoprocessados, permite identificar a delimitação da área urbana em relação ao território municipal, além de fornecer métricas de crescimento ao longo das últimas décadas.

Entre 1985 e 2000, houve crescimento moderado (+0,30 km²), impulsionado pela ocupação de áreas próximas aos rios e várzeas. O intervalo 2000–2020 apresentou aumento mais acelerado (+0,76 km²), indicando intensificação da expansão urbana. No período total analisado (35 anos), a área urbana cresceu +1,06 km².

A dinâmica urbana de Muaná é fortemente condicionada por sua localização entre dois rios — Patauateua e Pitauã. Esse posicionamento fez com que o processo de ocupação ocorresse para os "fundos" da cidade, embora, predominantemente, as residências tenham se estabelecido nas margens fluviais e regiões de várzea (Silva Jr.; Costa; Soares, 2025).

Esse modelo de ocupação, associado ao crescimento exponencial da sede municipal nas últimas três décadas, contribuiu para uma urbanização mais acelerada e frequentemente em áreas de risco ambiental.

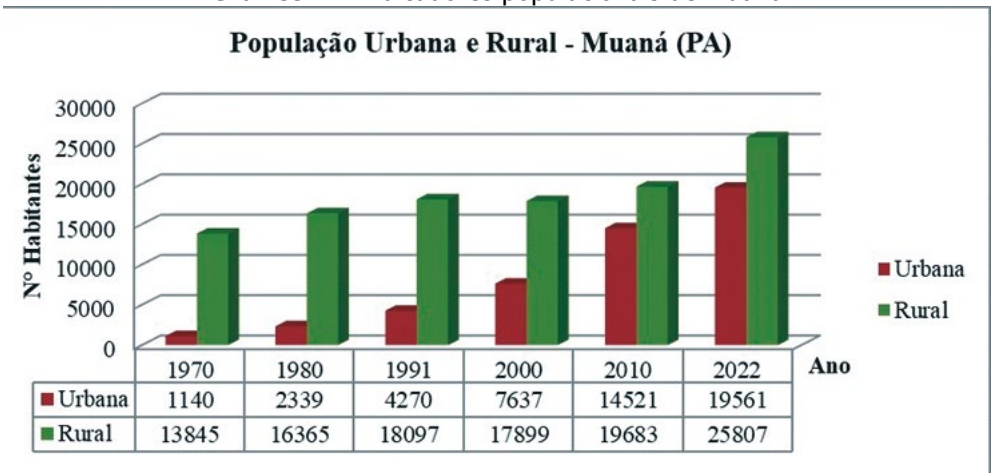
De acordo com Oliveira (2006), a expansão urbana, carregada pela retórica de "progresso" e "modernidade", pode ocultar riscos e perdas sociais, culturais e ambientais, principalmente quando ignora as especificidades espaciais e temporais de cada lugar. Para Muaná, isso significa que a urbanização acelerada pode ameaçar a vivência cultural marajoara e comprometer a interação equilibrada entre comunidade e ambiente.

Portanto, é necessário aprofundar as análises sobre o desenvolvimento urbano do município, estabelecendo parâmetros eficientes para a caracterização e planejamento da cidade, visando estratégias que conciliem crescimento urbano com preservação sociocultural e ambiental.

Em complemento à análise da expansão do espaço urbano de Muaná, observa-se também um crescimento exponencial da população municipal, com destaque para o aumento da proporção de habitantes residentes na zona urbana. Nas últimas três décadas, esse crescimento foi expressivo, acompanhando e, em muitos casos, impulsionando a ampliação da malha urbana (gráfico 1).

O fenômeno de urbanização acelerada apresenta relação direta com a concentração populacional na sede municipal, que, por sua localização e funções administrativas, econômicas e de serviços, atrai fluxos migratórios internos e amplia a densidade demográfica em áreas urbanas.

Gráfico 1 - Indicadores populacionais de Muaná



	1970	1980	1991	2000	2010	2022
Urbana	1140	2339	4270	7637	14521	19561
Rural	13845	16365	18097	17899	19683	25807

Fonte: IBGE (1970-2022), elaborado pelos autores (2025).

Consoante o gráfico 1, nas últimas décadas, a cidade de Muaná apresentou um crescimento expressivo da população urbana. Em 1970, o número de habitantes na zona urbana era de apenas 1.140 pessoas, aumentando progressivamente para 2.339 em 1980 e 4.270 em 1991. O ritmo de expansão acelerou no início dos anos 2000, quando a população urbana saltou para 7.637 habitantes, chegando a 14.521, em 2010, e atingindo 19.561, em 2022. Esse aumento representa mais de dezessete vezes o quantitativo urbano inicial, evidenciando um processo contínuo de urbanização, com destaque para o período pós-2000, quando o crescimento se tornou ainda mais acentuado. Tal dinâmica reflete mudanças econômicas, sociais e espaciais na cidade, consolidando a sede municipal como principal polo de atração populacional nas últimas três décadas.

Dessa forma, os dados evidenciam o fenômeno do crescimento urbano em Muaná, que, segundo Silva Jr., Costa e Soares (2025), está diretamente relacionado às transformações socioespaciais decorrentes do aumento demográfico, impulsionado tanto pelos índices de crescimento vegetativo quanto pelos fluxos migratórios. Entretanto, a concretização desse crescimento acarreta desafios significativos, como a urbanização desigual e o processo de periferização, configurando um cenário em que parte da população é deslocada para áreas com menor infraestrutura e oportunidades, aprofundando, assim, as disparidades socioespaciais na cidade.

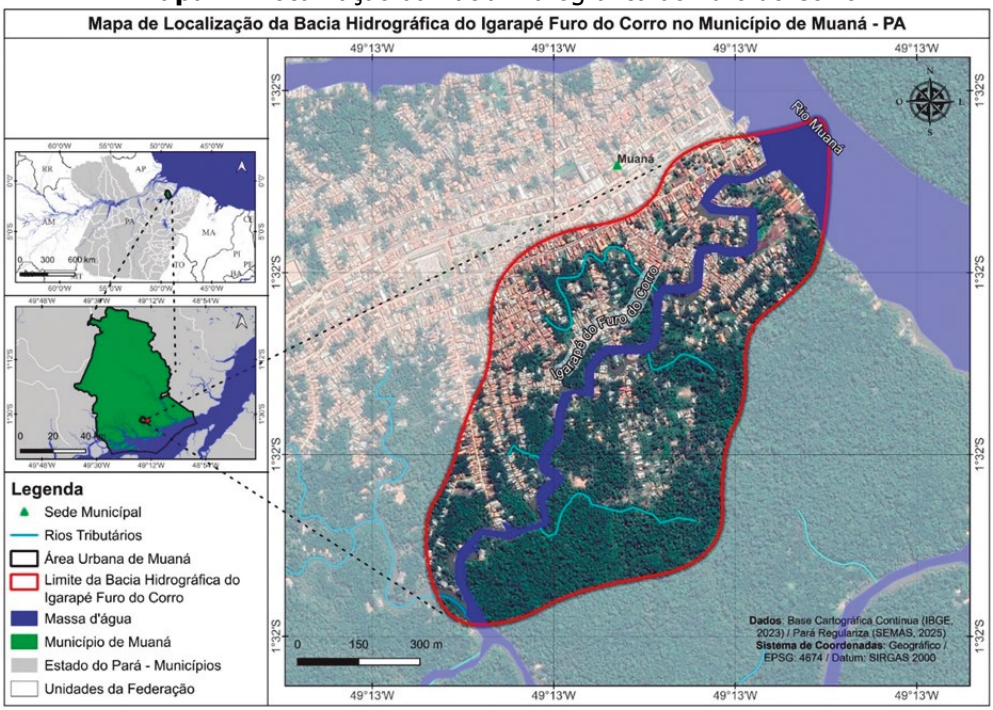
Segundo Mello (2008), a expansão desordenada nas proximidades de rios e outros corpos d'água também é resultado da inadequação das normas ambientais. Segundo a autora, a legislação, ao ser baseada em princípios idealizados e sem considerar as características próprias do contexto urbano, não estabelece condições mínimas para sua efetiva implementação nas cidades. Com isso, em vez de proteger os recursos naturais, acaba por contribuir para a intensificação dos problemas ambientais.

3.4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: IGARAPÉ FURO DO CORRO

O nome da área remonta ao período colonial, quando o igarapé era denominado *Rio Bom Regalo*. Posteriormente, passou a ser chamado de *Furo da Raposa*, possivelmente por ter sido utilizado como rota de fuga pelos portugueses durante o movimento revolucionário cabano. Atualmente, segundo relatos de moradores, a denominação está relacionada a um antigo abatedouro denominado "Corro", situado às margens do igarapé.

A bacia hidrográfica do Igarapé Furo do Corro (mapa 4) localiza-se no perímetro urbano de Muaná, interligando cursos d'água, como o rio Muaná, e estruturando-se com base em sistemas de transporte fluvial — característica marcante de cidades tradicionais, especialmente as ribeirinhas. Nesse contexto, a delimitação cartográfica da Bacia Hidrográfica do Furo do Corro revela-se essencial para a definição da área de estudo, contemplando tanto os aspectos ambientais quanto os sociais.

Mapa 4 - Localização da Bacia Hidrográfica do Furo do Corro



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

O mapa 4 tem por finalidade subsidiar a análise da área investigada, evidenciando sua relevância territorial e socioambiental. A extensa rede hídrica local possibilita o acesso fluvial a diferentes setores da cidade, estendendo-se desde as margens do rio Muaná até o rio Cajuúba. A área de inserção da Bacia Hidrográfica do Furo do Corro apresenta um processo de urbanização recente, em escala histórica, para o município, caracterizado por expansão acelerada e, em grande medida, desordenada. Essa expansão decorre da crescente demanda por espaços de moradia, ocasionando mudanças significativas nas dinâmicas sociais e espaciais regionais.

Com o avanço da ocupação habitacional, observaram-se técnicas de integração territorial que resultaram na conformação de novos fluxos socioespaciais (Santos, 2023), ampliando as possibilidades de circulação de pessoas, mercadorias e serviços. Tais alterações ocasionaram a desestruturação de fluxos tradicionais (Oliveira, 2006) e a consequente transformação nos modos de vida historicamente vinculados a interações socioambientais preexistentes.

A população residente na bacia hidrográfica analisada constitui-se a partir do crescimento natural da população urbana, associado ao crescimento vegetativo e à migração advinda de outras localidades. No contexto do município de Muaná, verifica-se que, majoritariamente, os ocupantes das áreas de várzea inserem-se nesse recente processo de urbanização, frequentemente composto por migrantes que se fixaram na região. Conforme afirma Brito (2009, p. 10):

> A população precisa ser mobilizada socialmente para que seja atraída pela sociedade moderna. Diante das novas possibilidades de participação social, ela se coloca disponível para a emigração. Esse processo de mobilização social dos migrantes, em direção à sociedade moderna, é o que define a migração e faz dela um processo que se estende desde o lugar de origem até a integração do migrante no lugar de destino.

Apesar da atratividade das ocupações fundiárias informais, as quais escapam à regularização e ao planejamento urbano municipal, é necessário ponderar os impactos decorrentes desse fenômeno. Conforme Mello (2008, p. 40):

> Entretanto, a ocupação urbana em uma dada bacia hidrográfica envolve fatores diversos, relativos a aspectos qualitativos e quantitativos. A retirada da cobertura vegetal e a impermeabilização do solo provocam processos erosivos e desequilibram os processos naturais de infiltração e escoamento das águas pluviais, afetando a quantidade de água na bacia. Fato é que muitos corpos hídricos estão minguando ou morreram, em função da inadequação das formas de ocupação urbana.

Além disso, é necessário considerar a relação intrínseca entre a população residente e a poluição dos ecossistemas aquáticos. Branco (1997) conceitua poluição como a introdução de energia e matéria em local inadequado, em quantidade tal que o ambiente não seja capaz de assimilar, resultando em sobrecarga e alteração profunda de sua composição e equilíbrio naturais.

Além da análise topográfica dos elementos cartográficos — abrangendo corpos hídricos, rios afluentes, áreas de floresta densa e modificações decorrentes da expansão urbana —, torna-se imprescindível proceder à carac-

terização visual das localidades em questão. Nesse sentido, esta investigação incorpora registros fotográficos georreferenciados que permitem identificar padrões de ocupação e contribuem para a contextualização de características geográficas próprias da região amazônica. Tal abordagem é especialmente relevante para a compreensão das dinâmicas presentes nas margens fluviais e nas áreas suscetíveis a alagamentos, totais ou parciais, em função de variações sazonais e de eventos hidrológicos específicos.

A figura 3 constitui um dos registros realizados durante as atividades de campo. A captura foi efetuada em uma das vias principais do município, a Travessa Abel Martins, na primeira ponte de travessia sobre o Igarapé Furo do Corro, situada nas proximidades do rio Muaná. Essa estrutura, popularmente denominada “Ponte da Ita”, apresenta relevância estratégica para a mobilidade local, uma vez que viabiliza o acesso à margem oposta, onde se observa uma significativa concentração de unidades habitacionais.

Figura 3 - Foz do Igarapé Furo do Corro



Fonte: Acervo dos autores (2025).

A figura 3 representa a porção inicial do Furo do Corro, registrada quando a maré se encontrava em vazante, direcionando seu fluxo para o rio Muaná. O registro fotográfico evidencia elementos essenciais para a caracterização socioterritorial da área, incluindo moradias construídas em formato de palafitas, trapiches e espaços destinados a atividades de lazer que permitem o acesso direto ao rio, além de embarcações utilizadas como meios primários de locomoção. Observam-se, ainda, espécies vegetais típicas das várzeas, como aningueiras (*Montrichardia arborescens*) e açaizais (*Euterpe oleracea*). O leito fluvial apresenta águas de coloração barrenta, resultante de processos erosivos sedimentares, intensificados pelo manejo inadequado de resíduos sólidos descartados no ambiente aquático.

A figura 4 foi capturada em uma ponte de travessia localizada na comunidade Miguelzinho, situada na Travessa Simão da Silva Monteiro. Trata-se de uma das comunidades com elevada concentração de moradores oriundos de áreas rurais, que migraram para o núcleo urbano e se estabeleceram em áreas de várzea, distantes da terra firme e próximas às margens do rio. Essa ocupação reflete processos de migração campocidade e a consequente adaptação da população às condições ambientais características da planície alagável.

Figura 4 - Residências situadas na margem do Igarapé

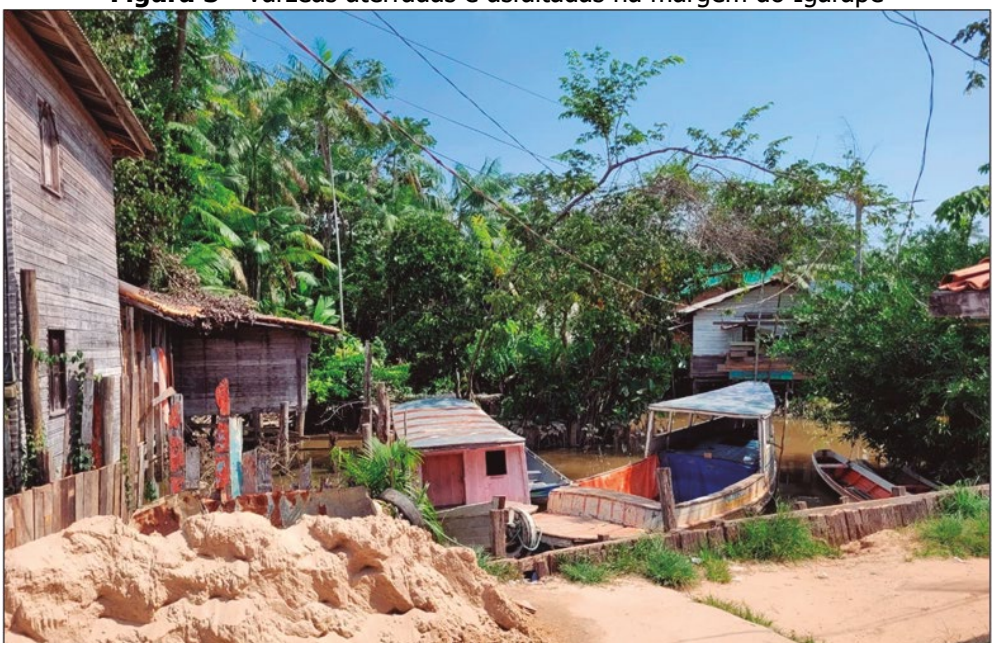


Fonte: Acervo dos autores (2025).

A figura 4 apresenta outro segmento do Furo do Corro, registrado quando a maré se encontrava praticamente seca. Observam-se elementos recorrentes já identificados na figura 3, tais como palafitas, embarcações, vegetação típica das áreas de várzea e trapiches. Adicionalmente, é possível visualizar uma passarela disposta paralelamente à margem e interligando as residências, viabilizando o tráfego de pessoas, objetos e mercadorias. Na porção exposta pela maré baixa, na qual anteriormente se encontrava o canal fluvial, o solo apresenta-se composto por lodo, no qual estão dispersos resíduos sólidos e materiais orgânicos em processo de decomposição, indicando impactos ambientais decorrentes de práticas inadequadas de descarte.

A figura 5 advém de registro fotográfico a partir da margem do igarapé Furo do Corro, no ponto localizado ao término da Travessa Comandante Pinheiro. A cena ilustra uma das diversas áreas de várzea que, ao longo da última década, passaram por processos de aterro e pavimentação asfáltica. Entretanto, o aterro foi realizado exclusivamente na via de acesso, permanecendo as residências situadas nas adjacências com as características construtivas de palafitas, uma vez que continuam erguidas sobre o terreno de várzea.

Figura 5 - Várzeas aterradas e asfaltadas na margem do Igarapé



Fonte: Acervo dos autores (2025).

A figura 5 evidencia sinais concretos do processo de urbanização e dos avanços na infraestrutura local. O espaço anteriormente ocupado por uma ponte de madeira foi substituído por uma via asfaltada, o que contribui para a facilitação do acesso a diversos serviços. Entretanto, o aterro de áreas de várzea requer atenção especial, considerando que a dinâmica das enchentes constitui um fenômeno natural característico da Amazônia.

Adicionalmente, a figura 5 revela sedimentos associados à construção civil, reforçando a representação física da urbanização. Ao final da via, identificam-se embarcações atracadas, pertencentes a atravessadores que realizam a comercialização de mercadorias, evidenciando a permanência de práticas tradicionais de transporte e comércio, mesmo diante das transformações urbanísticas.

Os elementos destacados anteriormente apresentam-se como característicos e distintivos desse tipo de configuração urbana. Conforme observa Oliveira (2006), as paisagens das pequenas cidades na região amazônica, embora não se configurem como extraordinárias do ponto de vista estético ou monumental, são marcantes por incorporarem nuances singulares que, pela sua peculiaridade, têm a capacidade de permanecer na memória coletiva e individual.

Nesse sentido, as ruas que mantêm construções sobre palafitas, a coexistência de embarcações tradicionais e estruturas modernas e a relação direta com o ambiente fluvial constituem elementos que reafirmam a identidade visual dessas cidades, tornando-as reconhecíveis e memoráveis para seus moradores e visitantes.

CAPÍTULO 4 – TRANSFORMAÇÕES E CONSTÂNCIAS NA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA COMUNIDADE LOCAL

O presente capítulo fundamenta-se na discussão sobre percepção ambiental, tomando como base as atividades de campo executadas em conjunto com entrevistas realizadas com diferentes grupos de moradores. Esse procedimento metodológico proporcionou uma análise aprofundada da temática ao articular os conceitos teóricos discutidos anteriormente com os registros e observações obtidas em campo.

Ao valorizar técnicas de observação direta, entrevistas e depoimentos que evidenciam eventos singulares, a pesquisa incorporou os indivíduos como agentes na construção política e social do conhecimento, permitindo o resgate das especificidades do espaço e do lugar. Conforme Pereira, Correia e Oliveira (2010), essa abordagem prioriza a percepção dos sujeitos em relação a valores, comportamentos, atitudes sociais, simbolismos e experiências, tornando a concepção de espaço algo presente, vivido e dotado de significados.

4.1 PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES JOVENS

A primeira categoria corresponde aos moradores jovens, definida com base na faixa etária de 18 a 24 anos. Este grupo foi selecionado para compreender como indivíduos em fase inicial de vida adulta percebem e se relacionam com o espaço urbano e natural do município de Muaná. Entre os participantes entrevistados, quatro são do sexo masculino e um do sexo feminino. No que diz respeito à origem, dois são nascidos e criados na cidade, dois migraram da zona rural ainda na infância e um é natural de Belém, também tendo se estabelecido em Muaná enquanto criança. Quanto às ocupações, dois são trabalhadores autônomos, além de um frentista, um recepcionista e um estudante.

A IMPORTÂNCIA DO FURO DO CORRO

As entrevistas foram conduzidas de forma uniforme, com o propósito inicial de investigar a importância atribuída ao Igarapé *Furo do Corro* pelos entrevistados, bem como pelas suas famílias e comunidades. Nesse contexto, bus-

cou-se integrar a percepção individual de cada participante à análise ambiental, enfatizando a maneira como este espaço se insere em suas rotinas diárias. Tal abordagem permitiu identificar o grau de proximidade e vinculação que o igarapé mantém com as práticas cotidianas, valores e relações sociais, constituindo elemento significativo na dinâmica socioambiental local (quadro 2).

Quadro 2 - Respostas da categoria de moradores jovens sobre a importância do igarapé

A IMPORTÂNCIA DO FURO DO CORRO
"Eu acho que só serve para se locomover mesmo, com as embarcações. **Não importa muito**" (**Entrevistado A1**, informação verbal, realizada em 9 de setembro de 2025).
"**Pra mim mesmo não tem muita importância**. Só é importante para que as pessoas da comunidade consigam se transportar com os seus cascos, seus barcos" (**Entrevistado A2**, informação verbal, realizada em 8 de setembro de 2025).
"Bem, **pra mim e minha família não têm muita relevância**, só serve pra desaguar o excremento. Para comunidade, serve para locomoção, né!? Pro pessoal que mora bem próximo" (**Entrevistado A3**, informação verbal, realizada em 8 de setembro de 2025).
"**Eu ainda acho o igarapé importante, mesmo não sendo tão valorizado** pelos moradores. Para a comunidade, é mais pra locomoção hidroviária, é muito utilizado pra transporte de materiais e também um pouco pra pesca, que, querendo ou não, o rio ainda é utilizado pra pesca de camarão, mas foi muito prejudicado pela poluição" (**Entrevistado A5**, informação verbal, realizada em 8 de setembro de 2025).

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A partir das respostas obtidas nas entrevistas, observa-se que, entre os moradores jovens, a percepção revela baixo grau de relevância simbólica e funcional. Para a maioria, sua principal função está restrita ao papel de via de transporte hidroviário. Em outros casos, é associado de forma indiscriminada a um local de descarte de resíduos sólidos e dejetos sanitários. A pesca, embora mencionada, é apontada como atividade pouco praticada pela comunidade, sobretudo devido ao nível de poluição da água.

Segundo Diegues (2005), nas sociedades contemporâneas, a água é desterritorializada e descaracterizada, o que ocorre quando seus usos prá-

ticos, vínculos simbólicos e classificações culturais se estabelecem de forma desvinculada e distante. Nesse sentido, o autor destaca a perplexidade gerada por populações urbanas que, mesmo vivendo próximas a cursos d'água, mantêm pouco ou nenhum contato com esse recurso natural.

Durante as entrevistas, foi perceptível certo grau de indiferença diante do questionamento sobre a importância do igarapé. Tal postura dialoga com o conceito de topoapatia apresentado por Souza Jr. e Souza (2025), que descreve contextos socioespaciais em que prevalecem percepções apáticas e relações afetivas fragilizadas com o território, resultando na aceitação passiva das problemáticas locais.

Dessa forma, constata-se que, para o grupo jovem entrevistado, o Furo do Corro não desempenha um papel relevante no cotidiano, carecendo de representatividade enquanto espaço de vivência afetiva ou interação social. A degradação ambiental compromete fortemente sua imagem e possibilidades de apropriação simbólica. Ademais, alinhado às tendências gerais da urbanização amazônica, observa-se que os modos de vida urbanos reproduzem padrões de relação que percebem o igarapé como um problema a ser resolvido e como um elemento passível de controle e tecnificação.

USOS DA ÁGUA NO FURO DO CORRO

Durante as entrevistas, os moradores foram questionados sobre a utilização da água e demais recursos disponíveis no Igarapé *Furo do Corro*, considerando tanto circunstâncias cotidianas quanto eventuais. O objetivo desta pergunta foi identificar as formas de uso atribuídas ao igarapé, permitindo avaliar a existência de relações de dependência — diretas ou indiretas — entre a comunidade e o ambiente hídrico. Essa abordagem possibilita compreender não apenas o caráter utilitário dos recursos, mas também os vínculos socioambientais e culturais que possam estar presentes ou em processo de dissolução (quadro 3).

Quadro 3 - Respostas da categoria de moradores jovens sobre os usos no igarapé

USOS DA ÁGUA NO FURO DO CORRO
"**Só pra locomoção mesmo**. Já usei só pra andar de casco mesmo" (**Entrevistado A1**, informação verbal, realizada em 9 de setembro de 2025).
"**Eu não uso o igarapé daqui**, não lavo roupa, muito menos tomo banho" (**Entrevistado A2**, informação verbal, realizada em 8 de setembro de 2025).
"Já pesquei nele, só por *hobby*, porque pescador eu não sou. **Às vezes, a gente pega a água pra limpar o chão da casa**. Talvez, se eu fosse pescador, teria muita relevância" (**Entrevistado A3**, informação verbal, realizada em 8 de setembro de 2025).
"Principalmente **quando a gente quer transportar alguma coisa**, é a única utilidade que eu vejo pra utilizar, aí depois que seca, acabou-se" (**Entrevistado A4**, informação verbal, realizada em 8 de setembro de 2025).
"Quando a água tá muito cheia e devido ao calor excessivo, **aí eu desço e tomo banho de rio, mesmo sendo extremamente poluído**. Só uso pra isso mesmo" (**Entrevistado A5**, informação verbal, realizada em 8 de setembro de 2025).

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

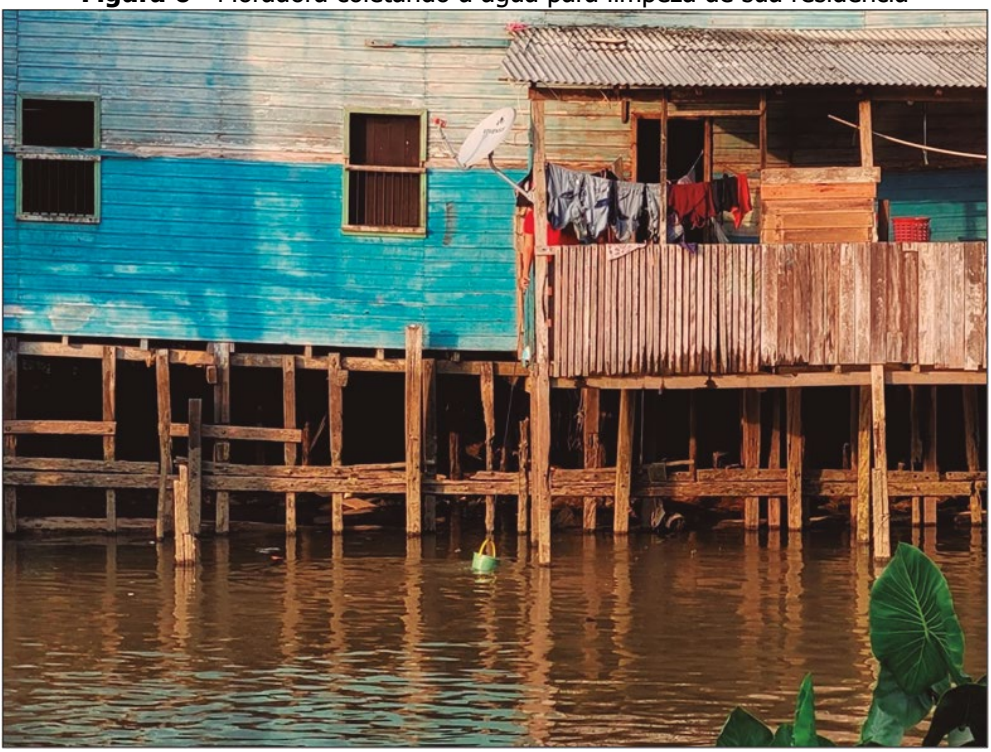
As respostas obtidas indicam que o igarapé, embora não seja percebido como um espaço de relevância afetiva ou simbólica, ainda apresenta utilidade prática para parte dos moradores. Seu uso como meio de transporte se destaca, sobretudo pelas residências localizadas próximas ou às suas margens. Esse padrão confirma o que Diegues (2005) observa em relação às sociedades modernas: cursos d'água como rios e igarapés são, predominantemente, associados à prestação de serviços, especialmente ao transporte de pessoas e bens.

Além da função logística, foram relatadas outras formas de utilização:

- **Pesca recreativa**: utilizada apenas como atividade esportiva ou de lazer, visto que nenhum dos entrevistados exerce a pesca como atividade profissional;
- **Limpeza doméstica**: emprego da água do igarapé em tarefas de higienização de residências (figura 6);
- **Banho eventual**: alternativa restrita utilizada em dias de calor intenso.

Observa-se, portanto, que os vínculos estabelecidos com o igarapé são majoritariamente utilitários e ocasionais, sem que haja dependência econômica direta. Essas práticas coexistem com o quadro geral de degradação ambiental, o que, em parte, limita seu potencial de uso e impede o fortalecimento de relações socioambientais mais profundas.

Figura 6 - Moradora coletando a água para limpeza de sua residência



Fonte: Acervo dos autores (2025).

Entre os usos relatados, destaca-se o caso de uma moradora que aproveita o movimento de enchente da maré para coletar água do igarapé, utilizando-a na limpeza do piso de madeira de sua residência, localizada às margens do curso d'água. Trata-se de um exemplo de aproveitamento pontual, vinculando-se diretamente à proximidade física do domicílio ao recurso.

De modo geral, as entrevistas revelam que o igarapé não apresenta uma gama diversificada de usos na vida cotidiana da comunidade. A frequência de utilização é baixa e restrita a atividades específicas, o que evidencia a ausência de uma relação de dependência significativa. Nesse sen-

tido, não se observa uma conexão socioambiental fortemente estabelecida entre os moradores e o igarapé. Esse distanciamento é reforçado pelo fato de que, mesmo em um cenário de problemas relacionados ao saneamento básico, todos os entrevistados possuem abastecimento por meio de sistema de água encanada, o que reduz a necessidade de recorrer ao recurso natural para suprir demandas domésticas essenciais.

OS PRINCIPAIS IMPACTOS AMBIENTAIS RELACIONADOS AO FURO DO CORRO

Também se realizou a análise da questão ambiental do igarapé *Furo do Corro* a partir da percepção dos entrevistados, identificando os principais impactos que afetam este curso d'água e verificando de que maneira tais problemas repercutem na qualidade de vida e no cotidiano dos moradores, de seus familiares e da comunidade em geral. Essa abordagem permitiu compreender tanto as dificuldades enfrentadas quanto a relação existente entre a degradação ambiental e as condições de vida locais (quadro 4).

Quadro 4 - Respostas da categoria de moradores jovens sobre os impactos ambientais relacionados ao igarapé

IMPACTOS AMBIENTAIS RELACIONADOS AO FURO DO CORRO
"A questão é a poluição. **Tem muita poluição**. A gente sabe que faz mal jogar o lixo no rio e mesmo assim é um absurdo, é todo dia as pessoas jogando. Tem uma parte aqui que, quando a maré tá seca, tem um aterro de lixo. Até mesmo a construção das casas tem que ter bastante reforço por conta dessa parte da margem que vai cedendo, então, se a pessoa quiser morar aqui, tem que ter dinheiro pra fazer uma estrutura bem-feita porque senão a tua casa pode, em algum momento, ceder" (**Entrevistado A2**, informação verbal, realizada em 8 de setembro de 2025).
"Olha, a começar pelo descarte de lixo que **as pessoas tendem a jogar muito lixo**, animais mortos, comida. Fica difícil conviver desse jeito, é uma porqueira, como se a prefeitura não fizesse o trabalho de vir buscar o lixo todo dia. Também tem o barulho dos rabudos que passam, aí como a gente mora na margem, é um barulho tão alto que parece que as pessoas aceleram de propósito, aí a minha vó, que têm problemas de saúde, fica agoniada, a pressão dela sobe, é complicado" (**Entrevistado A4**, informação verbal, realizada em 8 de setembro de 2025).
"**A poluição visual, a poluição sonora e a poluição dos lixos mesmo**. Falo da poluição visual porque levantar de manhã cedo e ver a situação que tá esse rio é feio, é horrível. A poluição sonora é porque tu escuta muito barulho. E a poluição em si, porque a água ainda é utilizada por algumas pessoas, aí quanto mais lixo, menos elas vão usando" (**Entrevistado A5**, informação verbal, realizada em 8 de setembro de 2025).

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

As respostas obtidas nas entrevistas evidenciam a necessidade de ampliar a discussão sobre a questão ambiental do igarapé. Os relatos indicam que a poluição e a degradação ambiental que acometem o curso d'água geram impactos diretos sobre o cotidiano dos moradores, manifestando-se em diferentes aspectos, como o descarte inadequado de resíduos, a poluição visual e sonora, entre outros.

Do ponto de vista histórico e cultural, o tratamento dispensado aos recursos hídricos está profundamente ligado aos comportamentos socioculturais estabelecidos. De acordo com Sakai e Frota (2014), ao discutir as águas urbanas, ressaltam que os cursos d'água, dependendo do nível de interação social no espaço urbano, podem ser percebidos de maneiras distintas: além de espaços de trabalho e lazer, podem ser degradados e transformados em depósitos de dejetos, efluentes e resíduos sólidos (figura 7).

Figura 7 - Lixo acumulado no leito do Igarapé seco



Fonte: Acervo dos autores (2025).

A figura 7 ilustra o desconforto manifestado pelos entrevistados quanto ao descarte inadequado de resíduos sólidos no igarapé. Segundo seus relatos, a quantidade de lixo acumulado é tamanha que o local passa a ser percebido como um verdadeiro *"aterro de lixo"*. Esse cenário se torna visível principalmente quando o nível da água diminui, revelando os resíduos amontoados sobre o solo lamoso no leito do rio. A observação da imagem permite identificar materiais descartados há vários dias, juntamente com detritos mais recentes, o que evidencia que os moradores da área ainda adotam práticas equivocadas de descarte.

Essa problemática reforça o processo de descaracterização de áreas naturais, comprometendo suas riquezas ambientais. Em vez de serem reconhecidas como espaços relevantes para a biodiversidade e o bem-estar comunitário, passam a ser vistas como esgotos a céu aberto, canais para a deposição inadequada de resíduos e fontes de diversos impactos negativos para aqueles que vivem em seu entorno (Moraes; Barreto; Costa, 2025).

Diante desse quadro, Jacobi (2003) destaca a importância de aprofundar estudos sobre a educação ambiental como instrumento de formação da cidadania. Para o autor, a inexistência de uma educação ambiental transformadora, capaz de promover a corresponsabilidade dos indivíduos e fomentar uma concepção sustentável, contribui diretamente para a perpetuação das práticas prejudiciais observadas. Essa carência educativa acaba por reiterar atitudes de desprezo ambiental por parte da comunidade local.

O FURO DO CORRO E AS RELAÇÕES SOCIOAFETIVAS

Vale ressaltar a importância de analisar as relações socioafetivas que os moradores estabelecem com o ambiente em que vivem. É fundamental identificar se esses indivíduos sentem satisfação em residir próximos ao igarapé e, nos casos em que demonstram desagrado, compreender quais fatores sustentam essa percepção negativa. Essa investigação permite verificar de que forma o vínculo afetivo, ou a ausência dele, influencia as práticas cotidianas relacionadas ao espaço — incluindo hábitos de descarte de resíduos sólidos e atitudes de preservação ou degradação ambiental (quadro 5).

Quadro 5 - Respostas da categoria de moradores jovens sobre as relações socioafetivas com o igarapé

O FURO DO CORRO E AS RELAÇÕES SOCIOAFETIVAS
"**Não porque eu não uso**, então não tem muita importância pra mim" (**Entrevistado A1**, informação verbal, realizada em 9 de setembro de 2025).
"**Eu gosto de morar aqui**, só não gosto da situação que mais incomoda, que é a poluição sonora" (**Entrevistado A2**, informação verbal, realizada em 8 de setembro de 2025).
"**Não, eu não gosto**, só dou valor mesmo porque gosto de estar com a minha família" (**Entrevistado A3**, informação verbal, realizada em 8 de setembro de 2025).
"**Eu confesso que eu não gosto**, porque é muito barulho, tem muito lixo, fora a vizinhança mal-educada e os rabudos" (**Entrevistado A4**, informação verbal, realizada em 8 de setembro de 2025).
"**Não, nem um pouco**, por causa do barulho dos motores que passam muito. Tem a poluição também. É uma vida infernal, pra ser exato" (**Entrevistado A5**, informação verbal, realizada em 8 de setembro de 2025).

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A análise das entrevistas revela que apenas uma minoria dos participantes — especificamente 1 dos 5 entrevistados — demonstrou valorizar o fato de residir próximo ao igarapé, ainda que tenha manifestado insatisfação com o descaso ambiental observado na área. Em contrapartida, a maioria — 4 entrevistados — afirmou não valorizar sua localização atual, justificando tal postura com base nos problemas ambientais enfrentados.

Constata-se que os impactos ambientais exercem influência direta sobre a percepção e a valorização dos espaços, de modo que ambientes mais degradados, especialmente pela poluição, tendem a ser menos apreciados pela população. Nesse sentido, Moraes, Barreto e Costa (2025) discutem o panorama crítico dos recursos hídricos em áreas urbanas, categorizados como rios urbanos. Segundo os autores, a insatisfação com a qualidade desses recursos é um fator determinante na formação de percepções negativas e até repulsivas em relação a eles.

Complementando essa perspectiva, Santana, Pessôa e Cavalcanti (2023) destacam que os rios urbanos, por serem fortemente influenciados

pela dinâmica das cidades, desempenham funções essenciais para a subsistência e a mobilidade das populações. Contudo, observam que, atualmente, tanto a população urbana quanto os governos municipais frequentemente subestimam a importância desses cursos d'água, o que contribui para sua negligência e para a intensificação da poluição por parte de parcela significativa da sociedade.

No caso específico do Igarapé Furo do Corro, verifica-se a ausência de vínculos socioafetivos entre os jovens moradores e o ambiente que os circunda. Essa carência de conexão simbólica e afetiva com o espaço vivido favorece, consciente ou inconscientemente, a perpetuação de práticas degradantes. Como consequência, consolidam-se percepções negativas sobre o local e incentiva-se a busca por outros territórios de moradia, associados à expectativa de melhoria na qualidade de vida.

MORADIA NO FURO DO CORRO – VANTAGENS E DESVANTAGENS

Um dos últimos questionamentos formulados na pesquisa teve como propósito identificar quais são as pretensões dos moradores jovens em relação às suas moradias e, especificamente, se pretendem, no futuro, permanecer residindo nas proximidades do igarapé do Furo do Corro. Antecipadamente, observou-se que as respostas se organizam em duas alternativas principais (quadro 6):

Permanecer residindo próximo ao igarapé – Nesta perspectiva, os entrevistados expressam o desejo de continuar no local, mas ressaltam a importância de intervenções voltadas à requalificação ambiental do igarapé, indicando, de forma destacada, ações que consideram necessárias para melhorar sua qualidade e função no contexto urbano.

Não permanecer nas proximidades – Neste caso, os respondentes manifestam a intenção de buscar outra área de moradia, justificando suas respostas por meio da identificação de problemas existentes, como degradação ambiental, ausência de infraestrutura e impactos sobre a qualidade de vida. Essa preferência por outros bairros ou localidades do município revela uma tendência de afastamento de áreas associadas a condições ambientais insatisfatórias.



Quadro 6 - Respostas da categoria de moradores jovens sobre a moradia no igarapé

MORADIA NO FURO DO CORRO
"**Eu gostaria de morar em outro lugar**, mas sem ser fora do município, prefiro em terra firme [...]" (**Entrevistado A1**, informação verbal, realizada em 9 de setembro de 2025).
"Não, porque, por conta do barulho, né!? E **eu também tenho vontade de ter uma casa em outro lugar, longe de igarapé**, de pessoas, e principalmente por conta do terreno, quero fazer uma casa em terra firme pra ajudar na construção da casa, pra poder criar animal" (**Entrevistado A2**, informação verbal, realizada em 8 de setembro de 2025).
"**Não, porque eu não pretendo ficar preso em um lugar só**. Eu gostaria de conhecer outros lugares. O futuro dirá" (**Entrevistado A3**, informação verbal, realizada em 8 de setembro de 2025).
"**Não, não pretendo morar mais aqui**, eu procuro uma área mais afastada do rio, uma terra mais firme. Pra fazer uma casa de alvenaria, ter as suas coisas, crias os seus animais" (**Entrevistado A4**, informação verbal, realizada em 8 de setembro de 2025).
"**Não pretendo continuar morando aqui pelos motivos que eu já falei**. Atualmente, eu gostaria de morar em terra, pra construção, pra criação de animais" (**Entrevistado A5**, informação verbal, realizada em 8 de setembro de 2025).

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A análise das respostas obtidas para esse questionamento revelou unanimidade entre os entrevistados: todos afirmaram não pretender continuar residindo nas proximidades do igarapé do Furo do Corro. As justificativas apontam que o ambiente de rio e várzea não corresponde às suas necessidades e expectativas, sendo percebido como inadequado para garantir qualidade de vida.

Essa percepção negativa dialoga diretamente com o conceito de topofobia, conforme discutido por Souza Jr. e Souza (2025, p. 85), que definem:

> A topofobia é uma experiência de lugaridade em que o horizonte emocional daqueles nela envoltos perpassa por afetos desagradáveis e negativos. Em revés o sentido de apreço, há uma

> presença marcante de vínculos ligados às sensações de aprisionamento, restrição ou vontade de fuga que incorrem em angústia e agonia. As dinâmicas intercorporificadas e intersubjetivas são permeadas pela inconformidade, pela aversão e pelo desconforto referentes às vinculações com conotações mormente perturbadoras.

Nesse sentido, o posicionamento dos entrevistados evidencia uma clara aversão ao entorno em que vivem, vinculando-o a sentimentos de desconforto, inconformidade e desejos de afastamento. Tais sentimentos, característicos da topofobia, se manifestam como vontade de fuga e rejeição ao lugar.

É importante ressaltar que a construção da percepção sobre espaços não ocorre de forma espontânea. Ela é resultado de vivências e experiências acumuladas ao longo do tempo. Assim, quando um ambiente socioespacial ou ambiental não estabelece vínculos positivos com os indivíduos — ou, pior, representa ameaça à qualidade de vida —, é natural que surja a desconformidade quanto ao que poderia ser considerado um "lugar" em diferentes contextos. Logo, compreender a realidade vivenciada pelos sujeitos constitui etapa fundamental para desvendar a formação inicial de sua percepção socioespacial.

A última questão desta categoria mantém estreita relação com a anterior, pois busca aprofundar a compreensão sobre a percepção dos moradores a respeito de sua localidade. O objetivo foi identificar quais seriam, sob o ponto de vista dos entrevistados, as possíveis **vantagens** e **desvantagens** de residir nas proximidades do igarapé do Furo do Corro. Para tal, questionou-se, em primeiro momento, se havia aspectos positivos associados a esse local e, em seguida, indagou-se sobre a existência de aspectos negativos, permitindo comparação entre ambos (quadro 7).

Quadro 7 - Respostas da categoria de moradores jovens sobre as vantagens e desvantagens de morar próximo ao igarapé

VANTAGENS E DESVANTAGENS
"A **vantagem** de morar aqui em si **é porque é perto de tudo**, dos principais recursos que a gente precisa, a gente pode literalmente sair da nossa casa e embarcar direto pro interior. [...] A **desvantagem é** que, por causa do **barulho**, **a terra que tá baixando e nossa casa pode ser prejudicada**. Inclusive, a nossa casa corre o risco de ceder e de sofrer um acidente de barco, porque está na beira do igarapé. Isso já aconteceu uma vez, teve um acidente e a rabeta bateu em baixo da casa. Se fosse um barco maior, poderia ter sido pior" (**Entrevistado A2**, informação verbal, realizada em 8 de setembro de 2025).
"**Difícil te dizer uma vantagem**, mas eu diria que, quando bate um vento, fica um lugar bem refrescante, isso é muito bom porque tem horas que o calor é grande, por mais que a casa fique em cima do igarapé. **As desvantagens são** as que eu já falei, o **barulho** dos rabudos, a **quantidade de lixo**, as coisas absurdas que elas jogam no rio desnecessariamente" (**Entrevistado A4**, informação verbal, realizada em 8 de setembro de 2025).
"Quando fica de tarde, **aqui não fica tão quente como nos outros lugares da cidade,** porque a água, de certa forma, ela traz um frio, ela esfria um pouco a casa. **As desvantagens seriam o barulho excessivo**, eu fico tão feliz quando o rio tá seco, mesmo que seja feio porque eu sei que não vai ter barulho pra me incomodar. Fora que a estrutura de algumas casas não aguenta porque o terreno é de barro, então as casas, com o passar do tempo, vão entortando" (**Entrevistado A5**, informação verbal, realizada em 8 de setembro de 2025).

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A partir das respostas obtidas, observa-se que, apesar das percepções predominantemente negativas acerca do igarapé, alguns moradores reconhecem determinadas vantagens relacionadas à sua localização e à facilidade de embarque e desembarque por meio de transporte hidroviários.

Outra vantagem mencionada refere-se ao clima, percebido como mais agradável devido à proximidade com o igarapé, especialmente em períodos de maré cheia. Conforme Angelis *et al*. (2016), a água está diretamente associada à manutenção da qualidade de vida, contribuindo para a regulação da temperatura corpórea e proporcionando sensação de conforto até mesmo em dias de intenso calor.

No que se refere às desvantagens, o barulho causado pela descarga dos motores das embarcações foi apontado como um fator relevante para o desconforto. Ademais, emergiu nas entrevistas uma preocupação estrutural: o terreno de várzea, considerado inadequado para construção de residências, ocasiona o deslocamento e o rebaixamento de construções ao longo do tempo, devido ao movimento dos sedimentos (figura 8).

Figura 8 - Moradias sob risco no Igarapé



Fonte: Acervo dos autores (2025).

A figura 8 ilustra o relato dos moradores sobre a situação estrutural das residências localizadas à margem do igarapé. Nota-se que algumas construções começaram a ceder e se deslocar em direção ao leito do rio. Importante destacar que, apesar dessa instabilidade, a residência retratada não foi desocupada; pelo contrário, os moradores continuam habitando em solos lodosos, vulneráveis e altamente suscetíveis ao processo de erosão.

Essa condição reforça a relação direta com o conceito de topofobia (Souza Jr.; Souza, 2025), que se manifesta como percepções de medo e an-

gústia vinculadas ao espaço habitado. No caso observado, o temor não se limita ao risco físico de desabamento, mas também à incerteza sobre a permanência e segurança habitacional.

Dessa forma, constrói-se uma lugaridade vulnerável, percebida como hostil, na qual o ambiente físico deteriorado impacta negativamente a sensação de pertencimento e estabilidade dos ocupantes.

4.2 PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES DE LONGA DATA

A segunda categoria de análise apresenta-se em contraste com a anterior, enfocando a percepção ambiental dos moradores de longa data. Para esta pesquisa, considerou-se como “moradores de longa data” aqueles com idade superior a 50 anos, nascidos e criados no município de Muaná. O grupo é composto por cinco entrevistados: três homens e duas mulheres. Quanto às suas ocupações, dois deles são aposentados; outros dois exercem múltiplas atividades profissionais e atuam como autônomos; um é carpinteiro.

A IMPORTÂNCIA DO FURO DO CORRO

A abordagem inicial junto aos entrevistados desta categoria seguiu a mesma metodologia aplicada à anterior. Assim, o primeiro momento da conversa buscou compreender a importância do Igarapé Furo do Corro para esses moradores e para suas respectivas famílias e comunidades.

O objetivo desse primeiro questionamento foi identificar a percepção ambiental dos residentes mais antigos de Muaná, analisando de que forma o igarapé se insere em suas vivências passadas e presentes. Essa estratégia permitiu avaliar o grau de relevância atribuído ao Igarapé (quadro 8).

Quadro 8 - Respostas da categoria de moradores de longa data sobre a importância do igarapé

A IMPORTÂNCIA DO FURO DO CORRO
"Para nós, a importância de termos esse igarapé é pelo fato dele ser um caminho de ida e vinda das pessoas que utilizam desse vai e vem. Ele sempre foi um igarapé que deu alimento, e ainda dá alimento, pras pessoas, apesar dele tá poluído, apesar dele tá maltratado, mas ele sempre deu alimento. É um igarapé farto porque aqui sempre as pessoas vêm lancear pra pegar o camarão, jogam tarrafa, que eu particularmente sou contra, aí pega os peixinhos lá. Tem um período que dá muita matupiri, agora já está escasso. Mas tinha um tempo que as pessoas lanceavam e pegavam quantidade de matupiri e camarão também. [...] **É um recurso natural que nós temos. É uma beleza**. As pessoas quando vêm de outros lugares que olham pro igarapé, se admiram, é uma beleza que nós temos, é tão bom ficar olhando a maré indo e vindo. O próprio curso da água, é terapêutico" (**Entrevistado B2**, informação verbal, realizada em 5 de setembro de 2025).
"**Ele é importante porque ele tem várias funções**, pro pessoal que tem embarcação, que tem voadeira, que tem o rabudinho, que pode vir e encostar na sua casa e pode desembarcar as coisas. Por exemplo, eu não tenho quem carregue nada. Então, no caso, quando eu compro as coisas, eu peço pra virem deixar aqui, de barco. [...] É bom pra gente tomar um banho. Olha, quando eu entro na água, eu entro estressadíssima, mas quando eu saio, saio relaxada, eu tomo banho quando tem o lançantão, aí presta! Mas quando a água começa a vazar, o cara sai de dentro da água. Mas é isso, é muito importante, as crianças gostam, as crianças brincam, olha os meus netos, quando eu vou pra água eu levo tudinho eles. Outra importância que tinha era quando a minha nora descia e voltava com meio balde de camarão, é importante pra alimentação das pessoas na safra" (**Entrevistado B3**, informação verbal, realizada em 5 de setembro de 2025).

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

As respostas obtidas demonstram uma percepção distinta daquela apresentada pelos moradores mais jovens. Para os participantes desta categoria, o igarapé mantém alta relevância, mesmo diante do atual cenário de degradação.

Durante as entrevistas, foram evidenciados diversos aspectos associados ao Furo do Corro:

- **Via de acesso** – utilizado para deslocamentos e conexões entre diferentes áreas da cidade e comunidades ribeirinhas;
- **Fonte de alimento** – pela pesca e coleta de recursos naturais;
- **Espaço de lazer** – para atividades recreativas e momentos de sociabilidade;
- **Local de contemplação** – como paisagem de valor estético e como remanescente da natureza local.

Tais elementos atribuem ao igarapé formas, símbolos e significados complexos, que se aproximam do conceito de topofilia, entendido por Tuan (1974) como a relação de afinidade e apego ao lugar. Conforme Souza Jr. e Souza (2025, p. 83):

> A condição que esse pensamento resgata é defendida por aqueles que desejam manter vivas as suas interconexões. Isso ocorre principalmente em função de afetos positivos com os lugares, a partir do nexo espaço vivido e espaço sentido, que se tornam mecanismos que acionam (inter)subjetividades com as relações em-si, entre-si e entre-os-outros.

Sob essa ótica, estudos como os de Santana, Pessôa e Cavalcanti (2023) destacam que a importância da água decorre de um contexto histórico e social de dependência, manifestado pelo uso de corpos hídricos para consumo, atividades domésticas, extrativismo, turismo e lazer.

Em Muaná, a relevância do Furo do Corro para os moradores mais antigos não se limita às experiências vividas: ela também se expressa no desejo de preservar tais conexões frente às transformações socioespaciais. Essa percepção não apenas reconhece as mudanças ocorridas, mas analisa suas implicações sobre o enraizamento histórico e afetivo que se consolidou entre os pioneiros da ocupação e o curso d'água.

USOS DA ÁGUA NO FURO DO CORRO

Também foi questionado aos participantes se, em períodos passados, faziam uso do igarapé, solicitando que justificassem suas atividades e descrevessem de que formas o Furo do Corro era utilizado. Essa abordagem



teve como objetivo promover uma reflexão histórica sobre as dinâmicas de uso tradicional, identificando continuidades e transformações ocorridas ao longo do tempo e comparando diferentes épocas (quadro 9).

Quadro 9 - Respostas da categoria de moradores de longa data sobre os usos antigos no igarapé

USOS ANTIGOS DA ÁGUA NO FURO DO CORRO
"Na nossa adolescência, a gente tomava banho no igarapé, brincava no igarapé, tirava água do igarapé pra lavar roupa, pra consumo, quando a maré ficava bem grande, mas pra tomar banho, **pra fazer as outras coisas era ótimo**. [...] Pra tomar banho, quando chovia muito que a gente chama de inverno, aí a gente pegava andiroba, pegava ceru. Tudo isso a gente fazia, a gente ficava nas pontes esperando a maré trazer, esse aí era o lixo do rio" (**Entrevistado B2**, informação verbal, realizada em 5 de setembro de 2025).
"**Os igarapés, antigamente, serviam pra muita coisa**. A gente botava o matapi, tomava o banho tranquilo. Naquele tempo, água na torneira não tinha quase, não era fácil. Servia pra muitas coisas mesmo, tinha gente que tomava água do igarapé mesmo. A gente pescava, também lanceava, pegava muito peixe e camarão. Tinha muito naquela época. E era tão divertido que, quando a água enchia, tu saía pulando, brincando, brincando de pira, era muito bom. Chamava os amigos pra brincar, aquilo era lazer. Brincava muito na água. Quando fazia calor, tu pulava na água, procurava uma sombra das árvores que tinha, eram muitas árvores" (**Entrevistado B4**, informação verbal, realizada em 10 de setembro de 2025).
"A gente lanceava, tapava o igarapé com rede pra pegar peixe, a gente tapava com pari pra pegar peixe e camarão, tudo isso a gente fazia. A gente varava o igarapé de casco. Pegava comida pra uma semana. A gente dava comida pros outros. Naquele tempo, não existia poço artesiano, então a água era puxada do rio. A gente consumia água porque não tinha poluição na época. A água era tão limpa que você enxergava o canal do igarapé, dava pra olhar pro fundo. Tomava banho, hoje não existe o que existia antes. **Olha, eu tenho é saudade daquela época, naquele lugar**, porque antes, quando eu era criança, era um paraíso, era muito divertido. Era só nós lá de morador, então era uma beleza, era sossegado, a gente pulava no igarapé" (**Entrevistado B5**, informação verbal, realizada em 6 de agosto de 2025).

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A partir dos relatos obtidos, os entrevistados destacaram lembranças e formas de uso do igarapé durante a juventude, evidenciando que o ambien-

te era aproveitado de múltiplas maneiras.

Entre essas práticas, ressaltam-se:

- Uso da água para consumo direto;
- Fonte de alimento por meio da pesca;
- Apoio às tarefas domésticas;
- Espaço para brincadeiras e lazer.

Segundo Souza Jr. e Souza (2025), cada lugar emerge das potencialidades do "mundo-da-vida" e das experiências cotidianas, envolvendo sensações corpo-perceptivas e vínculos emocionais. Para os moradores antigos, a falta de acesso a infraestruturas urbanas intensificava sua dependência do igarapé, fortalecendo o vínculo utilitário e afetivo com esse espaço.

Além de atender necessidades práticas, o igarapé era visto como um importante território de lazer. Brincadeiras de infância, especialmente os banhos rotineiros, caracterizavam a vivência das margens e águas do Furo do Corro. Magalhães *et al*. (2025) apontam que, na Amazônia, tais brincadeiras seguem o ritmo das marés (correr, nadar, pular, remar), refletindo formas autênticas de expressão cultural enraizadas nos elementos naturais e nas relações socioespaciais. Mais que diversão, essas práticas representam reforço de identidade e memória coletiva.

De acordo com Pinheiro e Ribeiro (2023), o espaço urbano condiciona ações sociais que repercutem tanto no presente quanto em práticas passadas. No caso estudado, os significados e valores atribuídos ao igarapé eram moldados por uma dinâmica de dependência funcional e simbólica, que determinava a relevância desse recurso e influenciava profundamente a percepção dos moradores sobre ele.

Outrossim, complementando a questão anterior, investigou-se se, na atualidade, os mesmos entrevistados ainda fazem uso do igarapé Furo do Corro. Em caso afirmativo, solicitou-se que descrevessem as formas de utilização atuais; em caso negativo, que apresentassem as razões pelas quais deixaram de utilizá-lo. Essa etapa da investigação teve o objetivo de identificar mudanças nas práticas e percepções, analisando a permanência ou extinção de usos tradicionais e os fatores determinantes dessas transformações (quadro 10).



Quadro 10 - Respostas da categoria de moradores de longa data sobre os usos atuais no igarapé

USOS ATUAIS DA ÁGUA NO FURO DO CORRO
"**Não, não serve pra quase nada**, só pra guardar canoa e pescar um pouco" (**Entrevistado B1**, informação verbal, realizada em 6 de agosto).
"Essa parte aí de trás, tanto nossa quanto da vizinhança, é o nosso ponto de encontro, aí a gente fica aí de tarde, bate um papo, toma um café, vê o pessoal indo e vindo, é uma terapia, posso dizer assim. **Na época da pandemia, foi um refúgio pra nós**, o melhor local era aí atrás, a gente ficava vendo" (**Entrevistado B2**, informação verbal, realizada em 5 de setembro de 2025).
"Hoje a gente não pode mais tomar o banho como a gente tomava, hoje a população aumentou muito, então a gente não pega mais a água que a gente pegava por conta da poluição, né!? **A gente faz uso só pra viajar mesmo**, quando a maré tá cheia. Pescar a gente não pesca mais como antigamente" (**Entrevistado B4**, informação verbal, realizada em 10 de setembro de 2025).
"Não muito, só mesmo pra tomar banho, de vez em quando, e quando era necessário pegar uma embarcação pelo igarapé, a gente pegava. **Pra outra coisa, infelizmente, não teve mais condição**, mas antes era uma maravilha porque não existia isso" (**Entrevistado B5**, informação verbal, realizada em 6 de agosto de 2025).

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Os relatos indicam que, atualmente, o igarapé Furo do Corro é utilizado predominantemente para locomoção e contemplação paisagística, acompanhadas de um sentimento de saudade em relação ao período em que o lugar oferecia melhores condições de vida.

Seguindo a perspectiva da análise anterior, os entrevistados afirmaram ter abandonado usos tradicionais em razão da perda dos atributos ambientais que antes favoreciam sua utilização. Tal processo é atribuído, principalmente, à degradação ambiental provocada pela urbanização acelerada e pouco planejada.

Embora a maioria tenha relatado que não faz mais uso do igarapé como antigamente, isso não implica o desaparecimento total das atividades históricas. Algumas práticas ainda ocorrem, porém de maneira esporádica e com menor intensidade, evidenciando um enfraquecimento dos vínculos funcionais e afetivos com o espaço (figura 9).

Figura 9 - Pescador retornando na seca do Igarapé



Fonte: Acervo dos autores (2025).

Na imagem registrada, observa-se um morador deslocando-se em um casco (tipo de embarcação simples, sem estruturas complexas), passando ao lado da residência de outro entrevistado que afirmou utilizar o igarapé exclusivamente para guardar suas embarcações, conhecidas localmente como “rabudo”.

Esse cenário revela que, embora a maioria dos entrevistados tenha abandonado o uso ativo do igarapé para pesca ou transporte diário, alguns ainda mantêm instrumentos e embarcações que remetem às funções tradicionais do passado. Tais objetos funcionam como marcadores de memória e identidade comunitária, preservando elementos materiais de um modo de vida que perdeu relevância prática, mas mantém valor simbólico.

OS PRINCIPAIS IMPACTOS AMBIENTAIS RELACIONADOS AO FURO DO CORRO

O questionamento busca compreender se os moradores de longa data reconhecem os impactos ambientais ocorridos no Igarapé *Furo do Corro* ao longo dos anos e, adicionalmente, identificar se tais mudanças afetaram, de alguma forma, sua vida cotidiana, a de seus familiares e/ou a dinâmica da

comunidade. A investigação pretende captar percepções sobre problemas como poluição, redução da biodiversidade, assoreamento e alterações na paisagem, relacionando essas observações a consequências de ordem ambiental, econômica, cultural ou emocional, que possam ter influenciado tanto o indivíduo quanto o coletivo (quadro 11).

Quadro 11 - Respostas da categoria de moradores de longa data sobre os impactos ambientais relacionados ao igarapé

IMPACTOS AMBIENTAIS RELACIONADOS AO FURO DO CORRO
"**Olha, eu acho que afeta todo mundo**, não é só a mim, não é só a minha família, não é só esta comunidade, mas é de um modo geral. Nós estamos sofrendo os impactos da nossa própria ação, então o nosso igarapé, ali na curva, ali era um poço bem fundo onde um homem alto não colocava o pé e agora você vê o fundo do igarapé. Por quê? Primeiro pelo assoreamento da margem do rio, não tem mais as aningueiras. Hoje, o fluxo de embarcação, de entrada e de saída é muito grande. Se tu for conferir, dá uma média de 50 a 80 embarcações entrando e saindo diariamente. E, assim, as pessoa, quando entram no igarapé, principalmente os rabudos, eles não entram de forma desacelerada, eles entram acelerados e isso cria um impacto muito grande, porque a maresia vai fazendo com que a terra ceda e causa essa erosão muito grande. Outra coisa, as pessoas vão tirando as aningueiras pra fazer casa e a aningueira é o que sustenta a lama. Aí não tem mais as aningueiras. As pessoas jogam seus lixos no igarapé, até porque nós não temos aonde colocar lixo. Aí as pessoas jogam plástico, jogam garrafa, aí a maré leva e a maré trás, ou seja, as pessoas não têm consciência" (**Entrevistado B2**, informação verbal, realizada em 5 de setembro de 2025).
"Olha, eu sempre falo e bato nessa tecla, **aqui o problema é o lixo que o pessoal joga** tudo aí. Além de prejudicar as pessoas que querem tomar um banho, como eu, por exemplo, que gosto de tomar banho, levar os meninos pra tomar banho, ainda prejudica o pessoal que passa, porque às vezes eles pede até faca pra cortar esse negócio de sacola que enrola tudinho na hélice. Eles sofrem até acidente por conta disso, quando o negócio enrosca no leme, aí eles se batem tudinho. Outra parte é que eles fazem o banheiro perfeitinho mas o cocô vai pra dentro da água porque eles não querem fazer fossa, que gasta muito. Aí prejudica, né!? A pessoa não pode nem tomar um banho, só quando vem o lançantão que toma. [...] Esses motores, ai meu Deus! quando chega nessa dobra, eles aumentam o motor que só falta matar a gente de susto" (**Entrevistado B3**, informação verbal, realizada em 5 de setembro de 2025).
"É muito entulho doméstico. É muito difícil ver um morador pegar seu lixo, recolher e colocar em posição pra quando o lixeiro passar. Geralmente eles jogam tudo pra dentro do igarapé, é pau, é colchão, é máquina de bater açaí e tudo quanto é entulho. Por isso vive naquela situação que tá. **O igarapé tá tão entulhado de lama e lixo que já está seco, seco, seco**" (**Entrevistado B5**, informação verbal, realizada em 6 de agosto de 2025).

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

De acordo com relatos de moradores, o Furo do Corro tem passado por intensos processos de urbanização, resultando em alterações socioespaciais que se refletem nos impactos ambientais percebidos pela comunidade local. Nesse contexto, as percepções desses indivíduos tornam-se essenciais, uma vez que afirmam ser diretamente afetados por transformações que influenciam significativamente suas condições de vida.

Os recursos hídricos devem ser compreendidos como elementos fundamentais para a manutenção da qualidade de vida de diferentes formas de vida, visto que rios, por exemplo, asseguram a sobrevivência de diversas espécies de plantas, animais e grupos humanos que dependem desse meio. Do ponto de vista ecológico, observa-se que a poluição das águas — causada pelo acúmulo de lixo, derramamento de combustíveis e presença de coliformes fecais — acarreta consequências severas para os ecossistemas que dependem desses recursos (Santana; Pessôa; Cavalcanti, 2023).

O lixo não apenas compromete a qualidade da água, como também modifica as características físicas dos cursos hídricos, tornando-os diferentes de seu estado natural. Mello (2008) destaca que, diante de formas inadequadas de ocupação urbana, muitos corpos hídricos têm apresentado redução significativa de volume, chegando, em alguns casos, à completa extinção. Corroborando essa afirmação, um morador relata que a combinação entre acúmulo de resíduos sólidos e processos erosivos têm contribuído para o progressivo minguamento de trechos do igarapé (figura 10).

Figura 10 - Descarte inadequado nas várzeas próximas ao Igarapé



Fonte: Acervo dos autores (2025).

A figura 10 evidencia a perpetuação de uma cultura de banalização no descarte de resíduos no igarapé, os quais, consequentemente, são direcionados às áreas de várzea. Em seus estudos sobre educação ambiental, cidadania e sustentabilidade, Jacobi (2003) observa que a população tende a adotar uma postura de dependência e desresponsabilização diante da ausência de informação, da falta de consciência ambiental e da escassez de práticas comunitárias. A implementação de ações voltadas para esses aspectos poderia favorecer a construção de uma nova cultura cidadã, fundamentada na motivação individual e coletiva, promovendo a coparticipação na gestão ambiental.

O FURO DO CORRO E AS RELAÇÕES SOCIOAFETIVAS

Ademais, a questão proposta instiga os moradores a refletirem sobre se o crescimento da cidade e o processo de desenvolvimento urbano

afetaram, de alguma forma, suas relações com o igarapé. Buscou-se, ainda, compreender de que maneira essas mudanças ocorreram e, no caso de não haver impactos significativos, identificar quais aspectos dessas relações permaneceram preservados (quadro 12).

Quadro 12 - Respostas da categoria de moradores de longa data sobre as relações socioafetivas com o igarapé

O FURO DO CORRO E AS RELAÇÕES SOCIOAFETIVAS
"**Olha, afetou** porque os sanitários, eles deságuam tudo no igarapé, não existe saneamento básico, se existisse saneamento básico, aí seria diferente, mas infelizmente não tem, até porque as casas ficam se espremendo uma nas outras, aí não tem quintal e fica difícil onde fazer uma fossa. Aí fica horrível pra gente tomar banho, como a gente fazia" (**Entrevistado B2**, informação verbal, realizada em 5 de setembro de 2025).
"**Afetaram sim**. Olha: porque quando aumenta a população e a pessoa não tem consciência também, porque a maioria é do interior e no interior é diferente, as pessoas no interior não têm esse negócio de coletar lixo, eles joga no terreiro, queima alguns, alguns não queima, fica por lá e apodrece, aí eles trazem esse costume pra cá [...]" (**Entrevistado B3**, informação verbal, realizada em 5 de setembro de 2025).
"**Afetou sim, porque a população veio, né!?** A maioria dos ribeirinhos estão na cidade, a cidade ficou muito populosa já. Tu não tem mais aquele igarapé que tu tinha, tu não tem mais uma água de qualidade no igarapé. O povo vai ocupando e não tem esse cuidado, e os que querem fazer o bem, não tem condição de fazer" (**Entrevistado B4**, informação verbal, realizada em 10 de setembro de 2025).
"Quando eu era criança, de uns 13 a 14 anos, se for pra comparar o que eu vivi pro que eu vejo agora, nem fale. **Tá muito mudado, não tem nem comparação**, tanta poluição que acabaram destruindo tudo" (**Entrevistado B5**, informação verbal, realizada em 6 de agosto de 2025).

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Nas respostas, os moradores mais antigos afirmam que o crescimento da cidade, especialmente marcado pelos fluxos migratórios de comunidades ribeirinhas, impactou de diversas formas suas relações com o igarapé. Como justificativa, destacam que a ausência de infraestrutura de saneamento básico, associada ao aumento populacional, contribuiu para a degradação desses espaços, provocada pelos novos ocupantes das áreas marginais ao curso d'água (figura 11).

Figura 11 - Aglomerados residenciais na margem do Igarapé



Fonte: Acervo dos autores (2025).

A figura 11 ilustra o processo de ocupação da bacia hidrográfica do Furo do Corro nas últimas décadas, evidenciando um aglomerado de palafitas com reduzidos espaços entre si, implantadas nas margens do igarapé e nas várzeas adjacentes. Essa forma de expansão urbana acarreta múltiplas problemáticas ambientais, especialmente devido à ausência de saneamento básico, à limitação de espaços para a instalação de fossas residenciais e ao descarte inadequado e acúmulo de resíduos sólidos. Tais fatores inviabilizam, em certa medida, atividades e usos que antes eram realizados de forma contínua, mas que, atualmente, deixaram de existir em decorrência dessas transformações degradantes.

Segundo Santana, Pessôa e Cavalcanti (2023), a contaminação dos rios urbanos dialoga com as reflexões de Leite (2004), o qual pondera que a geração de dejetos é uma condição inerente à vida humana, devendo ser manejada de forma adequada. Entretanto, tal manejo não ocorre de modo regu-

lar, quanto maior a concentração populacional, mais acentuados tornam-se os problemas resultantes dessa gestão inadequada.

Além dos impactos ambientais, é preciso considerar as transformações técnicas do espaço, que geram reações coletivas perceptíveis frente às mudanças infraestruturais e que culminam em alterações socioespaciais. Nessa perspectiva, Oliveira (2012, p. 37) ressalta que:

> Ao mesmo tempo em que ocorrem as mudanças com a construção de novos equipamentos urbanos e redes, possibilitando a circulação de pessoas e objetos, há a desarticulação de fluxos pretéritos. Como esta desarticulação de fluxos não é circunscrita a si mesma, não apenas os eixos desaparecem, mas desarticulam-se algumas atividades.

Tal discussão evidencia a complexidade das contradições socioespaciais que devem ser analisadas com rigor. Isso porque os avanços infraestruturais e os impactos ambientais decorrentes da urbanização nem sempre levam em conta modos de vida historicamente estabelecidos. Consequentemente, as mudanças afetam não apenas as dinâmicas logísticas — facilitando o acesso e a circulação de pessoas e objetos —, mas também provocam a desarticulação de práticas vinculadas a uma identidade cultural própria desses territórios.

MORADIA NO FURO DO CORRO – VANTAGENS E DESVANTAGENS

Considerando o processo histórico de ocupação e as transformações socioambientais observadas no entorno do Furo do Corro, torna-se relevante compreender não apenas os impactos coletivos da urbanização desordenada, mas também as percepções individuais dos moradores. Assim, à semelhança da categoria previamente analisada, buscou-se investigar, no contexto das residências de moradores de longa data, quais são as vantagens e desvantagens associadas à proximidade com o igarapé do Furo do Corro (quadro 13).

Quadro 13 - Respostas da categoria de moradores de longa data sobre as vantagens e desvantagens de morar próximo ao igarapé

VANTAGENS E DESVANTAGENS
"**Vantagem porque é uma beleza, né**!? Posso dizer que tem um pouco de calmaria, calmaria quando a maré está baixa, tá seca, a gente tem calma. Mas começou a encher, não tem mais calma. **A desvantagem é justamente o barulho, a poluição**, a poluição das águas, os sanitários tudo desaguando dentro do igarapé, aí quer dizer que tu não tem mais a possibilidade de usar a água dentro do teu próprio igarapé" (**Entrevistado B2**, informação verbal, realizada em 5 de setembro de 2025).
"**Pra mim, é uma benção tá morando aqui**, olha, todo dia eu agradeço pra Deus e falo assim: Senhor, obrigada pelo pouquinho da natureza que ainda me resta, né!? tem algumas árvores que ainda tem aqui, o canto dos passarinhos, que aqui dá muito passarinho. De manhã cedo, quando amanhece nubladinho, pode ver aí que tem as garças comendo camarão na beira do igarapé. O vento quando dá aqui, mano, é muito forte, tira tudinho porque ele vai jogando mesmo. E **a desvantagem é aquela que já conversamos, o barulho dos motores**, aí passa os rabudos e faz muito barulho" (**Entrevistado B3**, informação verbal, realizada em 5 de setembro 2025).
"**Muito vantajoso era**, tu queria tomar um banho com água cheia, era só ir lá, queria sair pra algum lugar, pegava o casco e ia embora. Hoje em dia, **a desvantagem é que o pessoal foi pegando terreno e ficou difícil de fazer alguma coisa**, apanhar açaí, pescar camarão, porque todo mundo é dono de um pedacinho" (**Entrevistado B4**, informação verbal, realizada em 10 de setembro de 2025).

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Conforme os relatos obtidos, a proximidade das residências com o rio apresenta aspectos vantajosos que despertam sentimentos de saudosismo associados à convivência com a natureza, às oportunidades de lazer e à praticidade no cotidiano. Nesse sentido, o igarapé assume um papel de relevância cultural na vida desses moradores, funcionando não apenas como elemento físico da paisagem, mas também como referência simbólica e afetiva que integra memórias e tradições locais (figura 12).

Figura 12 - Moradora em seu momento de lazer



Fonte: Acervo dos autores (2025).

A figura 12 retrata um momento de lazer mencionado por uma das entrevistadas, que, na varanda de sua casa, contempla os elementos que compõem sua paisagem cotidiana. Segundo Santana, Pessôa e Cavalcanti (2023), as formas de relação com os rios urbanos podem ser compreendidas a partir da concepção de paisagem, considerando que esses ambientes transcendem a dimensão meramente natural e estética, incorporando significados históricos e culturais, configurados por fenômenos, lendas e eventos marcantes.

Por outro lado, no que diz respeito às desvantagens, moradores relataram que o aumento expressivo no número de residências acarretou um fluxo mais intenso de embarcações, provocando poluição sonora que, em muitos casos, ultrapassa o limite tolerável — especialmente para pessoas idosas residentes às margens do igarapé.

Nesse sentido, Marandola Jr. e Modesto (2012) destacam que a percepção do lugar envolve múltiplas questões relacionadas às possibilida-

des ecológicas e às implicações das principais problemáticas ambientais, incluindo riscos, perigos e poluição. Tais fatores influenciam diretamente a vida das comunidades, desencadeando reações diante dessas situações de estresse e vulnerabilidade ambiental, que tendem a se reproduzir ao longo do tempo.

4.3 PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES MIGRANTES

A última categoria de análise refere-se à percepção ambiental expressa pelos moradores migrantes. Esta definição foi construída a partir de indivíduos originários da zona rural do município, especialmente daqueles provenientes de comunidades ribeirinhas e varzeiras localizadas próximas aos rios, que atualmente residem na cidade de Muaná. Entre os entrevistados, identificou-se um homem e quatro mulheres, todos nascidos na zona rural e que, em diferentes momentos de suas vidas, migraram para o espaço urbano — alguns ainda na juventude, outros já na fase adulta. Quanto às ocupações, observa-se que a maioria é composta por aposentados; há também um beneficiário de auxílio de amparo ao idoso, além de trabalhadores domésticos e autônomos.

A IMPORTÂNCIA DO FURO DO CORRO

Assim como nas entrevistas anteriores, a primeira pergunta busca identificar a importância do Furo do Corro para os moradores migrantes e para suas famílias/comunidades. Compreender a percepção daqueles que migraram do interior para a cidade é fundamental, pois envolve analisar como esses indivíduos interpretam e se relacionam com ambientes distintos daqueles em que viviam anteriormente.

Essa análise permite observar possíveis mudanças na visão sobre o espaço, na valorização dos elementos naturais e culturais, bem como nas formas de interação com o rio, que, para muitos, continua a representar uma referência identitária mesmo após o deslocamento para o meio urbano (quadro 14).

Quadro 14 - Respostas da categoria de moradores migrantes sobre a importância do igarapé

A IMPORTÂNCIA DO FURO DO CORRO
"O igarapé tem uma grande importância na nossa vida porque é por onde meus filhos vêm do interior, guardam nossos barquinhos. **Pra nós, ele conta como uma rua**, é onde passam os nossos amigos, onde a gente tem contato com o povo interiorano" (**Entrevistado C1**, informação verbal, realizada em 2 de agosto de 2025).
"Bem, antigamente, quando não tinha água encanada, **nós usávamos a água do rio pra fazer as coisas**, pra tomar, pra tomar banho, pra fazer comida" (**Entrevistado C2**, informação verbal, realizada em 6 de agosto de 2025).
"**É um meio de sobrevivência também**, pra economia, pra pegar o peixe, o camarão, pra transportar, vender aqui na cidade. [...] Eu sou do interior, vim morar pra cá por motivo de trabalho, então, antes de eu ser professora, eu trabalhava fazendo matapi, era matapi que eu fazia, eu fazia cinco matapi por dia, era meu meio de sobrevivência. Fazia matapi pra vender e também pescava camarão com meu pai" (**Entrevistado C5**, informação verbal, realizada em 5 de setembro de 2025).

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

As respostas indicam que a percepção sobre a importância do igarapé não é recente. Trata-se de uma construção socioespacial que se formou ao longo de diferentes épocas e que remete às origens dos moradores, anteriores à migração para a cidade. Nesse sentido, o Furo do Corro destaca-se como elemento significativo, pois suas formas de representação mantêm relações diretas com o modo de vida que esses indivíduos possuíam em seus antigos lugares.

Refletir sobre um contexto socioespacial ribeirinho implica reconhecer a relevância do ambiente para a forma como essas comunidades estruturam sua vida. Em estudos sobre percepção ambiental de moradores ribeirinhos, Kistemacher *et al*. (2024), ao considerarem os ensaios de Vigotski (2000), que afirmam que os seres humanos não nascem "prontos" — seu processo de humanização ocorre a partir das relações sociais, as quais se fundamentam em circunstâncias históricas e culturais específicas –, mostram que tais moradores se relacionam de modo diferente com o espaço, infundindo suas relações sociais, inclusive, a partir de seu próprio processo de formação cultural e humana.

Além disso, as respostas evidenciam que o igarapé desempenha papel central por possibilitar a manutenção de atividades características desses agentes sociais. Nesse sentido, Diegues (2005) destaca que, para as sociedades tradicionais, os aspectos socioculturais relacionados ao uso da água são concretos e essenciais, visto que esse recurso é indispensável para garantir a sobrevivência. Assim, a percepção dos moradores sobre o Furo do Corro reforça esse entendimento, uma vez que atribuem ao rio múltiplas funções que reiteram sua importância socioambiental e cultural.

USOS DA ÁGUA NO FURO DO CORRO

Entrementes, questionou-se se esses moradores e seus familiares ou comunidades fazem uso, de alguma forma, do igarapé. Assim como observado nas categorias anteriores, a análise das respostas dos entrevistados confere coerência ao conjunto da pesquisa, uma vez que as perguntas apresentam relações entre si e se complementam na compreensão da importância do Furo do Corro (quadro 15).

Quadro 15 - Respostas da categoria de moradores migrantes sobre os usos no igarapé

USOS DA ÁGUA NO FURO DO CORRO
"**Pra guardar nossas embarcações**. Os nossos amigos vêm do interior, eles encostam por aqui na nossa casa. Algumas vezes, a gente já fez uso da água pra lavar aqui, então ele é de grande utilidade. Também serve pra pescar de matapi, meu filho já pescou algumas vezes também. O igarapé também serve como ponto comercial de compra pro pessoal da pesca que vem e encosta aqui, aí a gente já compra o peixe deles, já compra um camarão, é assim" (**Entrevistado C1**, informação verbal, realizada em 2 de agosto de 2025).
"**A gente tirava a água, pescava**. A gente tapava o igarapé e fazia mutirão para pegar camarão. E agora não acontece mais isso porque passa muita embarcação, aí não tem mais condição de fazer isso" (**Entrevistado C2**, informação verbal, realizada em 6 de agosto de 2025).
"**Eu não faço uso do igarapé senão para entrar e sair**. Nem pra tomar banho dá porque a água tá muito poluída" (**Entrevistado C3**, informação verbal, realizada em 2 de agosto de 2025).
"Antigamente, usava pra tudo, colocava no pote, coava, filtrava pra tomar, não tinha água encanada naquela época, mas também não tinha sujeira. A gente tomava banho, a maré era bonita, hoje em dia ninguém pode fazer isso porque tem sanitário em cima da água. **Só serve pra olhar e admirar mesmo, ficar lembrando das coisas**, de como era" (**Entrevistado C4**, informação verbal, realizada em 5 de agosto de 2025).
"Quando nós viemos pra cá, **nós fazíamos uso do igarapé pra pesca e pra lancear**. Pegava muito camarão, só que eu parei de fazer essas coisas porque eu trabalhava na escola de manhã, de tarde e de noite. Aí eu parei com isso" (**Entrevistado C5**, informação verbal, realizada em 5 de setembro de 2025).

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Os depoimentos revelam que, atualmente, boa parte dos moradores não utiliza mais o igarapé da mesma forma que antes. Alguns, entretanto, ainda realizam determinadas atividades, embora com certas limitações. As respostas evidenciam formas de uso diversificadas, fortemente influenciadas pelos modos de vida ribeirinho e varzeiro.

Diegues (2005) observa que, entre as sociedades tradicionais, o uso dos rios ocorre de maneira polivalente, englobando atividades como pesca, consumo de água, transporte e outras funções essenciais à vida cotidiana.

Em obra posterior, Diegues (2007) complementa que, para esses grupos, a pesca e atividades derivadas desempenham papel central, não apenas econômico, mas também cultural e alimentar. Essas práticas estão intimamente ligadas à identidade dessas comunidades e, frequentemente, garantem parte significativa de sua dieta.

Também foi perguntado aos moradores se conseguiam identificar as diferenças e semelhanças entre as formas de uso do igarapé em seu local de origem e na cidade. O objetivo dessa questão foi estabelecer um contraste entre os usos praticados na zona rural — local de origem dos entrevistados — e aqueles realizados atualmente no contexto urbano, possibilitando compreender as adaptações, permanências e mudanças nas práticas relacionadas ao igarapé (quadro 16).

Quadro 16 - Respostas da categoria de moradores migrantes sobre a diferença dos usos no igarapé

DIFERENÇA NOS USOS DA ÁGUA
"**As diferenças são muito grandes**, porque lá no Goiabal, onde eu morava, a gente usava a água de lá pra tudo. E hoje, aqui na localidade onde estou morando, eu não posso mais fazer isso nesse igarapé. Então, a diferença é que lá era uma água mais limpa e aqui não é. Tem muitos sanitários em cima da água, muito lixo e a gente não pode tá fazendo esse uso constante, principalmente pra beber. O que tem de parecido com o que eu fazia lá é que aqui eu posso remar no casco e tomar banho, raramente" (**Entrevistado C1**, informação verbal, realizada em 2 de agosto de 2025).
"**Era melhor morar no sítio, lá onde eu morava**. Lá dá pra tomar banho na maré, pega o camarão na beira, põe a malhadeira e pega o peixe. E aqui não dá pra fazer isso. Hoje eu uso o igarapé só pra sair e entrar. Quando eu vim de lá, dava pra tapar o igarapé, agora não consegue mais nada" (**Entrevistado C3**, informação verbal, realizada em 2 de agosto de 2025).
"Aqui, eu parei com as atividades. Lá, não, lá a gente iscava matapi, pegava camarão. Meu marido vinha vender aqui na cidade. **E aqui já é diferente**, porque eu já trabalhava, então eu não fazia mais isso, já meu marido ainda lanceava e pegava o camarão de matapi também, pra ajudar na renda familiar porque ele vendia o camarão, era muito bem valorizado" (**Entrevistado C5**¸informação verbal, realizada em 5 de setembro de 2025).

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

As respostas indicam que, em seus locais de origem, predominava uma forte relação de dependência com a natureza, uma vez que grande parte das atividades cotidianas estava vinculada ao meio natural. Nessa perspectiva, Diegues (2005) observa que os rios possuem papel central para as sociedades tradicionais, pois fornecem água para consumo humano e animal, para uso doméstico, irrigação de hortas e pomares, além de servirem como vias de transporte e navegação.

Lima e Andrade (2010) acrescentam que, desde a infância, homens e mulheres ribeirinhos integram suas vidas a rotinas diárias relacionadas ao território. Ao longo do dia, crianças, jovens e adultos envolvem-se em afazeres como caça, pesca, plantio, colheita, cuidados com animais domésticos e em atividades culturais representadas nas imagens, textos e números expostos nas paredes de suas casas.

Nesse sentido, compreender essas respostas não se limita a contrastar as dinâmicas socioespaciais entre diferentes localidades, pois também contribui para resgatar saberes capazes de inspirar novas formas de pensar a questão ambiental em contextos urbanos. Ser ribeirinho não significa permanecer em estagnação diante da natureza, ao contrário, trata-se de um sujeito que aprendeu a buscar soluções para problemas concretos, visando saciar a fome e melhorar a qualidade de vida. A prática de observar e agir, cultivada e transmitida por gerações, acompanha o ribeirinho ao longo de sua trajetória (Lima; Andrade, 2010).

Souza Jr. e Souza (2025) ressaltam que, mesmo com o passar do tempo, algumas dessas relações persistem na memória, sustentando percepções duradouras diante das transformações espaciais e temporais. Os aspectos topofílicos, fundamentados na subjetividade, emergem de crenças e atitudes moldadas pela afeição aos lugares. A partir das experiências vividas, estabelece-se o olhar particular que essas pessoas constroem sobre o mundo.

OS PRINCIPAIS IMPACTOS AMBIENTAIS RELACIONADOS AO FURO DO CORRO

Nessa categoria, a presente questão busca identificar e compreender a percepção crítica dos entrevistados acerca dos impactos ambientais provocados pelas interferências antrópicas recorrentes no igarapé do Furo

do Corro. Tais modificações, resultantes de ações humanas como descarte inadequado de resíduos, assoreamento e alteração do curso das águas, repercutem diretamente nas formas de uso que esses moradores — e suas famílias — mantinham em seus locais de origem (quadro 17).

Quadro 17 - Respostas da categoria de moradores migrantes sobre os impactos ambientais relacionados ao igarapé

IMPACTOS AMBIENTAIS RELACIONADOS AO FURO DO CORRO
"Pra mim, são **os sanitários que são todos jogados pra água e o lixo**, que quando a maré é lançante, dá pena de se ver a quantidade de saco de lixo que vem no igarapé" (**Entrevistado C1**, informação verbal, realizada em 2 de agosto de 2025).
"**Ele está muito poluído, as casas não têm sua própria fossa**, aí o rio ficou poluído assim e não presta pra mais nada a não ser para as embarcações que passam nele o dia inteiro" (**Entrevistado C2**, realizada em 6 de agosto de 2025).
"É o barulho, a poluição sonora dos motores quando a água tá grande. **A gente não sossega**. Outro problema é que o igarapé tem muito lixo, muito plástico. Aqui na beira de casa fica horrível porque o lixo encosta na beirada" (**Entrevistado C3**, informação verbal, realizada em 2 de agosto de 2025).
"Pra te falar a verdade, é muita sujeira. Eles jogam tudo na água, aí vem tudo pra baixo da casa da gente, aí eu não tenho como mandar tirar o lixo toda vez e ele fica aí. **Aí não dá mais pra usar o rio, é muita sujeira**" (**Entrevistado C4**, informação verbal, realizada em 5 de agosto de 2025).
"É a poluição, né!? **A maioria das casas não têm esgoto decente.** Nos rios também, devido as muitas embarcações, o fluxo de embarcações é muito grande, pra cima e pra baixo" (**Entrevistado C5**, realizada em 5 de setembro de 2025).

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

As informações obtidas indicam que a poluição dos recursos hídricos é uma problemática central que afeta todos os entrevistados, independente da categoria a que pertencem. Entre os ribeirinhos, os relatos apontam como principal causa a infraestrutura deficiente das comunidades, cuja configuração não atende aos requisitos mínimos de saneamento básico, resultando na ausência de sistemas adequados para o tratamento de resíduos sólidos e esgoto (figura 13).

Nos contextos urbanos e rurais, rios e igarapés enfrentam desafios diários como poluição da água, degradação ambiental, assoreamento e descaracterização de *habitats*. Essas condições impactam diretamente a fauna aquática e o equilíbrio ecológico, representando uma ameaça à sobrevivência de diversas espécies (Santana; Pessôa; Cavalcanti, 2023).

Nesse cenário, as repercussões não se restringem à dimensão ecológica, comprometem também os usos tradicionais da água, reduzem a acessibilidade para atividades produtivas e geram prejuízos culturais. Trata-se, portanto, de um problema socioambiental que exige abordagens integradas entre gestão ambiental, políticas públicas e valorização dos conhecimentos tradicionais dos moradores locais.

Figura 13 - Encanamento dos sanitários com destino ao Igarapé



Fonte: Acervo dos autores (2025).

A figura 13 evidencia um dos aspectos mais recorrentes mencionados por todos os moradores entrevistados, incluindo migrantes: o despejo direto de efluentes sanitários no igarapé. Essa prática compromete múltiplas cadeias ecossistêmicas, afetando desde micro-organismos aquáticos até espécies de maior porte, alterando o equilíbrio natural do ecossistema.

Conforme salientam Santana, Pessôa e Cavalcanti (2023), o crescimento acelerado das cidades, combinado ao acesso restrito ao mercado imobi-

liário formal, favorece a ocupação irregular e a ausência de infraestrutura adequada, intensificando as interferências antrópicas sobre os recursos hídricos. Quando poluídos, tais ambientes têm sua qualidade comprometida, o que reverbera além da escala local ou regional, dada a magnitude e a complexidade dos impactos gerados.

Neste contexto, o despejo inadequado de esgoto no igarapé não configura apenas um problema ambiental imediato. Trata-se de um fator que contribui para a degradação cumulativa dos sistemas aquáticos, potencializando processos como eutrofização, proliferação de patógenos e perda de biodiversidade. Essas alterações impõem repercussões diretas sobre as práticas tradicionais ribeirinhas e sobre a segurança hídrica das comunidades, evidenciando a urgência de políticas públicas integradas que conciliem controle da poluição e recuperação dos habitats degradados.

MORADIA NO FURO DO CORRO – VANTAGENS E DESVANTAGENS

Seguindo a abordagem utilizada nas categorias anteriores, buscou-se investigar a percepção dos moradores sobre as possíveis vantagens e desvantagens de residir nas proximidades do igarapé do Corro. O objetivo foi compreender se consideram essa condição favorável ou desfavorável, bem como analisar as justificativas apresentadas para tal avaliação (quadro 18).

Quadro 18 - Respostas da categoria de moradores migrantes sobre as vantagens e desvantagens de morar próximo ao igarapé

VANTAGENS E DESVANTAGENS
"**Pra mim é mais perto de tudo**, é melhor pra me comunicar com o povo do interior, já que a minha família é toda de lá. Então, é muito melhor morar aqui, porém, **as desvantagens é o barulho** do motor rabudo" (**Entrevistado C1**, informação verbal, realizada em 2 de agosto de 2025).
"É muito importante pra gente morar na beira do rio porque a gente aprecia mais a natureza. **No caso, a gente fica contemplando o rio**. É bom ver os passarinhos cantando. Na beira do rio tem muita árvore, aí a gente vê esse movimento das árvores. Quando a gente vai pro centro da cidade, não se vê tantas árvores, não se vê os passarinhos cantando" (**Entrevistado C2**, informação verbal, realizada em 6 de agosto de 2025).
"Olha, **a vantagem é porque a gente tem mais espaço**, né!? Se eu quiser sair, a gente embarca de casa mesmo. Agora **a desvantagem é a condição do igarapé por causa dessa sujeira**, que não deixa mais a gente tomar um banho de rio. Eu tenho uma amiga que cada vez que ela inventa de tomar banho, é uma infecção urinária que ela pega" (**Entrevistado C4**, informação verbal, realizada em 5 de agosto de 2025).
"**Era vantajoso o clima pra mim,** já que eu morava de frente. [...] **Acho ruim a gente não poder utilizar a água**, muito poluída, muita descarga, fossas que jogam direto pro igarapé" (**Entrevistado C5**, informação verbal, realizada em 5 de setembro de 2025).

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

As respostas evidenciam um conjunto diversificado de percepções. Para esses sujeitos, as vantagens de residir nas proximidades do igarapé relacionam-se aos aspectos favoráveis que esse ambiente pode proporcionar, entre os quais se destacam o lazer e a facilidade de utilização de determinados meios de transporte (figura 14).

Figura 14 - Residências com acesso às embarcações por meio de estruturas de madeira



Fonte: Acervo dos autores (2025).

A figura 14 ilustra os aspectos vantajosos das moradias localizadas às margens do igarapé. Nessa configuração, o acesso direto ao rio, utilizado como meio de transporte, amplia as possibilidades de locomoção, não se restringindo apenas ao tráfego por pontes, ruas e demais elementos típicos do cenário urbano.

No que se refere às desvantagens, a poluição generalizada do igarapé tem dificultado para os moradores o aproveitamento de sua localização, restringindo, ou mesmo extinguindo, formas de uso que, outrora, eram comuns e integravam o cotidiano da comunidade.

Essa ambiguidade nas percepções revela que, mesmo reconhecendo alguns benefícios, a maior parte dos moradores tende a avaliar a situação como prejudicial, justificando-se pela intensidade dos impactos ambientais e sociais observados no cotidiano.

A próxima pergunta busca investigar se, quando esses sujeitos se mudaram para a cidade, houve preferência por residir nas proximidades do rio. A premissa consiste em identificar se essas pessoas tiveram a possibilidade de escolher morar nesses locais ou se a decisão esteve relacionada à maior acessibilidade desses espaços. Além disso, procurou-se verificar se havia a intenção de permanecer na cidade (quadro 19).

Quadro 19 - Respostas da categoria de moradores migrantes sobre as possíveis preferências de morar próximo ao igarapé

MORADIA NO FURO DO CORRO
"**Sim, porque é muito mais fácil se deslocar daqui**, principalmente pra receber meus parentes do interior e viajar. [...] Sim, por causa dos meus netos" (**Entrevistado C1**, informação verbal, realizada em 2 de agosto de 2025).
"**Tive sim, porque eu acho tão confortável** ter uma casinha na beira do igarapé. Prefiro aqui do que estar no centro, que é quente. E também porque, na época, morar na beira do igarapé era mais fácil porque as casas e os terrenos não eram caros. [...] Já estou por aqui, mas sempre que dá, eu dou uma passada no interior" (**Entrevistado C2**, informação verbal, realizada em 6 de agosto de 2025).
"**Tive, porque meu filho já morava aqui**, aí eu vim pra cá com ele e fiz minha casa aqui perto. [...] Sim, até porque eu já tô acostumado, também tô aposentado" (**Entrevistado C3**, informação verbal, realizada em 2 de agosto de 2025).
"Não, eu vim morar pra cá porque meu marido trabalhava na cidade e na época o terreno era mais barato, né!? [...] Sim, mas nunca me acostumei aqui. **Prefiro voltar pro interior**, porque a gente tinha um sonho assim. Eu me aposentei, meu marido se aposentou e quando desse, nós voltava pro interior. Mas aí, devido às dificuldades, a gente vai ficando com uma certa idade, vão aparecendo os problemas, aí não deu mais pra gente voltar" (**Entrevistado C5**, informação verbal, realizada em 5 de setembro de 2025).

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Entre os relatos obtidos, observa-se que alguns entrevistados, ao se mudarem para a cidade, manifestaram a intenção de residir próximos ao rio. Suas justificativas para essa escolha variaram entre a praticidade de locomoção, o conforto proporcionado pelo ambiente e a manutenção de relações de parentesco. Apesar de as margens do rio e as várzeas serem consideradas áreas inadequadas para ocupação e habitação, para esses indivíduos, tais es-

paços são percebidos como familiares e remetem aos seus locais de origem.

Ao se estabelecerem nessas áreas, essas populações constroem suas moradias incorporando aspectos culturais vinculados ao seu modo de vida. Conforme Montoia e Costa (2019), as moradias em áreas de várzea — característica marcante da região — expressam a forma como o habitante local produz o espaço. Tornam-se permanências, pois representam o modo de vida ribeirinho cristalizado. São casas típicas do ambiente ribeirinho, reproduzidas também em áreas de terra firme que, embora possam não ser exclusivamente construídas em madeira, mantêm o formato de palafita. Essa forma-conteúdo reflete um modo de viver que integra a presença da floresta e do rio, mesmo em contexto urbano.

Por outro lado, para indivíduos que não tiveram opção de moradia além das áreas próximas ao rio, Mello (2008) e Pinheiro e Ribeiro (2023) destacam que a mercantilização da terra urbana torna esses espaços seletivos e onerosos. Esse processo resulta na exclusão de pessoas em condição socioeconômica desfavorável e que, por isso, não conseguem acessar o mercado imobiliário de forma legal. Como alternativa, ocorre a dispersão e a ocupação de áreas onde a legislação não permite habitação formal, sendo que grande parte dessas ocupações informais se localiza justamente em espaços distantes do centro urbano, frequentemente em áreas ambientalmente sensíveis, como margens de corpos d'água.

MUDANÇA E CONEXÃO COM O MODO DE VIDA RIBEIRINHO

A última pergunta teve como objetivo identificar se os entrevistados possuíam algum instrumento relacionado ao rio e se ainda o utilizavam. Pretendeu-se, assim, verificar se a conexão com o modo de vida ribeirinho permanece refletida no cuidado em manter e preservar esses instrumentos, os quais fizeram, e ainda fazem, parte da vida dessa população (quadro 20).

Quadro 20 - Respostas da categoria de moradores migrantes sobre as conexões com o modo de vida ribeirinho

MUDANÇA E CONEXÃO
"**Tenho sim**! Tenho um trapiche, uns remos, matapis, também tem a rabeta do meu filho" (**Entrevistado C1**, informação verbal, realizada em 2 de agosto de 2025).
"**Eu tenho um trapiche bem grande**. Agora nós não temos mais material de pesca, mas antes tinha muito material pra pesca" (**Entrevistado C2**, informação verbal, realizada em 6 de agosto de 2025).
"Tinha quando morava pra lá, deixei tudo pro meu filho quando vim embora. Mas **tenho muita vontade de ter outra embarcação**" (**Entrevistado C3**, informação verbal, realizada em 2 de agosto de 2025).
"Antigamente a gente tinha rede, tinha malhadeira, tinha um casco pra ir pescar. **Agora não tenho mais nada**" (**Entrevistado C4**, informação verbal, realizada em 5 de agosto de 2025).
"**Não, não, na minha antiga casa tinha**, tinha matapi, tinha rede, tinha pari, tinha remo. Porque meu marido era pescador e ele tinha todos os utensílios" (**Entrevistado C5**, realizada em 5 de setembro de 2025).

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

De acordo com as respostas obtidas, observa-se que a maioria dos entrevistados já não possui mais os instrumentos relacionados ao rio. Alguns se desfizeram desses objetos ao se mudarem para a cidade; outros, por conta do passar dos anos e o avanço da idade. Entretanto, nota-se que parte deles ainda conserva alguns desses instrumentos, enquanto outros demonstram o desejo de readquiri-los (figura 15).

Conforme Montoia e Costa (2019), essas práticas e objetos refletem um modo de vida ribeirurbano, no qual o indivíduo transita entre múltiplas identidades: o "aqui" (cidade) e o "acolá" (local de origem). Trata-se de um conjunto de costumes herdados da cultura de seus antepassados, mantendo, no espaço urbano, elementos de vivências anteriores.

Figura 15 - Instrumentos pessoais relacionados ao Igarapé



Fonte: Acervo dos autores (2025).

A figura 15 apresenta elementos que remetem ao modo de vida tradicional dos entrevistados. Embora muitos já não desempenhem funções ativas e frequentes relacionadas ao igarapé, ainda conservam objetos que tiveram papel significativo em suas trajetórias pessoais.

Essa permanência cultural se manifesta em festividades religiosas, na dança do carimbó, no consumo do açaí e da farinha de mandioca, nas atividades de pesca, no preparo e consumo do pescado e nas embarcações, frequentemente encontradas nos quintais das casas e diretamente associadas ao rio (Montoia; Costa, 2019).

No que se refere à familiaridade com o rio, é essencial considerar os aspectos afetivos. Segundo Souza Jr. e Souza (2025, p. 84), a topofilia traduz-se na relação estabelecida entre o ser e o espaço, construída pela percepção de familiaridade que gera afeição pelos lugares. Nessa perspectiva, a "ciência do ser" atua como uma interpretação que busca compreender o desejo de lugarizar-se, isto é, de enraizar-se enquanto se habita o espaço.

4.4 SÍNTESE

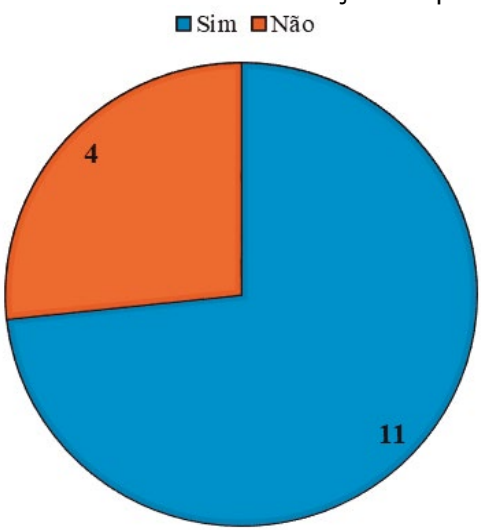
Em síntese, a análise das respostas dos entrevistados evidencia a complexidade e a diversidade de opiniões acerca das questões levantadas, revelando tanto divergências quanto convergências nas percepções dos diferentes grupos. Tal constatação confirma que a percepção ambiental não se desenvolve de forma uniforme, mesmo entre grupos sociais que compartilham o mesmo espaço geográfico.

A formação de uma percepção homogênea pressupõe vivências e experiências semelhantes, o que, em um cenário ideal, poderia resultar em uma visão uniforme da realidade. Contudo, as particularidades e trajetórias individuais rompem essa homogeneidade. Conforme Antunes *et al*. (2014, p. 76), "as percepções mudam conforme o contexto sociocultural em que se está inserido".

No decorrer deste tópico, buscou-se apresentar gráficos que apresentem informações discutidas em questionamentos semelhantes aplicados durante as entrevistas.

O gráfico 2 sintetiza os dados referentes às respostas de todos os entrevistados sobre suas percepções a respeito da importância, ou não, do Igarapé.

Gráfico 2 - Opinião dos entrevistados em relação à importância do Igarapé



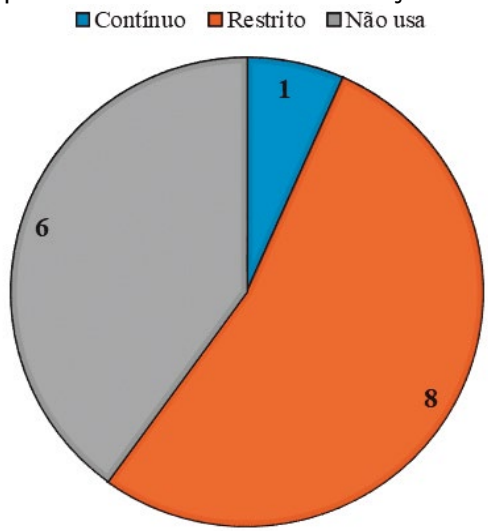
Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Os dados indicam que, para a maioria dos entrevistados — especificamente 11 dos 15 participantes —, o igarapé Furo do Corro possui relevância significativa. As justificativas para essa importância foram apresentadas nas seções anteriores, com base nas entrevistas realizadas. Por outro lado, para os quatro entrevistados restantes, o igarapé não apresenta relevância suficiente para ser mencionado em suas respostas.

Marandola Jr. e Modesto (2011) comentam que o envolvimento com o lugar, ou seja, a essência ou categoria espacial que implica relações de proximidade, corresponde aos laços emocionais que ligam a pessoa a um lugar. A identidade com o lugar é o grau de características que refletem a pessoa, enquanto a dependência do lugar refere-se ao grau de facilidades comparativas oferecidas pelo espaço.

O gráfico 3 traz como questionamento, no contexto da atual situação de degradação problematizada nesta pesquisa, se os entrevistados fazem uso do igarapé, se fazem uso contínuo, com atuação polivalente e/ou recorrente, se utilizam de forma ocasional, com restrições e cautela, ou se não utilizam mais — mesmo no caso de moradores que antes mantinham atividades de uso cotidiano.

Gráfico 3 - Respostas dos entrevistados em relação aos usos do Igarapé



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Analisando os dados, resulta que, dos 15 entrevistados, 1 morador respondeu que ainda faz uso contínuo do igarapé; 8 responderam que usam de forma restrita, com limitações e cautela; e 6 responderam que não fazem uso desse meio, mesmo entre aqueles que tinham atividades de uso diário anteriormente.

No que se refere aos usos do igarapé Furo do Corro, os dados levantados, aliados aos depoimentos, indicam que, atualmente, sua utilização está restrita principalmente à função logística.

A noção de valor discutida por Mello (2008) pode ser aplicada nesse contexto. Segundo a autora, o valor atribuído pela sociedade a um corpo d'água está relacionado à familiaridade, às relações práticas/expressivas e à identidade. Essa tríade se desdobra em:

- **Familiaridade**: grau de conhecimento e formas de uso do rio pela comunidade;
- **Relações práticas**: aspectos funcionais, econômicos, sociológicos e bioclimáticos;
- **Relações expressivas**: aspectos topoceptivos, simbólicos, estéticos e afetivos;
- **Identidade**: símbolo do sentimento de pertencimento e do desejo dos moradores de preservar esses lugares.

As relações práticas e expressivas convergem para reforçar a identidade, que é indissociável da vivência e dos significados atribuídos ao espaço. No contexto da pesquisa, os usos tradicionais foram progressivamente abandonados, tornando o corpo d'água inadequado para consumo, em razão das transformações e impactos ambientais. Nas exceções observadas, destaca-se que os moradores jovens não demonstram vínculos afetivos e culturais com o rio, diferentemente de outros grupos que possuíam hábitos e práticas diretamente relacionados a ele.

Quanto à percepção dos impactos ambientais relacionados ao Igarapé Furo do Corro e à sua influência na vida cotidiana e na interação com o meio ambiente, todos os entrevistados responderam que os impactos ambientais afetam diretamente sua vida e a relação com o igarapé. É importante salientar que uma abordagem eficiente sobre a questão hídrica não deve se restringir à análise ecológica ou bioquímica. É necessário incorporar a per-



cepção dos moradores que compõem esses ecossistemas. De acordo com Moraes, Barreto e Costa (2025), compreender a visão desses indivíduos é essencial para uma gestão adequada dos recursos hídricos.

Ressalta-se, entretanto, que nenhuma percepção ou cultura de determinado morador se sobrepõe, em relevância, à de outro pertencente a uma categoria distinta. Cada visão é fruto de processos e experiências singulares enraizados nas individualidades. Apesar das diferenças, é possível observar consenso quanto à questão ambiental da bacia hidrográfica do Furo do Corro, cuja degradação atinge os habitantes de diversas formas e intensidades.

Nesse contexto, a discussão acerca da água deve estar integrada a uma consciência social que reconheça a interdependência entre seres humanos e natureza. Conforme argumenta Gonçalves (2011), é essencial que as ciências humanas e geográficas adotem uma concepção abrangente, evitando a dicotomia entre sociedade e natureza, sobretudo no que se refere aos recursos hídricos.

Ademais, utilizou-se o software *Word Cloud*, que confeccionou uma nuvem de palavras para ilustrar os termos mais mencionados pelos entrevistados. A seguir, serão apresentadas as nuvens que correspondem à disposição das categorias dos entrevistados.

A nuvem de palavras da figura 16 mostra aquelas mais utilizadas pelos moradores jovens durante as entrevistas.

Figura 16 - Nuvem de palavras que representam importância, uso e problemática relacionadas ao Igarapé, segundo os moradores jovens



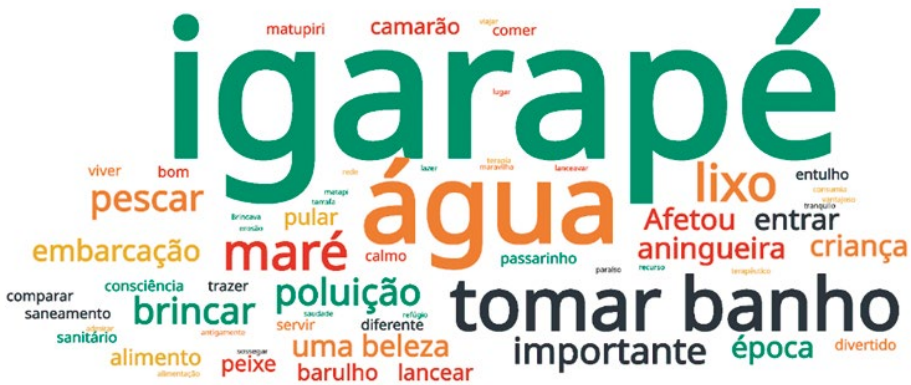
Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A nuvem de palavras mostra termos relacionados ao igarapé e ao ambiente, evidenciando a forte relação dos moradores com o meio. Destacam-se conceitos que os aproximam, como *morar, gostar, igarapé, margem, rio, água, pesca, pessoa, família, casco, barco, locomoção*; e termos que os afastam, como *poluição, lixo, jogar, barulho, calor, seca*.

Essa combinação de termos demonstra a percepção que eles têm de acordo com sua vivência e suas inquietações diante dos problemas que alteraram, e ainda alteram, sua relação com o meio.

A nuvem de palavras da figura 17 evidencia as palavras mais citadas durante as entrevistas pelos moradores de longa data.

Figura 17- Nuvem de palavras que representam importância, uso e problemática relacionados ao Igarapé, segundo os moradores de longa data



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A figura 17 evidencia termos que demonstram a relação (ou não) dos moradores de longa data com o igarapé, como *igarapé, água, tomar banho, brincar, maré, pescar, camarão*, que remetem a atrativos e vínculos intrínsecos. Em contraposição, termos como *lixo, poluição, sanitário, barulho, afetou, época* relacionam-se às mudanças e impactos decorrentes do processo de urbanização.

A nuvem da figura 18 apresenta os termos mais citados nas entrevistas com os moradores migrantes.

Figura 18 - Nuvem de palavras que representam importância, uso e problemática relacionados ao Igarapé, segundo os moradores migrantes



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A nuvem da figura 18 indica palavras fortemente ligadas às vivências desses moradores, como *igarapé, interior, água, banho, matapi, pescar, camarão, casa, morar* — referências afetivas e de identidade com o meio. Por outro lado, palavras como *lixo, sujeira, sanitário, desvantagem* revelam a manutenção da relação mais pautada pela memória do que pela atual situação do igarapé.

Em suma, com base nas respostas evidenciadas pelos termos mais recorrentes utilizados pelos entrevistados, observa-se que existem semelhanças nas percepções relativas às mudanças e aos impactos ocorridos no meio ambiente, os quais interferem diretamente nas relações de identidade, afetividade e interconexão presentes nas atividades cotidianas.

Os sentidos emocionais atribuídos aos lugares consubstanciam definições e significados que envolvem a subjetividade, mas que a extrapolam à medida que a manifestação das emoções ocorre como um comportamento compartilhado entre os indivíduos. Nesse sentido, há um caráter intersubjetivo na forma como cada lugar é valorizado, sentido e imaginado emocionalmente, visto que as emoções, embora possuam uma dimensão mental, também se manifestam por meio de atitudes e percepções corporais (Souza Jr.; Souza, 2025).

Em complemento, Donário e Santos (2016, p. 5) destacam que:

> A cultura é crucial para entender o comportamento humano. Os indivíduos adquirem crenças e valores através das relações de alteridade, com os outros com quem contactam, de forma directa ou indirecta, pelo que se deve ter em consideração esta realidade. As ideias culturalmente adquiridas são importantes para explicar uma vasta gama do comportamento humano – opiniões, crenças, atitudes, hábitos de pensamento, estilos artísticos, tecnologia, bem como, regras sociais e instituições políticas.

Por outro lado, observam-se divergências quanto aos usos do igarapé, visto que os valores atribuídos e a importância conferida variam conforme cada categoria analisada. Tal fato decorre de uma relação construída a partir da vivência e da experiência individual de cada sujeito.

Nesse sentido, Oliveira e Costa (2017, p. 155) ponderam que:

> O estudo da percepção ambiental de uma comunidade configura-se em uma ferramenta essencial para compreensão de comportamentos vigentes e planejamento de ações que visem a atender parte da população de um determinado espaço da cidade. Vale lembrar que, dentro de uma mesma cidade, há várias ilhas de desejos e angústias quanto ao espaço produzido. O bom entendimento das análises do estudo de percepção ambiental passa pela identificação dos sinais emitidos pelos indivíduos, mesmo que de forma involuntária.

A partir dos elementos descritos, percebe-se que, independentemente do perfil dos entrevistados, todas as questões levantadas são relevantes para orientar de forma adequada a manutenção e preservação do meio ambiente. Para aqueles que conhecem profundamente a realidade local, a degradação ambiental é um fenômeno cujo controle depende de práticas que assegurem a qualidade da água e, consequentemente, uma melhor qualidade de vida.

Entretanto, com o avanço da urbanização atrelado à modernidade, surgem aspectos que reforçam uma percepção de “negação” por parte de moradores mais jovens. Tal perspectiva contrasta com a visão de habitantes

que, em tempos passados, viveram em articulação bem mais forte com a natureza, usufruindo de seus recursos e belezas de forma abundante.

No que diz respeito aos impactos positivos e negativos, observa-se que os benefícios são frequentemente superados pelas desvantagens associadas à poluição, à presença de esgoto, à redução da biodiversidade e ao comprometimento da paisagem. A degradação ambiental tem modificado significativamente a relação das famílias com o igarapé, transformando um espaço anteriormente visto como fonte de vida em um potencial vetor de doenças e problemas sanitários.

Marandola Jr. e Modesto (2012) destacam que a dimensão do pertencimento é uma das mais complexas de se abordar. A posição do ego no discurso revela a forma de se colocar no mundo e de perceber o próprio ambiente. O lugar "pertence a mim" ou "faz parte de mim"? No primeiro caso, trata-se de uma relação de posse, em que o ambiente se configura como recurso e ativo passível de ser utilizado e transformado de acordo com necessidades, vontades e desejos. Já a compreensão de que o lugar "faz parte de mim" implica um envolvimento intrínseco na relação homem-meio, marcada pela cumplicidade, pelo cuidado e pela construção da identidade. Enquanto o primeiro enfoque se caracteriza pela dependência, o segundo enfatiza a identidade e o envolvimento.

Por fim, conforme Lencioni (1999), o espaço é vivido e percebido de maneiras diversas pelos indivíduos. Uma das questões fundamentais para a análise geográfica refere-se às representações que os sujeitos constroem sobre o espaço. A Geografia, nesse sentido, busca demonstrar que, para compreender o território, é imprescindível conhecer a mente humana e entender como as pessoas se comportam em relação ao espaço em que vivem.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi elaborada com base na problemática apresentada, associada ao principal objetivo alcançado: compreender a percepção ambiental dos moradores em relação ao igarapé Furo do Corro, localizado no município de Muaná/PA. Além disso, buscou-se compreender a tipologia da cidade de Muaná, analisando a produção de seu espaço urbano e como suas transformações modificaram as relações socioespaciais de modos de vida historicamente estabelecidos em torno desse igarapé.

As discussões conceituais apresentadas nos capítulos teóricos — abrangendo desde a urbanização na Amazônia até a percepção ambiental e os modos de vida amazônicos — revelaram consonância com as informações coletadas durante as atividades de campo, conforme a estrutura metodológica da pesquisa. O processo de urbanização na cidade de Muaná, associado ao crescimento de ocupações situadas às margens do igarapé e/ou em áreas de várzea, acarretou mudanças expressivas na percepção, na funcionalidade e no uso desse recurso pelas comunidades que habitam sua bacia hidrográfica.

Diante disso, o modelo de urbanização adotado pela cidade trouxe intensas transformações que alteraram a paisagem e moldaram as relações socioespaciais que havia antigamente, principalmente quando se compara o ano de 2000 a 2020, no qual houve um aumento expressivo em percentuais de ocupação residencial. Essa dinâmica pode ser apresentada principalmente no que diz respeito aos avanços urbanos e técnicos sobre os rios e igarapés que ocasionaram em impactos significativos para esses ecossistemas e suas comunidades.

Nessa condição, as dinâmicas socioespaciais e os modos de vida anteriormente estabelecidos foram modificadas para se adequar à nova realidade do igarapé, reforçando a percepção de negligência e de desconexão com o lugar. As comunidades já não realizam atividades que outrora compunham seu cotidiano à beira do rio, traduzindo-se em um desuso ambiental no qual o igarapé, afetado pela deterioração hídrica, perde seu valor como espaço social, econômico e cultural.



Tal cenário justifica o enfoque na educação ambiental e no desenvolvimento urbano sustentável como perspectivas alternativas que considerem aspectos geográficos, socioespaciais, políticos e temporais em ecossistemas intensamente modificados por uma lógica de urbanização que, em muitos casos, desconsidera as especificidades locais. Ao analisar as consequências desse modelo de expansão urbana alheio às realidades geográficas das cidades tradicionais marajoaras, esta pesquisa também alerta a população de Muaná e as autoridades locais e estaduais para os impactos ambientais que provocam desequilíbrios ecossistêmicos, sobretudo nos corpos d'água, resultantes desse padrão de ocupação.

Por meio da análise de fotografias, questionários e entrevistas realizadas com os moradores, constatou-se que o valor simbólico e utilitário do igarapé tem sido negligenciado. Práticas inadequadas e recorrentes, como o lançamento irregular de esgoto doméstico e o descarte incorreto de resíduos, têm sido apontadas pelos entrevistados como as principais causas da poluição, afetando negativamente a paisagem local. Essas mudanças alteraram dinâmicas tradicionais e comprometeram a integridade física, visual e sonora do igarapé, gerando um quadro de degradação que, para as gerações mais jovens, já se tornou o único contexto conhecido.

Além disso, as investigações de campo possibilitaram a construção de uma análise aproximada da perspectiva dos moradores, considerando as relações estabelecidas com o igarapé. Os dados obtidos indicam que, apesar de ser reconhecido como um recurso importante, o corpo hídrico carece de cuidados adequados para a preservação de suas características naturais e culturais.

Em relação à percepção dos entrevistados, observa-se que, para os moradores jovens, devido ao contexto espacial precário, a relação com o igarapé não possui a devida relevância. Isso perpetua um modo de vida urbano baseado em uma cultura que negligencia esse corpo hídrico, considerando, em geral, apenas os aspectos negativos que ele passou a representar.

Por outro lado, para os moradores de longa data, a percepção e as relações socioafetivas com o igarapé ainda se sustentam em alguns costumes preservados e em lembranças de uma época considerada positiva, tanto



para o igarapé quanto para os que dele faziam uso. No entanto, devido às mudanças e aos impactos decorrentes da expansão urbana, tais vínculos se tornaram apenas marcas e memórias, já que o igarapé deixou de representar algo digno e benéfico para essa população.

Por fim, os moradores migrantes, oriundos de comunidades ribeirinhas, percebem o igarapé como um elemento relevante, pois o consideram um elo que conecta aspectos de seus modos de vida aos locais de origem, na tentativa de manter sua cultura e a interação com esse recurso natural. Contudo, essa vivência está distante da experiência autêntica, principalmente por ter sido comprometida pelos impactos ambientais sofridos pelo igarapé.

À luz desse processo, destaca-se que a percepção ambiental deriva do caráter equilibrado da relação entre sociedade e natureza. O desiquilíbrio nessa relação tende a gerar percepções negativas por parte de indivíduos que, independentemente de sua vontade, dependem desses ecossistemas para a garantia da qualidade de vida. Assim, a descaracterização e o descuido dessas áreas não se configuram apenas como impactos negativos sobre o meio ambiente, mas também como um afronte à memória e à relação que outros indivíduos mantêm com esses recursos, fundamentais para assegurar sua cultura e identidade. Em consequência, tal cenário inviabiliza o reconhecimento desses corpos hídricos como fontes de recursos e como potenciais vetores de desenvolvimento sustentável.

Dessa maneira, compreende-se que a percepção, embora vinculada a uma abordagem fenomenológica, também pode ser analisada sob o viés materialista, configurando-se como condição das relações socioespaciais derivadas de diferentes contextos históricos que coexistem em um mesmo espaço. Essas interações atravessam constantes processos de desconstrução e reconstrução, sustentados por teses e antíteses que revelam contradições inerentes à realidade, representadas por elementos ambientais, sociais, históricos e culturais, entre outros.

Além disso, esta pesquisa busca enriquecer o campo científico e abrir possibilidades para futuras investigações sobre a temática, com especial atenção ao município de Muaná, que apresenta carência de produção acadêmica, sobretudo nas áreas das Ciências Humanas. Dessa forma, preten-

de-se fundamentar discussões voltadas à questão ambiental como manifestação de resiliência, promovendo a preservação ecossistêmica das regiões mais impactadas pelos avanços acelerados da urbanização amazônica.

Nesse sentido, recomenda-se a elaboração e aplicação de instrumentos legais que incentivem a educação ambiental integral, aliados à manutenção e à garantia da qualidade dos recursos hídricos. Essas ações se configuram como passos iniciais para a recuperação das características que tornam o igarapé um elemento essencial para as comunidades locais, preservando tanto o meio ambiente quanto a identidade cultural e assegurando um legado de qualidade ambiental para as futuras gerações.



REFERÊNCIAS

ALVES, O. J. A. **Desterritorialização produtiva no Marajó**: análises geográficas no município de Breves pós-declínio da atividade madeireira (2000-2015). Belém: GAPTA/UFPA, 2020. Disponível em: https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/924/1/Livro_DesterritorializacaoProdutivaMarajo.pdf. Acesso em: 5 maio 2025.

ANGELIS, D. de F. *et al*. **A importância da água para a vida e garantia de manutenção da sua qualidade**. 2016. Disponível em: https://conexaoagua.mpf.mp.br/arquivos/artigos-cientificos/2016/10-importancia-da-agua-para-a-vida-e-garantia-de-manutencao-da-sua-qualidade.pdf. Acesso em: 7 out. 2025.

ANTUNES, C. M. M. *et al*. Qualidade das águas e percepção de moradores sobre um rio urbano. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 75–87, 2014. Disponível em: https://www.rbciamb.com.br/Publicacoes_RBCIAMB/article/view/250. Acesso em: 21 out. 2025.

BARRETO, M. A. P. Algumas reflexões sobre estilo de vida urbano. **Perspectivas**, São Paulo, 9/10, p. 169-176, 1986. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/entities/publication/a1163900-6fee-4aca-b279-78bd978f32ef. Acesso em 17 nov. 2025.

BECKER, B. K. **Amazônia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2001. 112p.

BORDALO, C. A. O paradoxo da água na região das águas: o caso da Amazônia brasileira. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, Brasil, v. 21, n. 1, p. 120-137, 2017. https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2017.107531. Disponível em: https://revistas.usp.br/geousp/article/view/107531. Acesso em: 21 maio 2025.

BRANCO, S. M. **O Meio Ambiente em Debate**. 26. ed. São Paulo: Moderna, 1997. Disponível em: https://pt.scribd.com/doc/90420501/o-Meio-Ambiente-Em-Debate. Acesso: 5 nov. 2025.

BRASIL. **Lei 9.795 de 27, de abril de 1999**. Brasília, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm. Acesso em: 13 jun. 2024.

BRASIL. **Lei 11.445 de 5, de janeiro de 2007.** Brasília, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm. Acesso em: 22 fev. 2026.

BRITO, F. **As migrações internas no Brasil**: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

CANTO, O. **Várzeas e Varzeiros da Amazônia**. Belém: MPEG, 2007.

CASTRO, E. M. R. **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.

CASTRO, J. F. de; AMARAL, M. D. B.; HERRERA, J. A. Notas teóricas sobre o urbano amazônico e as cidades ribeirinhas da Amazônia. **Nova Revista Amazônica**, v. 12, n. 3, p. 67-81, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/17623/11761. Acesso em 12 out. 2025.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. São Paulo: Edgard Blücher, 1980.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. *In*: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 15-47.

COSTA, S. P. R. **A importância do manejo do açaí e o modo de vida varzeiro no município de limoeiro do Ajuru–Pará–Amazônia–Brasil**. 2020. 88 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) - Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/13450. Acesso em: 04 fev. 2026.

COSTA, F. M. da; LEÃO, J. V. R.; COSTA, F. E. V. Extrativismo do açaí e os desafios no processo de ensino-aprendizagem na escola Rubens Fernandes Pires, Muaná/PA. **Revista GeoAmazônia**. Belém/PA, v.13, p. 336-362, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/17659. Acesso em: 15 maio 2025.

COSTA, F. E. V. *et al*. A complexidade da questão dos rios urbanos nas cidades amazônicas: o caso de Belém/PA. *In*: RIBEIRO, W. O.; BRASIL, A. P. M. S.; COSTA, F. E. V. (Org.). **Cidades amazônicas**: formas, processos e dinâmicas recentes na região de influência de Belém. Belém: EDUEPA, 2021. p. 240-274. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/350032175_A_complexidade_da_questao_dos_rios_urbanos_nas_cidades_amazonicas_o_caso_de_BelemPA. Acesso em: 21 maio 2025.

CUNHA, S. B. Geomorfologia Fluvial*. In*: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. **Geomorfologia**: uma atualização de base de conceitos. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 211-246.

DIEGUES, A. C. **Aspectos sócio-culturais e políticos do uso da água**. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras*.* São Paulo: NUPAUB, 2005. Disponível em: https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/agua.pdf. Acesso em: 5 out. 2025.

DIEGUES, A. C. Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras. **Encontro internacional**: governança da água, v. 1, p. 1-20, 2007. Disponível em: https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/simbolagua.pdf. Acesso em: 3 out. 2025.

DONÁRIO, A.; SANTOS, R. B. dos*.* **Reflexões em economia**: conceitos fundamentais. Centro de Análise Económica de Regulação Social (CARS), Universidade Autónoma de Lisboa, 2014. Disponível em: https://repositorio.grupoautonoma.pt/entities/publication/fb89145e-3b66-4f8e--a76f-2356265dd172. Acesso em: 27 out. 2025.

FENZL, N. *et al*. *Os* "Grandes Projetos" e o processo de urbanização na Amazônia brasileira: consequências sociais e transformações territoriais. **InterEspaço**, Grajaú (MA), v. 6, p. 1-25, 2020. Disponível em https://doi.org/10.18764/2446-6549.e202002. Acesso em: 5 maio 2025.

FERREIRA, C. P. **Percepção ambiental na estação ecológica de Juréia-Itatins**. 2005. 161f. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/carolpeixoto.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

GONÇALVES, A. C. O. *et al*. Marajó. *In*: ALVES, F. (Org.). **A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia**. Brasília: Ipea, 2016. p. 107-198. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/6ce45b02-885d-40a3-91c2-76e27de6c826. Acesso em 13 nov. 2025.

GONÇALVES, C. W. P. A Geopolítica da Água e a Crise do Conhecimento. *In*: TREVISOL, J. V.; SCHEIBE, L. F. (Org.). **Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe**: Natureza e Sociedade. Joaçaba: Editora Unoesc, 2011, p. 17-54. Disponível em:https://rgsgsc.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/11/porto_gpncalves_2011.pdf. Acesso em: 30 set. 2025.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2024.

GUERRA, A. T. **Dicionário Geológico Geomorfológico**. 8. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 440 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Demográficos – 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970-2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 19 mai. 2026.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades [online].** 2026. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/muana/panorama. Acesso em: 04 fev. 2026a.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados.** 2026. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/muana.html. Acesso em: 04 fev. 2026b.

IPS - Índice de Progresso Social Brasil 2025. **Qualidade de Vida nos 5.570 municípios do Brasil.** Disponível em: https://ipsbrasil.org.br/pt/relatorios. Acesso 10 jun. 2025.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0100-15742003000100008. Acesso em: 01 jun. 2025.

KISTEMACHER, D. *et al*. Percepção socioambiental de moradores ribeirinhos no município de Codó (MA): desafios e possibilidades para a educação ambiental não-formal. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, p. 201–217, 13, dez. 2024 Disponível em: https://cajapio.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/25378. Acesso em: 21 nov. 2025.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. Disponível em: https://pdfcoffee.com/a-revoluao-urbana-henri-lefebvre-pdf-free.html. Acesso em: 22 abr. 2025.

LEFEBVRE, H. A produção do espaço. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000. Primeira versão: início - fev. 2006. Disponível em: https://gpect.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf. Acesso em: 18 maio 2025.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

LEITE, A. E. de B. **Simulação do lançamento de esgotos domésticos em rios usando um modelo de qualidade d'agua, SisBAHIA**. Rio de Janeiro: DSSA/ENSP/FIOCRUZ, 2004. Disponível em: https://independent.academia.edu/AlfredoEstevãodeBarrosLeite. Acesso em: 15 out. 2025.

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: EdUSP, 1999. 224 p. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/671858386/Regiao-e-Geografia-Sandra-Lencioni?v=0.304. Acesso em: 17 set. 2025.

LIMA, M. A. R. de; ANDRADE, E. dos R. G. Os ribeirinhos e sua relação com os saberes. **Revista Educação em Questão**, *[S. l.]*, v. 38, n. 24, 2010. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4027. Acesso em: 21 nov. 2025.

LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. **Educação ambiental e gestão participativa em Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro: Ibase, 2003. Disponível em: https://www.gov.br/ibama/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/arquivos/educacaoambiental/educacaoambientalegestaoparticipativaemunidadesdeconservacao.pdf. Acesso em: 16 set. 2025.

MAGALHÃES, C. M. C. *et al*. A cultura da brincadeira ribeirinha na Amazônia paraense. *In*: ALMEIDA, M. T. P. de *et al*. (org.). **A cultura lúdica**: o jogo, a brincadeira e o brinquedo. Fortaleza: Instituto Nexos, 2025. p. 151-161. Disponível: https://www.sbponline.org.br/2025/07/a-cultura-ludica-o-jogo-a-brincadeira-e-o-brinquedo. Acesso: 8 set. 2025.

MARANDOLA JR., E.; MODESTO, F. Percepção dos perigos ambientais urbanos e os efeitos de lugar na relação população-ambiente. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 29, p. 7-35, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbepop/a/7Mbt4k8F8b7xBPdDJScTzQB/?lang=pt. Acesso em: 20 out. 2025.

MARQUES, F. C. M. de S. **Por uma geografia socioambiental dos municípios de Soure e Salvaterra, Marajó/Pará**. 2024. 209 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/78362. Acesso: 27 fev. 2026.

MARIN, A. A. Pesquisa em educação ambiental e percepção ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**, São Paulo, v. 3, n. 1, ed. 1, 2008. DOI https://doi.org/10.18675/2177-580X. vol 3. n 1. p 203-222. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/6163. Acesso em: 1 jul. 2025.

MATOS FILHO, J. R. de. **Modo de vida e o manejo de açaizais nas várzeas do rio Mazagão, município de Mazagão-AP, Brasil**. 2016. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9668. Acesso em: 11 ago. 2025.

MCGRATH, D. G. *et al.* Varzeiros, Geleiros e o manejo dos recursos naturais na Várzea do Baixo Amazonas. **Cadernos do NAEA**, n. 11, nov. 1993.

MELLO, S. S. de. **Na beira do rio tem uma cidade**: urbanidade e valorização dos corpos d'água. 2008. 351f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Brasília, 2008. Disponível em: https://www.fredericodeholanda.com.br/orientacoes/doutorado/2008_MelloSandraSoaresDe_na_beira_do_rio_tem_uma_cidade.pdf. Acesso em 29 set. 2025.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Disponível em: https://monoskop.org/images/0/07/Merleau_Ponty_Maurice_Fenomenologia_da_percepção_1999.pdf. Acesso em: 1 jul. 2025.

MOIMAZ, M. R.; VESTENA, C. L. B. Fenomenologia e percepção ambiental como objeto de construção à Educação Ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, *[S. l.]*, v. 12, n. 2, p. 67–78, 2017. DOI: 10.34024/revbea.2017.v12.2225. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/2225. Acesso em: 6 nov. 2025.

MONTE, M. C. V. *et al*. A cidade na floresta: análise socioambiental da expansão urbana em Melgaço-Pará, na perspectiva para uma cidade sustentável. **Revista Universidade e Meio Ambiente**, Belém (PA), v. 7, n. 2, p. 15-29, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/reumam/article/view/13579. Acesso em: 04 mai. 2025.



MONTOIA, G. R. M.; COSTA, S. M. F. da. O ribeirurbano e as cidades da Amazônia: a construção de uma antropogeografia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 22, n. 2, p. 183-204, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/6547. Acesso em 15 nov. 2025.

MORAES, L. R. S.; BARRETO, M. M.; COSTA, N. C. de A. As águas urbanas e a percepção da população: pesquisa ao longo do curso principal do Rio Camarajipe, em Salvador-Bahia. **Revista Foco**, *[S. l.]*, v. 18, n. 3, p. e8078, 2025. DOI: 10.54751/revistafoco.v18n3-111. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/8078. Acesso em: 7 out. 2025.

MUANÁ (PA). **Plano Municipal de Saneamento Básico**. Muaná: Secretaria Municipal de Planejamento, 2023.

MUANÁ (PA). Prefeitura Municipal de Muaná. **O Município – História**, 2025. Disponível em: https://muana.pa.gov.br/o-municipio/historia/. Acesso em: 20 out. 2025.

OLIVEIRA, J. A. de. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. **Ciência e Cultura**, v. 58, n. 3, p. 27-29, 2006. Disponível em: https://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/6957. Acesso em: 15 mai. 2025.

OLIVEIRA, J. A. de. Espaço-tempo de Manaus: a natureza das águas na produção do espaço urbano. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 33–42, 2012. DOI: 10.12957/espacoecultura.2008.3520. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/3520. Acesso em: 22 maio. 2025.

OLIVEIRA, I. G.; COSTA, S. M. F. da. Análise da percepção ambiental dos moradores de área de várzea urbana de uma pequena cidade do estuário do Rio Amazonas. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, Brasil, n. 40, p. 151–167, 2017. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.v0i40p151-167. Disponível em: https://revistas.usp.br/paam/article/view/124464. Acesso em: 2 nov. 2025.

PACHECO, A. S. **Marajó - O coração da Amazônia:** afroindígenas e agostinianos em práticas interculturais no regime das águas. Manaus: Editora Valer, 2024. 464 p.

PAZ, M. M. A **Geografia da água em rios urbanos**: uma análise socioambiental do Igarapé Garrafão e do Rio Jipuúba em Garrafão do Norte-PA. 2021. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2021.

PEREIRA, H. dos S. A dinâmica da paisagem socioambiental das várzeas do rio Solimões -Amazonas. *In*: FRAXE, T. de J. P.; PEREIRA, H. dos S.; WITKOSKI, A. C. **Comunidades Ribeirinhas amazônicas**: modos de vida e uso dos recursos naturais. EDUA, 2007. p. 11- 32.

PEREIRA, J. C. M. **Os modos de vida na cidade**: Belterra, um estudo de caso na Amazônia brasileira. 2012. 256f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/8336#preview-link0. Acesso em 6 maio 2025.

PEREIRA, L. A. G.; CORREIA, I. S.; OLIVEIRA, A. P. de. Geografia fenomenológica: espaço e percepção. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 11, n. 35, p. 173–178, 2010. DOI: 10.14393/RCG113516271. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16271. Acesso em: 15 set. 2025.

PINHEIRO, N. S.; RIBEIRO, W. de O. Urbanização regional, ocupações precárias e direito à cidade: uma análise do distrito de Mosqueiro, Belém/PA. *In*: RIBEIRO, W. de O. *et al*. **Produção de espaços precários na Amazônia Paraense:** trabalho e moradia. Belém: EDUEPA, 2023. p. 215-239.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p. Disponível em: https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf. Acesso em: 28 nov. 2025.

RIBEIRO, M. A. O rio como elemento da vida em comunidades ribeirinhas. **Revista de Geografia (UFPE)**, v. 29, nº. 2, 2012. Disponível: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228983/23391. Acesso em: 11 ago. 2025.

RIO, V. del; OLIVEIRA, L. de. **Percepção ambiental**: a experiência brasileira. São Paulo: Studio Nobel, 1999. Disponível em: https://www.vicentedelrio.net/uploads/2/2/7/5/22757652/livro_inteiro.pdf. Acesso em 19 set. 2025.

SAKAI, D. I. S.; FROTA, J. A. D. Águas Urbanas: Caminhos Para um Resgate. Seminário nacional sobre o tratamento de áreas de preservação permanente em meio urbano e restrições ambientais ao parcelamento do solo, v. 3, p. 2014, 2014. Disponível em: https://anpur.org.br/app-urbana-2014/anais/ARQUIVOS/GT1-162-30-20140707141953.pdf. Acesso em 30 set. 2025.

SAILLANT, F.; FORLINE, L. Memória Fugitiva, Identidade Flexível: caboclos na Amazônia. *In*: LEIBING, A.; BENNINNGHOFF-LÜHI, S. (Org.). **Devorando o Tempo**: Brasil, país sem memória. São Paulo: Mandarim, 2001. p. 143-156.

SANTANA, E. R. S. de; PESSÔA, G. T. M.; CAVALCANTI, M. C. L. **Impactos da contaminação em rios urbanos**. 2023. 20 p. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (Bacharelado em Ciências Biológicas) - UNIBRA, Recife, 2023. Disponível em: https://www.grupounibra.com/repositorio/CBIOLO/2023/impactos-da-contaminacao-em-rios-urbanos.pdf. Acesso em: 16 out. 2025.

SANTOS, D. *et al.* **Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira – IPS Amazônia 2021**: resumo executivo. Belém: Imazon, 2021. Disponível em: http://www.ipsamazonia.org.br. Acesso em: 20 maio 2026.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: EdUSP, 2004.

SANTOS, M. O retorno do território. **Observatório Social de América Latina**, *Buenos Aires*, v. 6, 16. ed., p. 1-12, 2005. Disponível em: https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf. Acesso em: 22 mai. 2025.

SANTOS, M. O papel ativo da geografia: um manifesto. **Tamoios**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1., 2006.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2021. 136 p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed., 11. reimpr. São Paulo: EdUSP, 2023.

SANTOS, M. *et al*. Ocupações de manguezais: risco, vulnerabilidade e território usado na zona costeira paraense. **Revista de Gestão e Secretariado (Management and Administrative Professional Review)**, v. 14, p. 12554-12572, 2023. DOI: 10.7769/gesec.v14i8.2554. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/372910044_Ocupacoes_de_manguezais_risco_vulnerabilidade_e_territorio_usado_na_zona_costeira_paraense. Acesso em: 15 maio 2025.

SILVA, A. G. P. da. *et al*. A relevância da salubridade urbana como fundamento para o desenvolvimento de cidades sustentáveis: revisão integrativa. **Revista Delos**, *[S. l.]*, v. 18, n. 70, p. e6320, 2025. DOI: 10.55905/rdelosv18.n70-103. Disponível em: https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/6320. Acesso em: 8 dez. 2025.

SILVA Jr., F. X. da; COSTA, F. E. V.; SOARES, D. A. S. Impactos socioambientais da urbanização na Amazônia brasileira: uma análise do município de Muaná (Ilha do Marajó). **Papers do NAEA**, 587, v. 1, n. 1., 2025. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/viewFile/19827/12903. Acesso em 30 nov. 2025.

SINISA - Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico. **Informação/ações e programas/saneamento (2023).** Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/sinisa. Acesso em 10 mai. 2025

SNIS – Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico. **Ministério das Cidades (2020).** Disponível em https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis Acesso 13 de mai. 2025

SOARES, D. A. S. *et al*. Gestão de recursos naturais e desenvolvimento local na zona costeira paraense: ordenamento territorial autoritário versus gestão democrática dos recursos*. In*: SILVA, C. N.; OLIVEIRA NETO, A, C.; SOBREIRO FILHO, F. (Org.). **Perspectivas e análises do espaço geográfico**: dinâmicas ambientais e uso dos recursos naturais*.* Belém: GAPTA/UFPA, 2018, p. 115-148. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325956087_Gestao_de_recursos_naturais_e_desenvolvimento_local_na_zona_costeira_paraense_ordenamento_territorial_autoritario_versus_gestao_democratica_dos_recursos. Acesso em: 20 mai. 2025.

SOUZA JÚNIOR, C. R. B. de; SOUZA, A. C. de. Topoapatia, topofilia e topofobia: aberturas emocionais dos lugares. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 21, n. 1, 2025. DOI: 10.12957/tamoios.2025.80845. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/80845. Acesso em: 8 out. 2025.

SUGUIO, K. **Dicionário de geologia sedimentar e áreas afins**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

SUGUIO, K.; BIGARELLA, J. J. **Ambientes de sedimentação**: sua interpretação e importância. Paraná: Universidade Federal do Paraná. 1979.

TRINDADE JR., S. C. da. Das "Cidades na Floresta" às "Cidades da Floresta": Espaço, Ambiente e Urbanodiversidade na Amazônia Brasileira. **Papers do NAEA**, 321, v. 1, n. 1., 2013. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11281. Acesso em: 13 maio 2025.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. Urbanodiversidade e pensamento crítico contemporâneo: reflexões a partir das cidades amazônicas. *In*: PACÍFICO FILHO, M. *et al*. (org.). **Urbanodiversidade**: possibilidades e contradições. Palmas: EDUFT, 2022. p. 25-58.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1974.

VELHO, G. Estilo de vida urbano e modernidade. **Revista Estudos Históricos**, v. 8, n. 16, p. 227-234, 1995. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2006. Acesso em: 17 out. 2025.

VIGOTSKI, L. S. Manuscrito de 1929. **Educação & Sociedade**, v. 21, n. 71, p. 21-44, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/hgR8T8mmTkKsNq7TsTK3kfC/?format=pdf. Acesso em: 21 nov. 2025.

ZANINI, A. M. *et al*. Estudos de percepção e educação ambiental: um enfoque fenomenológico. Ensaio - Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte), v. 23, p. e32604, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/epec/a/M8SfznHDFxysDyRbsyYrZJz/?format=html&lang=pt. Acesso em: 15 set. 2025.

OS AUTORES

Daniel Araújo Sombra Soares – Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Pará. Professor da Universidade Federal do Pará, Campus Ananindeua. Professor do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia da Universidade Federal do Pará. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará. Vice-líder do Grupo de Pesquisa ABC – Amazônia, Bacias Hidrográficas e Cidades E-mail: dsombra@ufpa.br

Fernando Magno da Costa – Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado do Pará – UEPA, Polo Universitário de Muaná/Marajó/PA. Membro do Grupo de Pesquisa ABC - Amazônia, Bacia Hidrográficas e Cidades. E-mail: fernando.mdcosta@aluno.uepa.br

Francisco Emerson Vale Costa – Geógrafo, Pós-Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor da Licenciatura em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Líder do Grupo de Pesquisa ABC – Amazônia, Bacias Hidrográficas e Cidades. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Geografia das Águas da Amazônia – GGAM da Universidade Federal do Pará (UFPA) E-mail: emersonvale@uepa.br

Glebson Gouvea Magno – Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado do Pará – UEPA, Polo Universitário de Muaná/Marajó/PA. Membro do Grupo de Pesquisa ABC - Amazônia, Bacia Hidrográficas e Cidades. E-mail: glebsonbr@hotmail.com

Willame de Oliveira Ribeiro – Geógrafo, Doutor em Geografia. Professor da Licenciatura em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Líder do Grupo de Pesquisa Geografia do Pará Urbano (GeoPUrb – UEPA), pesquisador do Laboratório de Pesquisa e Análise em Geografia da Violência e do Crime (LAB-GEOVCRIM – UEPA), do Laboratório de Análises Socioespaciais e Territoriais das Cidades (LabCidade – UEPA), do Observatório Nacional de Monitoramento e Avaliação de Dinâmicas Imobiliárias e Fundiárias (ONDi) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia (NEPEVA – UEPA). E-mail: willame@uepa.br



COLEÇÃO BEIRA / EDUEPA

A **Coleção Beira** se direciona às problemáticas socioespaciais, sobretudo da região amazônica, buscando contribuir para a compreensão das realidades e processos resultantes da relação sociedade-natureza. Abrange obras acadêmicas cujas preocupações estão voltadas a questões como: dinâmicas e problemáticas ambientais; gestão ambiental e saneamento; recursos hídricos; produção do espaço urbano; redes urbanas e urbanização; planejamento e gestão de cidades; pobreza, desigualdades socioespaciais e segregação socioespacial; violência, territorialidades e segurança pública; dinâmicas e configurações territoriais; produção cartográfica; ensino de geografia; identidades territoriais; elação campo-cidade; dinâmicas regionais e regionalização; campesinato e movimentos sociais; transição agroecológica e inovação tecnológica; (des)envolvimento territorial; gênero, espacialidades e territorialidades; movimentos sociais insurgentes. E, assim, a coleção busca oferecer instrumentos para se pensar em elaboração e avaliação de políticas públicas, práticas, costumes, dentre outros, tendo como finalidade promover a justiça social e espacial.

COLEÇÃO BEIRA / EDUEPA

EDITOR DE ÁREA

Willame de Oliveira Ribeiro

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Ademir Terra (UEMA – São Luís/MA)
Profa. Dra. Adriana Dorfman (UFRGS – Porto Alegre/RS)
Prof. Dr. Aiala Colares de Oliveira Couto (UEPA – Belém/PA)
Prof. Dr. Antonio Cezar Leal (UNESP – Presidente Prudente/SP)
Prof. Dr. Antônio de Pádua de Mesquita dos Santos Brasil (UEPA – Belém/PA)
Prof. Dr. Benedito Ely Valente da Cruz (UEPA – Belém/PA)
Prof. Dr. Bruno Cezar Pereira Malheiro (UNIFESSPA – Marabá/PA)
Prof. Dr. Carlos Alexandre Leão Bordalo (UFPA – Belém/PA)
Profa. Dra. Cátia Oliveira Macedo (UEPA – Belém/PA)
Prof. Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves (UFPE – Recife/PE)
Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas (UFPA/UEPA – Belém/PA)
Prof. Dr. Everaldo Santos Melazzo (UNESP – Presidente Prudente/SP)
Prof. Dr. Fabiano de Oliveira Bringel (UEPA – Belém/PA)
Prof. Dr. Francisco Emerson Vale Costa (UEPA – Belém/PA)
Prof. Dr. Hugo Rogério Hage Serra (UNIFESSPA – Marabá/PA)
Profa. Dra. Joseli Maria Silva (UEPG – Ponta Grossa, PR)
Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto (UFPA – Altamira/PA)
Prof. Dr. José Tadeu Garcia Tommaselli (UNESP – Presidente Prudente/SP)
Profa. Dra. Judite Medina Nascimento (Uni-CV – Praia/Cabo Verde)
Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros (UFOPA – Santarém/PA)
Profa. Dra. Maria Adélia de Souza (USP – São Paulo/SP)
Prof. Dr. Miguel Antonio Espinosa Rico (Universidad del Tolima – Colombia)
Profa. Dra. Mônica Cox de Britto Pereira (UFPE – Recife/PE)
Prof. Dr. Ronaldo da Cruz Braga (IFPA – Belém/PA)
Prof. Dr. Silas Nogueira de Melo (UEMA – São Luís/MA)
Prof. Dr. Tiago Veloso dos Santos (IFPA – Belém/PA)
Prof. Dr. Valter do Carmo Cruz (UFF – Niterói/RJ)

A obra A relação cidade e rio em Muaná/PA (Amazônia Marajoara) chega ao leitor como resultado de um esforço coletivo que transcende os limites de um trabalho acadêmico convencional. Trata-se de uma produção que articula ensino, pesquisa e compromisso social, revelando, com sensibilidade e rigor, as complexas relações entre sociedade e natureza em um contexto profundamente marcado pela presença dos rios.

Ao longo dos capítulos, o livro constrói uma análise consistente sobre a urbanização na Amazônia, evidenciando suas contradições e especificidades. Ao invés de reproduzir leituras generalizantes, os capítulos assumem o desafio de compreender a realidade amazônica a partir de suas próprias dinâmicas, reconhecendo a diversidade de modos de vida, territorialidades e experiências que constituem essa região.

Romário Valente Santos



GeoPUrb · Grupo ABC · PPGG · UEPA · PROPESP Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UEPA

UFPA Universidade Federal do Pará · UEPA Universidade do Estado do Pará · Fapespa Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas · Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica · Governo do Pará Por todo o Pará